



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
(UFPI)
Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste
(TROPEN)
Programa Regional de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(MDMA)

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE
A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: UMA DISCUSSÃO SOBRE
A DIMENSÃO ECONÔMICA DA SUSTENTABILIDADE

JANAÍNA MARTINS VASCONCELOS

TERESINA

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste(TROPEN)

Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente(PRODEMA)

Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (MDMA)

JANAÍNA MARTINS VASCONCELOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE
A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: UMA DISCUSSÃO SOBRE
A DIMENSÃO ECONÔMICA DA SUSTENTABILIDADE**

Dissertação de Mestrado aprovada pelo Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como parte dos requisitos para o processo de obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento.

Orientador (a): Prof^{ta}. Dr^a. Maria do Socorro Lira Monteiro

TERESINA

2005

V 331p Vasconcelos, Janaína Martins

As Políticas Públicas no semi-árido piauiense a partir da década de 1990: uma discussão sobre a dimensão econômica da sustentabilidade/Janaína Martins Vasconcelos. – Teresina, 2005.

153f.:il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)
– Universidade Federal do Piauí

1. Políticas Públicas – Semi-árido. 2. Semi-árido. I. Título.

JANAÍNA MARTINS VASCONCELOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE
A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: UMA DISCUSSÃO SOBRE A
DIMENSÃO ECONÔMICA DA SUSTENTABILIDADE**

Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Lira Monteiro (orientador)
PRODEMA - UFPI

Prof. Dr. Francisco Casimiro Filho
DEA/CCA/PRODEMA - UFC

Prof. Dr. José Luís Lopes de Araújo
PRODEMA – UFPI

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por permitir mais esta grande realização em minha vida, e à minha família, pais e irmãs, pelo amor, apoio e admiração fundamentais neste desafio.

Aos amigos pelo companheirismo e amizade, aos colegas do mestrado, especialmente a Francisco Prancácio, pelas contribuições e auxílios inestimáveis, a todos os professores do TROPEN, valiosos guias e fontes imprescindíveis de ensinamentos incomensuráveis que serão para a vida toda, à instituição em si, representada pelo coordenador geral Prof. Dr. Alberto Jorge Farias e pela coordenadora do mestrado Prof^a. Dr^a. Jaíra Maria Alcobaça Gomes, além de todo o corpo administrativo, especialmente D. Maridete, Sr. Batista e Sr. Ribamar, que me receberam, acreditaram e confiaram no projeto que me propus realizar.

Aos colegas e professores do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI, em especial ao professor Luiz Carlos Cruz (Puscas) coordenador do curso de Ciências Econômicas, maior incentivador e principal responsável por meu ingresso no mestrado, sempre presente e participativo em todas as minhas conquistas acadêmicas, ao Prof. Dr. Solimar Oliveira, pelo olhar crítico e atento, às formalizações necessárias ao trabalho.

Ao Prof. Dr. Francisco de Assis Veloso Filho, pelos sábios conselhos e sugestões que indubitavelmente muito contribuíram para o aperfeiçoamento e enriquecimento desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. José Luís Lopes Araújo, pelas contribuições e conselhos.

Às entidades e instituições que me receberam e gentilmente forneceram dados e informações utilizadas na pesquisa.

À Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Lira Monteiro, orientadora, que me acolheu e aceitou o desafio desta jornada, valendo-se muito além de seus conhecimentos econômicos, utilizando

freqüentemente parte de sua paciência, atenção e compreensão, para obter o êxito tão almejado no trabalho.

Ao apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, fundamental para a efetivação deste trabalho.

E, finalmente, a todos que por ventura não tenham sido citados, mas que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão desta dissertação.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	07
LISTA DE TABELAS.....	08
LISTA DE ANEXOS.....	09
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	11
RESUMO.....	14
ABSTRACT.....	15
CAPÍTULO 1 – Introdução.....	16
1.1 – Procedimento Metodológico.....	17
1.1.1– Dados Secundários.....	18
1.1.2- Pesquisa de Campo.....	19
1.2 – Análise dos Dados.....	20
1.3 – Estrutura da Dissertação.....	21
CAPÍTULO 2 – Sustentabilidade, Políticas Públicas e Pequena Produção.....	23
2.1 – A Sustentabilidade.....	24
2.1.1 – A Sustentabilidade no Contexto Mundial.....	24
2.1.2 – A Sustentabilidade no Contexto Brasileiro.....	26
2.1.3 – A Dimensão Econômica da Sustentabilidade.....	29
2.1.4 – A Sustentabilidade no Semi-Árido Nordeste e Agricultura Sustentável.....	30
2.2 – Políticas Públicas.....	32
2.3 – Pequena Produção.....	39
2.3.1 – Aspectos Históricos e Conceituais.....	39
2.3.2 – A Pequena Produção no Estado do Piauí.....	42
2.3.3 – A Pequena Produção e Desenvolvimento Local Sustentável	44
2.4 - Resumo Conclusivo.....	47
CAPITULO 3 – Caracterização do Semi-Árido Piauiense.....	49
3.1 – Definição de Semi-Árido.....	49

3.2 – Aspectos Sócio-Econômicos do Semi-Árido Piauiense.....	54
3.3 - Resumo Conclusivo.....	68
CAPÍTULO 4 – O Semi-Árido Piauiense no contexto das Políticas Públicas a partir da década de 1990.....	69
4.1 – Antecedentes Históricos	69
4.2 – Políticas Públicas e Programas implementados a partir da década de 1990.....	72
4.2.1 – Programas, Projetos e Agências executoras.....	72
4.2.2 – Organização Não-Governamental.....	89
4.3 – Resumo Conclusivo.....	91
CAPÍTULO 5 – Políticas Públicas e experiência bem-sucedida no Semi-Árido Piauiense.....	93
5.1 – Análise das Políticas Federais, Estaduais e Organização Não-Governamental.....	93
5.2 – Experiência local bem-sucedida.....	103
5.2.1 – Projeto “Mel com Qualidade” – Simplicio Mendes/PI.....	103
5.3 - Resumo Conclusivo.....	109
CAPÍTULO 6 – Conclusão.....	110
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS.....	120

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Volume Total e Origem de Recursos por Programa.....	94
QUADRO 2 – Custos dos Projetos programados e executados – PCPR I.....	95
QUADRO 3 – Custos dos Projetos programados e executados – PCPR II.....	95
QUADRO 4 – Produção anual de Mel da AAPI.....	107

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Proporção do nº de estabelecimentos por grupos de área total – Piauí – 1970, 1985, 1985 e 1995/1996.....	62
TABELA 2 – Proporção da área de estabelecimentos por grupos de área total – Piauí – 1970, 1985 e 1995/1996.....	62
TABELA 3 – Utilização da terra no Piauí – 1970, 1985 e 1995/1996.....	64
TABELA 4 – Área colhida com as principais lavouras no Piauí – 1970, 1985 e 1995/1996.....	66

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Municípios do semi-árido piauiense segundo a SUDENE.....	121
ANEXO B – Municípios do semi-árido piauiense segundo a Defesa Civil do Estado do Piauí.....	122
ANEXO C – Municípios do semi-árido piauiense segundo o Governo do Estado do Piauí.....	123
ANEXO D – Municípios do semi-árido piauiense segundo o estudo “Delimitação e Regionalização”.....	124
ANEXO E – Valor da produção agrícola municipal do semi-árido piauiense – lavouras temporárias e permanentes - 1990, 1994, 1999 e 2002.....	125
ANEXO F – Efetivos de rebanho total para os municípios do semi-árido piauiense – 1990, 1994, 1999 e 2002.....	134
ANEXO G – Renda <i>per capita</i> para os municípios do semi-árido piauiense – 1991 e 2000.....	138
ANEXO H – Índice de Degradação Ambiental e Cobertura Vegetal para os Municípios do Semi-Árido Piauiense – 2000.....	142
ANEXO I – Nº de contratos e valor total financiado pelo PCPR II para os municípios do Semi-Árido piauiense – 2002/2004.....	146
ANEXO J – Nº de contratos e montante de crédito rural do PRONAF para os municípios do semi-árido piauiense – 1999/2005.....	150

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa Semi-Árido Piauiense SUDENE.....	50
FIGURA 2 – Mapa Semi-Árido Piauiense Defesa Civil.....	51
FIGURA 3 – Mapa Semi-Árido Piauiense Governo do Estado do Piauí.....	52
FIGURA 4 – Mapa Semi-Árido Piauiense segundo o estudo Delimitação e Regionalização - UFPI.....	53
FIGURA 5 – Mapa IDH para os municípios do Semi-Árido Piauiense – 1991 e 2000.....	59
FIGURA 6 – Mapa município visitado no Semi-Árido Piauiense.....	103
FIGURA 7 – Depósito de mel.....	105
FIGURA 8 – Sede da Associação e Entreposto do mel.....	105
FIGURA 9 – Equipamento para purificação do mel.....	106
FIGURA 10 – Produção de cera.....	106
FIGURA 11 – Embalagens do mel.....	106
FIGURA 12 – Equipamento para envazamento do mel.....	106

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AAPI** – Associação dos Apicultores de Simplício Mendes/PI
- ADENE** – Agência de Desenvolvimento do Nordeste
- ADM** – Agência de Desenvolvimento Municipal
- APCR** – Apoio às Pequenas Comunidades Rurais
- ASA** – Articulação para o Semi-Árido Brasileiro
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNB** - Banco do Nordeste do Brasil
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento
- CEPRO** – Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
- CODEVASF** - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
- CONTAG** – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
- COOTAP** – Cooperativa de Produção e Serviços Técnicos Agrícolas e Associados
- DENOCs** - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- DFA** – Delegacia Federal da Agricultura
- DLIS** - Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
- ECO 92** – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- EMATER** – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FAPEPI** – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Piauí
- FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FEBRABAN** – Federação Brasileira dos Bancos
- FETAG** – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
- FPM** – Fundo de Participação do Município
- FNE** – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
- FUMAC** - Fundo Municipal de Apoio às Comunidades
- FUMAC – P** – Fundo Municipal de Apoio às Comunidades Piloto
- FUNDEF** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
- FUNTEC**- Fundo especial de Apoio á Pesquisa
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICDI- Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões do Semi-Árido

ID – Índice de Degradação Ambiental

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDHM-L - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade

IDHM-E - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educação

IDHM-R - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda

INCRA – Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária

INTERPI – Instituto de Terras do Piauí

IOCS - Inspeção de Obras contra as Secas

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MST - Movimento dos Sem –Terra

NORTEC – Empresa Nordeste de Assistência Técnica

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG - Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

P1MC – Programa 1 milhão de Cisternas

PAC – Programa de Apoio às Comunidades Campesinas

PAC – Projetos Alternativos Comunitários

PAM – Produção Agrícola Municipal

PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PATME – Programa de Apoio Tecnológico a Micro e Pequenas Empresas

PCPR - Programa de Combate à Pobreza Rural

PIB – Produto Interno Bruto

PIN - Programa de Integração Nacional

PLANAP – Plano de Ação Integrado do Vale do Parnaíba

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste

PPCSA – Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido

PPM – Produção da Pecuária Municipal

PRODER – Programa de Emprego e Renda

PROINE - Programa de Irrigação do Nordeste

PROHIDRO - Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos

PROCANOR - Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste

PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

SASC - Secretaria da Assistência Social e Cidadania

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEBRAE - Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí

SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura

SEMAR – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIC – Secretaria da Indústria e Comércio

SIF – Serviço de Inspeção Federal

SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

UFPI - Universidade Federal do Piauí

RESUMO

Há mais de cinquenta anos, os formuladores de políticas públicas e programas tentam promover o desenvolvimento no sertão nordestino e, mais especificamente, no semi-árido piauiense. Contudo, apesar de algumas experiências bem-sucedidas, esta região encontra-se ainda, em condições de extrema pobreza e miséria. Nesse sentido, faz-se necessária a análise dos mecanismos de fomento para melhor conhecimento e entendimento dessa problemática. O objetivo desse estudo é analisar as políticas públicas e programas para o semi-árido piauiense a partir da década de 1990, seus resultados e perspectivas, promovendo uma discussão acerca da dimensão econômica da sustentabilidade. Para tanto, caracterizar-se-á o semi-árido em seus aspectos físicos e sócio-econômicos, investigar-se-á as ações tanto governamental quanto não-governamental de convivência com a região semi-árida e estudar-se-á uma experiência local sustentável como resultado das políticas analisadas. A metodologia utilizada consiste na revisão bibliográfica sobre a sustentabilidade, as políticas públicas, e a pequena produção, além do levantamento de dados em instituições governamentais nos planos federal, estadual e municipal, tais como IBGE, Fundação CEPRO, CODEVASF, EMBRAPA, SEBRAE, Banco do Nordeste, EMATER, SEPLAN, SDR, FETAG, CONTAG, MST, sindicatos e outras formas de organizações. Constitui também a metodologia pesquisa de campo, por meio de entrevistas abertas a líderes e/ou dirigentes governamentais e não-governamentais, no município de Simplício Mendes, beneficiado com Programas de desenvolvimento. As ações direcionadas para o semi-árido piauiense, especialmente em âmbito estadual, foram bastante reduzidas, porém com grande volume de recursos disponibilizados. Essa circunstância, no entanto, não promoveu mudança significativa nas condições econômicas da região, haja vista a verificação de queda tanto da produção agrícola quanto da pecuária, além de um contínuo e crescente processo de degradação ambiental. Sendo assim, os municípios do semi-árido continuaram dependentes de transferências oficiais. Não obstante essa situação, a experiência local analisada demonstra um potencial de desenvolvimento subaproveitado na região, dadas as mudanças positivas identificadas no padrão de vida da população residente no município que abriga tal experiência. Espera-se, com esse trabalho, contribuir com a comunidade científica, com a sociedade em geral e com os organismos e entidades envolvidas direta ou indiretamente na melhoria das condições de vida do homem do semi-árido piauiense.

Palavras-chave: semi-árido, políticas públicas, sustentabilidade, pequena produção.

ABSTRACT

For over fifty years the public politics and programs thinkers tried to promote the development of the northeast countryside, more specifically Piauí's semi-arid. In spite of some well-succeed experiences, the region still is in extreme poverty conditions. It's necessary, then, to analyze the mechanisms to promote a better knowledge and understanding of this problem. The aim of this study is to analyze the public politics and programs to Piauí's semi-arid since the 1990's, as well as its results and perspectives. The objective is also to promote a discussion about the economic dimension of sustainability. To achieve this, the study is compound of three parts: the investigation of governmental and non-governmental actions related to the semi-arid region; characterization of the semi-arid region in its physical, social and economical aspects; and a study of two sustainable local experiences as a result of the politics analyzed. The methodology consists in a review about sustainability, public politics and small production, besides a data survey of governmental institutions as: IBGE, CEPRO Foudation, CODEVASF, EMBRAPA, SEBRAE, Banco do Nordeste, EMATER, SEPLAN, SDR, FETAG, CONTAG, MST, syndicates and other. The approach used also consists in a research carried in the city of Simplicio Mendes-Piauí through open interviews with governmental and non-governmental leaders. This research concludes that, in spite of the great volume of resources available, few actions were developed in Piauí's semi-arid, with no significative changes in the economical conditions of the region. Although the presented picture, the local experiences showed the potential of the area thanks to the positive changes identified on the living-standard of the population analyzed in these cities.

Key words: semi-arid, public politics, sustainability, small production.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

O semi-árido nordestino vem sendo apontado como uma região-problema desde o início de século XX. Há mais de cinquenta anos que soluções, programas e políticas versadas nas mais distintas formas de engenharia vêm tentando solucionar a questão do subdesenvolvimento da região. Porém, nas últimas décadas, com a emergência do debate em torno da noção de sustentabilidade¹, as ações enfatizam a necessidade de aliar crescimento econômico com melhoria das condições de vida da população e conservação ambiental.

Nessa perspectiva, o Projeto Áridas (1995) propõe um novo caminho de desenvolvimento para o Nordeste no qual a inserção da região em âmbito nacional e internacional ocorra através da modernização produtiva, proporcionando maior competitividade, educação, saúde e habitação, promovendo maior bem-estar à vida das pessoas e redução da pobreza e das desigualdades, além de estimular o uso racional dos recursos naturais.

Não se pretende, no entanto, desconsiderar as especificidades e dificuldades inerentes à região, porém a perpetuada vinculação dos entraves que a permeiam ao fenômeno da seca não pode ser concebida como a resposta mais adequada às questões que insistentemente desafiam os formuladores das políticas direcionadas ao Nordeste e especificamente ao semi-árido. A seca constitui-se num fenômeno e como tal apresenta caráter cíclico e momentâneo, embora prolongado. Diante dessa constatação, fica a lacuna sobre o “porquê” da manutenção dos padrões de precários níveis de condições de vida na região, mesmo nos anos em que esse fenômeno não ocorre.

Apesar do vasto universo de políticas públicas e programas² empregados nessa região no sentido de se modificar o quadro de subdesenvolvimento e estagnação, o que se percebe é a perpetuação de tais problemas, fazendo-se necessária a identificação dos elementos que representam empecilhos para uma mudança efetiva à população do semi-árido.

¹ Refere-se ao atendimento das necessidades das gerações presentes, de forma racional, sem que haja comprometimento do atendimento das necessidades das gerações futuras.

² Maiores considerações sobre as Políticas e Programas encontram-se no capítulo 4 .

Sendo assim, a pergunta norteadora da dissertação é: **Por que, depois de inúmeras políticas e programas implementados, a região semi-árida continua em condições de extrema pobreza?** Partindo dessa problemática, a hipótese desse estudo centra-se no fato de que as políticas e programas foram ineficazes e não conseguiram reverter o quadro negativo que envolve o semi-árido.

Com o fim de constatar a hipótese enunciada, esse trabalho objetiva avaliar as políticas públicas e programas destinados ao semi-árido piauiense a partir da década de 1990, seus resultados e perspectivas, tendo em vista a dimensão econômica da sustentabilidade, privilegiando os pequenos estabelecimentos e pequenos negócios rurais, por ser esta a forma predominante de organização sócio-econômica do semi-árido do estado do Piauí. Por outro lado, procura-se também demonstrar a viabilidade econômica da região, através do exemplo de uma experiência local bem-sucedida, resultante das políticas apresentadas ao longo do estudo. Esclarece-se, contudo, que essa exposição tem como principal finalidade fornecer maior praticidade ao estudo ora desenvolvido, não sendo assim objeto central de análise.

Faz-se oportuno esclarecer ainda que, apesar de o título referir-se às políticas e programas implementados “a partir” da década de 1990, a ênfase concentra-se nas ações que ocorreram ao longo dessa década. A justificativa para tal prolongamento repousa no fato de que alguns programas analisados foram iniciados no final do período considerado, adentrando os anos 2000, assim, evidenciam-se resultados que datam até o ano de 2004.

Para a consecução do objetivo e da hipótese estabelecidos, caracterizar-se-á o semi-árido piauiense em seus aspectos físicos e sócio-econômicos, bem como se analisará a dinâmica de ocupação e o uso das terras da região; investigar-se-ão as políticas tanto no âmbito governamental quanto no não-governamental de convivência com o semi-árido, suas principais ações e instrumentos utilizados para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população e; finalizar-se-á o trabalho com a ilustração da experiência local anteriormente mencionada.

1.1 Procedimento metodológico

A metodologia aplicada neste trabalho baseou-se nas técnicas já usualmente utilizadas em ciências sociais, objetivando o conhecimento das políticas públicas implementadas no

semi-árido piauiense a partir da década de 1990, seus resultados e perspectivas, privilegiando o pequeno estabelecimento agrícola e o aspecto da sustentabilidade econômica.

A metodologia constitui-se das seguintes etapas:

1.1.1 - Dados secundários

Realizou-se um levantamento de dados secundários acerca do tema da sustentabilidade, mostrando suas principais vertentes e, mais especificamente, o viés econômico a respeito das políticas públicas que foram historicamente implementadas no Nordeste brasileiro e no estado do Piauí, objetivando o combate à pobreza rural e o desenvolvimento da região semi-árida, além de uma incursão sobre a pequena produção, já que esta é ainda a principal forma organizacional produtiva no semi-árido no Piauí.

Debateu-se sobre as principais definições acerca da delimitação da região semi-árida no Piauí, bem como de algumas variáveis, a exemplo da Produção Agrícola Municipal (PAM), Produção da Pecuária Municipal (PPM), Renda *per capita* municipal, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a fim de refletir o quadro econômico, a estrutura fundiária, a utilização das terras e a degradação ambiental.

Esses dados foram coletados em referências bibliográficas e em instituições governamentais e não-governamentais, tais como:

- Federais - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE).
- Estaduais - Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO).

- ONG - Cáritas do Brasil

1.1.2 – Pesquisa de campo

Foi realizado um estudo de uma atividade bem-sucedida resultante dessas políticas e conclusivamente algumas considerações e recomendações serão expostas para que as ações governamentais e não-governamentais possam efetivamente ser capazes de modificar e melhorar a condição de vida da população do semi-árido. A atividade escolhida justifica-se por estar localizada em um município profundamente afetado pela adversidade climática do semi-árido e cujo índice de desenvolvimento humano é extremamente baixo. O caso enquadra-se no âmbito do Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS), na atividade apícola no município de Simplício Mendes/PI, a qual tem sido objeto de referências quanto a perspectivas e alternativas de desenvolvimento para o semi-árido.

A análise constará de observação *in loco* das atividades no município e posterior relato das informações coletadas, utilizando-se para tal uma adaptação da metodologia empregada pelo SEBRAE (2003) para estudo de casos bem sucedidos. Esse procedimento decorre de um antigo método amplamente aplicado em Harvard, herdado das Faculdades de Direito e de Medicina e adotado nos cursos de Administração, cujo objetivo é ensinar e aprender através de estudos de casos. Dessa forma, o aprendizado é construído relacionando-se o conhecimento e os conceitos teóricos com a aplicação prática.

Podem-se resumir os estudos de caso em duas categorias básicas: estudo de caso como instrumento de pesquisa científica; e estudo de caso como instrumento de ensino. Com relação à estrutura, há duas opções a serem consideradas: no modelo tradicional, desenvolvido pela Universidade de Harvard, ocorre a apresentação de uma situação sem solução para que o aluno resolva o problema em sala de aula; no modelo mais popular, amplamente aplicado pelas escolas de negócio, apresenta-se uma situação para a qual já houve uma solução bem-sucedida.

A opção adotada pelo SEBRAE foi a segunda, já que o objetivo era a divulgação de suas experiências. Tal situação foi desenvolvida com a seguinte estrutura metodológica:

- introdução - identifica-se o protagonista, o período da narrativa e o dilema ou situação tratada no caso;
- antecedentes - breve relato da situação na região de abrangência, antes do início do projeto;
- desenvolvimento do caso - parte central, com a descrição da história de sucesso;
- conclusão - considerações e análises sobre os resultados obtidos, estágio de maturidade e possíveis desdobramentos e;
- questões para discussão: questões que levem o leitor à reflexão sobre o caso, as soluções adotadas, alternativas e expectativas.

Neste trabalho, esse método será utilizado somente como roteiro para a exposição dos casos escolhidos, podendo não haver rigorosa igualdade no tocante à estruturação deles.

Realizou-se também um levantamento de material fotográfico, além de entrevistas abertas e desestruturadas³ com 04 (quatro) pessoas (sendo três apicultores e um apicultor/administrador) em Simplício Mendes/PI, escolhidos aleatoriamente, o que abrange administradores e beneficiários dos Projetos desenvolvidos. que discorreram a respeito dos impactos dessas atividades para a melhoria do nível de vida dos trabalhadores envolvidos, para a economia e para o meio ambiente dos municípios.

1.2 - Análise dos dados

Com relação aos aspectos físicos, foram pesquisadas as principais definições do semi-árido piauiense, explicitando as características de cada uma das versões apresentadas. A partir daí, elegeu-se a definição considerada mais condizente com o estudo.

Para a caracterização do semi-árido nos aspectos econômicos, foram analisadas as variáveis Produção Agrícola Municipal (PAM), de culturas temporárias e permanentes nos

³ Entrevistas abertas e desestruturadas, referem-se àquelas em que as perguntas não obedecem a um roteiro previamente estabelecido e onde há liberdade de conversação de forma objetiva. Além disso, o entrevistado pode responder livremente com frases ou orações.(MARTINS, 1994).

anos de 1990, 1994, 1999 e 2002, e a Produção da Pecuária Municipal (PPM) através do efetivo de rebanho (em cabeças) para o período de 1990, 1994, 1999 e 2002. Utilizou-se também, a Renda *Per Capita* dos municípios da região nos anos de 1991 e 2000. A análise foi realizada por meio da observação do comportamento das variáveis no período considerado, atestando o seu crescimento ou declínio. Oportunamente, esclarece-se que a eleição das variáveis provém do fato de que a economia semi-árida é ainda fortemente regida por práticas agropecuárias. A divergência quanto ao intervalo de análise dessas variáveis se justifica em decorrência da forma e do período de disponibilização dos dados pelos órgãos competentes.

Com relação à estrutura fundiária e utilização das terras, recorreu-se aos levantamentos censitários para o Piauí, haja vista a ausência de dados exclusivos para a região semi-árida do Estado nos anos de 1970, 1985 e 1995/1996, que foram analisados através da percepção do desempenho, no período em questão.

A análise da degradação ambiental levou em consideração o Índice de Degradação Ambiental (ID) levantado por Lemos (2001) para o conjunto de municípios do semi-árido no ano de 2000, considerando que quanto mais próximo de 100% estiver o índice, mais degradado estará o meio ambiente da localidade analisada.

As políticas públicas e programas, tiveram sua análise baseada na comparação entre os objetivos e ações implementadas por esses, o volume de recursos disponibilizados⁴ para a região e os resultados obtidos nas variáveis anteriores, que caracterizaram economicamente o semi-árido, viés central deste trabalho.

1.3 - Estrutura da dissertação

Quanto à estrutura do trabalho, o segundo capítulo refere-se ao embasamento teórico, que trata da discussão concernente à sustentabilidade, especialmente na dimensão econômica, e das políticas públicas, com ênfase no pequeno empreendimento agrícola, por serem aquelas a principal forma de organização sócio-econômica do semi-árido piauiense. No terceiro capítulo, discorre-se sobre o semi-árido piauiense em seus aspectos geográfico, social e econômico, bem como a forma de ocupação e uso das terras. No quarto, são abordadas as

⁴ Somente para alguns Programas foi possível o levantamento do volume de recursos, e nem sempre para o período integral de atuação deles, devido à indisponibilidade de dados pelos órgãos competentes.

principais políticas públicas e programas direcionados ao semi-árido piauiense nas esferas federal e estadual; também se destacam os organismos governamentais e não-governamentais envolvidos em programas desse jaez.

No quinto capítulo, o destaque são os programas e políticas públicas identificados no capítulo anterior, além do estudo de um caso bem-sucedido previamente estabelecido, resultante de programas aplicados às comunidades situadas no semi-árido piauiense.

E, conclusivamente no sexto capítulo, tecem-se algumas considerações sobre o debate em questão, objetivando, identificar elementos e ações que realmente contribuam para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população do semi-árido.

CAPÍTULO II – SUSTENTABILIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E PEQUENA PRODUÇÃO

Com o advento do processo de globalização, o mundo vem passando por inúmeras transformações, especialmente com relação aos padrões produtivos. Numa sociedade cada vez mais direcionada ao consumo exacerbado, levando a um padrão de produção insustentável para o planeta, um aspecto por muito tempo ignorado pela maioria dos países industrializados destaca-se no cenário internacional: o sobreuso de recursos naturais e suas conseqüências ambientais. Assim, na conjuntura atual, o debate acerca da sustentabilidade ganha força e é inquestionável a necessidade da implementação definitiva, nas mesas decisórias, das questões que se relacionam com a problemática da escassez de recursos.

Dessa forma, faz-se imprescindível o compromisso político nas esferas nacional e internacional para a adoção de um novo modelo de desenvolvimento, adotando outras bases de produção e consumo, valorizando o equilíbrio entre crescimento econômico e conservação do meio ambiente. Pensar de forma conjunta e unificada a dimensão das questões global, nacional, regional e local talvez seja o maior desafio que permeia a adoção de um padrão sustentável. Surge assim o princípio da sustentabilidade, configurando-se num limite ao descontrolado processo civilizatório.

Nesse sentido, apesar da difusão massificante do processo global, a revalorização do espaço local é imprescindível para a efetivação de políticas que visem ao desenvolvimento de economias baseadas na pequena produção, que deve ser entendida não como um processo autárquico e isolado das demais formas produtivas, mas sim como a possibilidade de interligação entre os diversos espaços. No cenário econômico atual, cada vez mais competitivo e interligado, é quase impensável cogitar um sistema produtivo baseado exclusivamente em consumo local que proporcione melhorias e mudanças reais na qualidade de vida de suas comunidades.

Com o objetivo de discorrer sobre tal debate, organizou-se o capítulo em 03 (três) tópicos, seguidos de um resumo conclusivo. O primeiro tópico versa sobre a sustentabilidade no contexto nacional e internacional, seu aspecto econômico e sua concepção no semi-árido

nordestino; o segundo enfatiza as políticas públicas, expondo a opinião de alguns autores; o terceiro aborda a pequena produção no viés conceitual, bem como sua apresentação local. E, por fim, apresenta-se o resumo conclusivo.

2.1 – Sustentabilidade

2.1.1 – A sustentabilidade no contexto mundial

Segundo Leff (2001), as primeiras manifestações de consciência ambiental datam da década de 1960, com a publicação da obra *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, considerado um clássico do movimento ambientalista, quando o mundo passa a enfrentar problemas de esgotamento de recursos naturais e quando se realiza uma reunião na “Accademia dei Lincei” em 1968, na cidade de Roma, envolvendo 30 pessoas de dez países, entre cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos. O principal objetivo dessa reunião era discutir e refletir sobre a crise e dilemas atuais e futuros da humanidade, o que fez surgir o Clube de Roma, que em 1972 publicou o livro *Limites do Crescimento*.

Ao longo dos anos 1970, houve a criação e a disseminação dos chamados “Partidos Verdes”, que promoviam resistência à destruição do meio ambiente. A Conferência das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo, 1972, com a participação de 113 países, constituiu-se num fórum de extrema importância, haja vista a explicitação dos desafios da degradação ambiental frente ao progresso da modernidade, redundando na emergência, pela primeira vez do termo “ecodesenvolvimento”⁵ evoluindo posteriormente para “desenvolvimento sustentável”.

Em 1984, a pedido do Secretário-Geral das Nações Unidas, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento com o objetivo de avaliar o processo de degradação ambiental, bem como os métodos utilizados para combatê-la. Assim, após três

⁵ De acordo com Igacy Sachs *apud* Vieira e Bredariol (1998, p.58), “(...) um processo criativo de transformação do meio, com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício inconsiderado dos recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades reais de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. Promover o Ecodesenvolvimento é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas repensem seus problemas, identifiquem suas necessidades e os recursos potenciais para receber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica”.

anos de incessantes estudos, debates e audiências públicas, chegou-se ao documento *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Bruntland, que buscou um consenso quanto à adoção de uma política que unificasse as distintas visões e interesses dos países, povos e sociedades, baseado na preservação do meio ambiente. Começou-se a partir daí, a formação de uma estratégia política voltada para a sustentabilidade contando com o esforço e cooperação de todas as nações.

A Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em 1992, representou outro importante avanço do movimento ambientalista no mundo. Reuniu 170 nações com o objetivo de identificar estratégias regionais e globais para as questões ambientais, avaliar tanto a situação mundial relacionada ao meio ambiente, após a Conferência de Estocolmo, quanto as estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável⁶ e eliminação da pobreza no mundo. Ademais, foi proposta uma Agenda para o século XXI, baseada no conceito de desenvolvimento sustentável, a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a aprovação da Convenção da Diversidade Biológica ou Biodiversidade⁷ e a aprovação da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e dos Princípios para Administração, Conservação e Desenvolvimento das Florestas.

Desde a elaboração da Agenda 21, parte de suas propostas foram ou estão sendo concretizadas, como o envolvimento dos empresários, o aumento da consciência ambiental da sociedade, maior ação institucional, com destaque para a elaboração da Lei dos Crimes Ambientais⁸, progresso na área da ciência e tecnologia, com crescente formação de mestres e doutores nas universidades do país, além de reformas econômicas para a retomada do crescimento a partir da criação do Plano Real.

⁶ Há grande debate em torno do conceito de Desenvolvimento Sustentável, contudo, neste trabalho, utiliza-se o conceito da Agenda 21 Brasileira, intitulado Infra-estrutura e Integração Regional (BRASIL. 1999, p.50/51): *“Entende-se por desenvolvimento sustentável aquele que concilia métodos de proteção ambiental, equidade social e eficiência econômica, promovendo a inclusão econômica e social, por meio de políticas de emprego e renda. Esse estilo de desenvolvimento deve oferecer um amplo conjunto de políticas públicas capaz de universalizar o acesso da população aos serviços de infra-estrutura econômica e social, mobilizando os recursos para satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”*.

⁷ Refere-se a todo o conjunto da ampla variedade de espécies, quer sejam elas animais ou vegetais, bem como microorganismos de determinado *habitat* natural.

⁸ Lei Federal nº 9.605, de fevereiro de 1998, que responsabiliza pessoas jurídicas (administrativa, civil e penalmente) pelas atividades que comprometam o meio ambiente. Esta Lei não exclui a responsabilidade de pessoas civis autoras, co-autoras ou participantes de tais atividades. (AGENDA 21 – AÇÕES PRIORITÁRIAS, 2001).

Em 1997, aconteceu em Kyoto, Japão, a Conferência da ONU sobre mudanças no clima, em que foi proposta a assinatura de um acordo internacional para a redução da emissão de gases contaminantes na atmosfera, especialmente o dióxido de carbono (CO₂), os quais deveriam ser reduzidos em 5,2% em oito anos em relação aos índices de 1990. O país com maior índice de emissão de gases do mundo, os Estados Unidos da América, até hoje não assinaram o Protocolo, gerando controvérsias e polêmicas. Não obstante a postura desse país, o acordo começou a ser implementado no início de 2005.

Com a intenção de avançar no debate iniciado em 1992 (Eco-92), a ONU realizou em 2002 na cidade de Johannesburgo, África do Sul, a “Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável”, também conhecido como Cúpula da Terra ou Rio + 10. Esse debate, porém, não obteve grandes progressos, uma vez que não mostrou empenho por parte dos países desenvolvidos em assumir responsabilidades pelos danos ambientais nem firmar compromissos referentes aos países do Terceiro Mundo.

Nessa perspectiva, infere-se que a questão ambiental, ao longo do tempo, assumiu um papel e uma importância cada vez mais urgentes nas agendas governamentais. Com a emergência do conceito de sustentabilidade, o compromisso da comunidade mundial, especialmente dos países centrais, para a conservação dos recursos passou a ser concebido como chave para a criação de um desenvolvimento mais saudável e menos devastador para a humanidade, embora haja freqüentemente uma tentativa mais de “parecer” do que “ser” ecologicamente correto, pois o “ser” implica o deslocamento das boas intenções do campo teórico para o campo prático e envolve a reavaliação de valores e interesses.

2.1.2 – A sustentabilidade no contexto brasileiro

De acordo com Vieira e Bredariol (1998), somente nos últimos quarenta anos as políticas públicas voltaram-se à questão ecológica no país, já que antes disso não havia especificamente uma ação efetiva de preservação ambiental. O episódio Carlos Dayrel, ocorrido em Porto Alegre em 1975, que consistiu em um protesto contra a derrubada de uma árvore de 80 anos para dar lugar a uma pista de rolamento, configurou-se no marco inicial desse movimento no Brasil. Assim, uma nova geração de militantes ecológica despertou para

o ambientalismo, no entanto o movimento brasileiro foi marcado por uma disseminação de pequenos grupos, ao contrário da consolidação de grandes grupos de ONG's em outros países.

Com o processo de abertura política na década de 1980, esse movimento cresceu e a maior concentração de ativistas passou a figurar na cidade do Rio de Janeiro, transformando-se na base para a criação, em 1986, do Partido Verde, que, por sua vez, foi responsável por importantes conquistas na Constituição de 1988. Além disso, esse mesmo ano, também, foi marcado por intensas queimadas na Amazônia, culminando com o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, com repercussão nacional e internacionalmente, o que provocou a inclusão definitiva no cenário nacional do discurso ambientalista.

No bojo desse debate em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92 ou Rio-92, suscitando, pela primeira vez no país, de forma generalizada, a importância das questões ambientais e a necessidade de mudanças no modelo de desenvolvimento. Os 170 países reunidos firmaram um ambicioso programa de ações conjuntas para a promoção do desenvolvimento sustentável, como a Agenda-21, documento que se materializou numa espécie de guia com a sugestão de ações, metodologias e atores para a implementação de mecanismos e programas pautados na sustentabilidade.

A Agenda 21 Brasileira resultou de discussões realizadas em todo o território nacional, tendo como principal objetivo a redefinição do modelo de desenvolvimento adotado pelo país com a introdução do conceito de sustentabilidade. Em 1997, a cidade do Rio de Janeiro, sediou o evento denominado Rio + 5, com a finalidade de discutir as propostas e ações ainda não implantadas da Eco-92.

De acordo com a Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional (2002), a sustentabilidade está apoiada em cinco dimensões básicas:

- ambiental e ecológica – reporta-se à base física do processo de crescimento, objetivando a manutenção de reservas de capital natural ao longo do processo produtivo, ou seja, o atendimento das necessidades humanas deve estar pautado no uso racional dos recursos naturais, implicando a manutenção da capacidade de absorção e a recomposição dos ecossistemas devido às agressões sofridas;

- social – estreitamente ligada ao processo de desenvolvimento, objetiva fundamentalmente melhorar as condições de vida da população, implicando na adoção de políticas de caráter distributivo e universalização da saúde, educação habitação e seguridade social;
- política – refere-se ao processo de construção da cidadania, a fim de proporcionar a inserção dos indivíduos no processo de desenvolvimento;
- econômica – relaciona-se à gestão eficiente de recursos em geral, especialmente no tocante à regularidade de investimentos públicos e privados;
- cultural – diz respeito à integridade das características locais, regionais e nacionais no contexto do processo de padronização, consequência do mundo globalizado.

A preservação do meio ambiente no Brasil tem evoluído sistematicamente, uma vez que a Eco-92, que para alguns estudiosos não teve resultados satisfatórios, configurou-se num marco do movimento no país e no mundo, dada sua dimensão e alcance internacional, além de promover a elaboração de um dos mais valiosos documentos e manuais da boa convivência entre sociedade e natureza.

Contudo, apesar de evoluir no país a concepção sobre a importância da causa ambiental e das diretrizes lançadas pela Agenda 21, persistem ações que causam externalidades negativas, como o desmatamento sem precedentes, principalmente em regiões centrais do ponto de vista da biodiversidade, tais como a Floresta Amazônica e os Cerrados. Na Amazônia, desde muito tempo, ocorrem inúmeros conflitos entre as autoridades, grandes proprietários de terras e madeireiras que utilizam ilegalmente os recursos da área para a pecuária, valendo-se amplamente do método de queimadas para a criação de pastos, do extrativismo, do corte de árvores e de outras atividades danosas ao seu equilíbrio. Com os Cerrados, a situação é de gravidade similar, visto que a vegetação vem sendo descomensuradamente devastada, sobretudo para a produção agrícola em grande escala, que geralmente utiliza elevado grau de mecanização e pesticidas.

2.1.3 – A dimensão econômica da sustentabilidade

Todas as dimensões da sustentabilidade apontadas têm papel fundamental para a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável. No entanto, neste trabalho, privilegiaremos a dimensão econômica por ser o foco da análise e base da pesquisa, uma vez que o crescimento econômico, embora não seja por si só suficiente para a promoção do bem-estar social, é elemento imprescindível para a melhoria das condições de vida da população.

O desafio relacionado à dimensão econômica repousa no modo de produção capitalista, que se caracteriza pela extrema concentração de renda e crescimento exacerbado do consumo nas classes mais altas da população, acarretando uma pressão ascendente sobre os recursos naturais. Fica à margem do processo a maioria pobre que, além de não se beneficiar do volume de riqueza gerado pelo sistema, geralmente é quem mais se prejudica e é afetada pelos danos ambientais causados por ele.

Com o crescente avanço do neoliberalismo⁹ no mundo, o mercado passa a ser considerado o mais importante instrumento para a promoção do desenvolvimento, que pode assumir duas vertentes: a sustentabilidade e a insustentabilidade. A escolha entre uma ou outra vertente não compete à “mão invisível”¹⁰ que supostamente rege os mercados, mas sim ao próprio homem, hajam vista as práticas agrícolas (ocupação de terras marginais, desmatamento de florestas, uso excessivo de mecanização e pesticidas, desperdício de água e energia), aliadas à exploração e elevado consumo constituírem-se em intervenções econômicas que afetam profundamente o equilíbrio ambiental, conduzindo-os à insustentabilidade.

De acordo com a Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional (2002), a questão econômica é complementada por mais quatro dimensões, que demonstram os pilares de sua fundamentação:

- ética – verifica-se a necessidade de reconhecimento de que não só a organização da sociedade está em jogo mas a própria vida dos seres;

⁹ Refere-se à teoria segundo a qual os mercados por si próprios encontram seu equilíbrio, pois há uma “mão invisível” que os regula sem necessidade de interferências externas, como a do Estado, por exemplo.

¹⁰ Idem.

- temporal – mostra-se a necessidade de planejamento a longo prazo desvinculando-se da lógica imediatista;
- social – destaca-se a importância de uma sociedade sustentável, e;
- prática – reforça-se o desejo de mudar os padrões de produção e consumo.

Ademais, faz-se mister destacar a importância do papel do Estado como agente e condutor do desenvolvimento harmônico e equilibrado, baseado na justiça e equidade econômica, como responsável pela integração regional e ações para a redução de desigualdades sociais, a exemplo da reforma agrária e dos programas de geração de emprego e renda. Assim, é necessário que as instituições econômicas, seja pública ou privada, assumam a responsabilidade pelas conseqüências dos danos ambientais causados direta ou indiretamente pela ação ou omissão delas.

2.1.4 – A sustentabilidade no semi-árido nordestino e a agricultura sustentável

A construção da sustentabilidade na região Nordeste do Brasil, remonta antes mesmo da realização da ECO-92 ocorrida em junho de 1992. O estudo que resultou no conjunto de propostas para o desenvolvimento do Nordeste pautado no padrão sustentável, conhecido como Projeto Áridas, lançado em janeiro de 1992, já chamava atenção para a necessidade de mudanças quanto ao modelo de desenvolvimento até então adotado.

A sustentabilidade para o semi-árido, na visão da Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias (2001), tem como desafios a gestão eficiente de recursos hídricos e a solução do problema das secas que implica no estabelecimento de meios de convivência com tal fenômeno. Apesar de inúmeros projetos de irrigação e retenção de águas já formulados e implementados, a crise secular das secas continua penalizando fortemente as comunidades do semi-árido e perpetuando a condição de miséria e pobreza que assola a região.

O processo de desertificação que atinge inúmeras regiões e os movimentos migratórios internos e externos constituem-se também em desafios para a construção da sustentabilidade, já que esses fatores contribuem para o aumento da favelização nos grandes centros urbanos,

para o esvaziamento de algumas regiões e aglomerações em outras áreas, com o conseqüente agravamento de problemas sociais.

A situação do semi-árido nordestino se agrava devido à estrutura fundiária fortemente concentrada. Dessa forma, faz-se necessária a construção de alternativas econômicas capazes de gerar emprego e renda, que além de melhorar as condições de vida da população, auxiliará na conservação da diversidade biológica, porque sem meios de produção que lhes garanta uma renda mínima, a população da região geralmente dedica-se a atividades como caça, extrativismo, além de utilizar inadequadamente o solo, através de ações altamente predatórias. Assim, a implementação da sustentabilidade no semi-árido nordestino exige bem mais que conhecimento e informação, necessita também de meios e condições para que se possa pôr em prática as diretrizes dessas alternativas.

Uma vez que a atividade agrícola é predominante na região semi-árida nordestina e a que mais intimamente relaciona o homem com a natureza, a prática de uma agricultura sustentável é inquestionavelmente um dos principais fatores que levarão ao êxito do desafio da sustentabilidade.

Em conformidade com Gasques, (1994, p. 9),

A análise da sustentabilidade em regiões pobres como o nordeste(sic), deve levar em conta e reconhecer a existência de um processo de causação cumulativa entre as condições de pobreza, degradação ambiental e subdesenvolvimento. As populações pobres em sua luta pela sobrevivência são impelidas a um sobreuso e predação de recursos naturais e do meio ambiente em qual, minando as próprias bases para um desenvolvimento sustentável a longo prazo. No semi-árido a sustentabilidade dos produtores rurais está na dependência de dois aspectos principais. Primeiro, é condição necessária a sobrevivência da família, rural em condições dignas. Daí a necessidade de geração de uma renda mínima para cobrir as necessidades primárias da família. Segundo, como os atuais sistema de produção em uso não conseguem gerar uma renda mínima, eles estão sobrevivendo no campo às custas da destruição da natureza, através da venda de caça, lenha, carvão, madeira, etc.

De acordo com a Agenda 21 Brasileira (2001), a idéia de uma agricultura sustentável não implica um retrocesso dos avanços tecnológicos alcançados pelo setor agrícola, mas sim uma agricultura que não prejudique o meio ambiente e não promova pressões sobre os recursos naturais, especialmente no semi-árido, onde grande parte da população vem

travando, ao longo de décadas, uma luta para conviver com as dificuldades naturais numa tentativa de adaptação a um meio ambiente severamente hostil, visto que a utilização de métodos empíricos herdados de gerações anteriores, muitas vezes danosos, configura-se na base de práticas agrícolas das comunidades dessa região.

A adoção de medidas que levem a uma agricultura sustentável recai, assim, numa outra questão: o desenvolvimento de tecnologia adequada às condições adversas do semi-árido e o acesso das comunidades de forma facilitada e desburocratizada a estes métodos. Sabe-se o quão difícil é levar à prática o conceito de sustentabilidade em países ricos e desenvolvidos, logo para regiões pobres e miseráveis como o semi-árido, essa empreitada torna-se uma luta colossal entre a própria sobrevivência e a utilização de atividades ambientalmente saudáveis. A questão perpassa por outros entraves percebidos no semi-árido, destacando-se o baixo nível educacional da população, precedido pela pobreza pujante e até desumana, além de traços culturais de cunho predatório para a natureza, o que dificulta a disseminação de um ambiente que contemple produção e preservação dos recursos naturais simultaneamente.

2.2 – Políticas públicas

O debate que envolve o conceito e as concepções de políticas públicas é extenso e diversificado. Para um melhor entendimento acerca dessa temática, fez-se um levantamento da visão de alguns autores no sentido de torná-la mais compreensiva.

De acordo com Silva e Silva (2001, p. 37), políticas públicas são entendidas como

Uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Articula diferentes sujeitos, que apresentam interesses e expectativas diversa. Constitui um conjunto de ações ou omissões do Estado, decorrente de decisões e não-decisões, constituída por jogos de interesses, tendo como limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos e sociais. Isso significa que uma política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente. Seu desenvolvimento se expressa por momentos articulados e, muitas vezes, concomitantes e interdependentes, que comportam seqüências de ações em forma de respostas, mais ou menos institucionalizadas, a situações consideradas problemáticas, materializadas mediante programas, projetos e serviços. Ainda, toda política pública é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de

segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social.

A autora mostra que, ao longo do processo de elaboração de políticas públicas, são pontuados alguns momentos que, articulados, representam o caminho nem sempre linear para a sua formalização, que obedece à seguinte ordem:

- constituição do problema ou da agenda governamental – nessa fase, são identificados os problemas que são reconhecidos pelo governo e pela sociedade, podendo, por meio de pressões sociais, configurar-se em questões centrais para o poder público, merecedoras de políticas em prol de sua causa;
- formulação de alternativas de política – o momento de diagnóstico do problema em que também são discutidas alternativas para seu enfrentamento, indicando seu conteúdo geral (o quê, qual programa, abrangência, escopo, quem beneficia, onde, quando), recursos (quais, quanto e fonte), aparato institucional (órgãos responsáveis e legislação de apoio), responsabilidades (burocracia, equipe técnica e parcerias);
- adoção da política – quando se decide qual política será adotada, para que seja transformada num programa com base em critérios técnicos, apresentados pelos formuladores, e em critérios políticos, apresentados pelo legislativo ou pelo próprio executivo;
- implementação ou execução dos programas – assumida por unidades administrativas que mobilizam recursos humanos, financeiros e materiais; é a materialização das políticas, ou seja, sua fase de execução.

O processo que envolve as políticas públicas, desde a sua formulação até a sua implementação, passa por distintas fases e envolve vários sujeitos, que se constituem em: grupos de pressão, movimentos sociais e outras organizações – potenciais beneficiários dos programas; partidos políticos ou políticos individualmente – que propõem e aprovam políticas; administradores e burocratas – responsáveis pela administração dos programas; técnicos, planejadores e avaliadores – responsáveis pela formulação de políticas e execução

de programas. Assim, há uma diversidade de sujeitos, que são orientados por racionalidades e interesses, mediados pelo Estado.

Ainda para a referida autora, as racionalidades mencionadas são agrupadas em administrativa – focada na administração e implementação dos programas e orientada por valores como a eficiência e a economia; política – direcionada à constituição da agenda e formulação das políticas, norteadas pela representatividade e a responsabilidade relacionadas às ações do governo; legal – refere-se ao judiciário e à burocracia (o principal foco é a igualdade de proteção da lei e a implementação adequada ou não da política, pautada na resposta igual para os beneficiários); resultados – preocupa-se com a maximização da eficiência a partir dos fins políticos estabelecidos (identifica-se a partir dos técnicos, planejadores e avaliadores).

Os interesses são explicados segundo três correntes: pluralistas – orientados pelo viés liberal, em que o interesse social coincide com os interesses dos indivíduos, já que isso conduz à formação de grupos de pressão capazes de proporcionar o bem-estar coletivo; marxistas – os interesses não são individuais, mas sim de classes, dependendo do grupo no qual os indivíduos se inserem; institucionalistas – não há necessidade de grupos ou classes pois o Estado é capaz de instituir e defender os interesses dos indivíduos.

Pela diversidade de sujeitos e interesses, observa-se a necessidade de orientação e convergência de papéis e funções no estabelecimento das políticas públicas. Daí a importância do debate público para a adequação de limites e consensos, especialmente no que se refere às prioridades previamente firmadas.

Já na visão de outro autor, Teixeira (2002, p. 02), as Políticas Públicas são definidas como, “*diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado*”. As elaborações destas políticas, implicam a definição de *quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem*.

O autor chama atenção para a diferenciação entre Políticas Públicas e Políticas Governamentais, pois nem sempre políticas governamentais são essencialmente públicas. O caráter público de uma política provém do fato de ela submeter a sua elaboração ao debate

amplo da sociedade, além de considerar a quem se destina e os seus benefícios. Políticas Governamentais nascem dentro dos gabinetes, sem a participação ou debate público.

Os principais objetivos das Políticas Públicas perpassam pelo atendimento das demandas, especialmente dos setores sociais marginalizados. Buscam a ampliação e efetivação da cidadania, além da promoção do desenvolvimento, com a criação de alternativas de geração de emprego e renda, visando a compensação de ajustes criados por políticas estratégicas (econômicas). Estas Políticas Públicas também destinam-se a equilibrar os conflitos entre os distintos atores que compõem a sociedade que, apesar de hegemônicos, manifestam interesses contraditórios que as forças de mercado são incapazes de resolver.

Ainda em conformidade com Teixeira (2002, p. 03), é salutar a explicitação das diferentes modalidades de políticas públicas que se organizam quanto:

- à natureza ou grau de intervenção: estrutural – busca-se interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade etc; conjuntural ou emergencial – tem por objetivo contornar uma situação temporária, imediata;
- à abrangência dos possíveis benefícios: universais – para todos os cidadãos; segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero, etc.); fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento;
- aos impactos que podem causar aos beneficiários ou ao seu papel nas relações sociais: distributivas – visam distribuir benefícios individuais e costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo; redistributivas – pretendem redistribuir recursos entre os grupos sociais, buscando certa equidade, retirando recursos de um grupo para beneficiar outros, o que gera conflitos; regulatórias – visam definir regras e procedimentos que regulem o comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade e não objetivam benefícios imediatos para qualquer grupo.

Para o mesmo autor, a orientação política de um Estado, tem influência direta no ato da concepção das políticas públicas. Dessa forma, é oportuno enfatizar suas diferentes visões e formas de entendimento. Nesse sentido, tem-se que, segundo a orientação liberal, as políticas devem ter um caráter cada vez mais seletivo e não universalizante. Já para a social-

democracia, os benefícios sociais são concebidos em forma de proteção aos mais fracos como compensação aos desajustes provocados pela supremacia do capital. As políticas têm o papel regulador das relações econômico-sociais, constituindo fundos públicos para serem utilizados em investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento e em programas sociais.

No entanto, com a falência do Estado protetor e o agravamento da crise social, concomitante ao avanço do neoliberalismo no mundo, uma nova concepção de formulação de políticas públicas emerge, reforçado pelo processo de globalização. Agora, estão em jogo, também, interesses internacionais, representados por forças sociais com forte poder de interferência nas mesas decisórias, destacando-se alguns aspectos citados por Teixeira (2002): identidade – iniciativas de proposições para responder questões são fundamentais para a formação da identidade coletiva dos atores sociais; plataformas políticas – as políticas públicas expressam o sentido do desenvolvimento histórico-social dos atores sociais na disputa para construir a hegemonia, refletindo as concepções que têm do papel do Estado e da sociedade civil, constituindo programas de ações que respondam às suas carências e demandas; mediações institucionais – as políticas públicas traduzem mediações entre interesses e valores dos diversos agentes que se defrontam em espaços públicos para negociar soluções para o conjunto da sociedade ou determinados grupos sociais; dimensão estratégica – as políticas públicas diretamente ligadas ao modelo econômico e à constituição de fundos públicos assumem aspecto estratégico, quando se constituem referência e base para a definição de outras políticas ou programas em determinadas áreas e devem contribuir para novas formas de inserção social.

As políticas públicas configuram-se, então, num processo dinâmico, permeado por negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Alguns elementos de conteúdo e de processo na estruturação de tais políticas estão claros: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação, qualidade de vida.

Em conformidade com a Constituição Brasileira (BRASIL. Constituição Federal, 1988), as Políticas Públicas originam-se concomitantemente com o Estado de direito, que tem por função maior assegurar o pleno direito no que tange à liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade, justiça e exercício dos direitos sociais e individuais, ou seja, é através das Políticas Públicas que os bens e serviços sociais são distribuídos para atender à demanda da sociedade.

Todavia, essa definição é fonte de numerosas críticas que consideram as ações do Estado paliativas, e incapazes de solucionar os problemas básicos da população, que são mais estruturais do que conjunturais. Geralmente, em países e regiões pobres as políticas econômicas, bem como as políticas sociais de saúde, habitação, educação e seguridade social, constituem ferramentas fundamentais para a manutenção da paz social.

Nessa perspectiva, segundo Ramirez (2003), os determinantes da pobreza rural são a manutenção de uma lacuna que separa a maioria da população pobre de uma minoria que se apropria significativamente da riqueza; o efeito negativo de crises econômicas mundiais sobre a ocupação e a precariedade do emprego no setor rural; a desigual estrutura da propriedade da terra; o baixo nível educacional e de cobertura nas áreas rurais; a má nutrição e problemas de saúde da população rural; as precárias vias de comunicação e, quase sempre, o reduzido acesso à eletricidade e água tratada. Dessa forma, ainda conforme o autor, as Políticas e Programas que objetivam minimizar a pobreza rural devem incentivar:

- o fomento produtivo através de serviços financeiros para as populações rurais pobres; programas de inovação tecnológica e apoio aos serviços agropecuários para setores rurais pobres; apoio rural integrado; apoio à agricultura familiar;
- fundos de inversão social, que são políticas que se refletem em programas e projetos que têm uma maior concentração na satisfação das necessidades básicas, diferenciando-se de outras políticas que se concentram mais na geração de emprego e na produção de bens e serviços;
- transferências diretas, que consistem em repasses de recursos feitos pelo Estado para regiões por meio de transferências constitucionais, além de políticas e programas para o desenvolvimento;
- conservação do meio ambiente e promoção de serviços ambientais por meio da defesa de áreas silvestres que em seu conjunto formam ecossistemas, ecorregiões e bacias hidrográficas, e o controle de emissão de gases;
- experiências baseadas na promoção do desenvolvimento com maior participação na tomada de decisões em nível municipal.

Daí se infere que a política assistencialista e de aplicação focalizada não produz resultados positivos, ou melhor, as intervenções de curto prazo que buscam efeitos imediatos não são efetivas. Nesse sentido, as políticas devem ser concebidas como esforço de médio e longo prazos e como meio de promoção do desenvolvimento, especialmente em regiões fragilizadas por fatores institucionais e não institucionais, como o semi-árido, penalizado por adversidades climáticas que desencadeiam limites ao desenvolvimento. Logo, para que as famílias minimizem a situação de pobreza de forma sustentável, faz-se necessário construir um modelo de ação, diferente do assistencialismo, que fomente as capacidades da população pobre no sentido de melhorar a vida e o bem-estar, objetivando a inserção nos mercados.

Assim, os distintos ativos de que dispõe uma comunidade rural, em conjunto com outros elementos de contexto político e institucional, decidem a estratégia de geração de oportunidades de um lugar. Os ativos são discriminados em físicos (terra, maquinário, etc), capital financeiro (crédito, sistema de seguros, etc), capital humano (experiência, educação, etc) capital social (redes e organizações sociais, instituições, normas para cumprimento de acordos, etc). A disponibilidade em quantidade e qualidade de tais ativos definem a estratégia de incorporação na economia local e global.

Devido à diversidade de conceito sobre Políticas Públicas, utilizar-se-á neste trabalho o defendido por Silva e Silva (2001), que inclui as discussões em que se enfatizam a necessidade do resgate da valoração do território, ou seja, apesar de parecer paradoxal frente à força do mundo globalizado, o destaque das ações direcionadas ao local mostram uma nova percepção de desenvolvimento, cujos pilares se solidificam na perspectiva de mudanças provenientes de decisões horizontais, melhor dizendo, no seio da própria comunidade. Decisões verticalizadas, de cima para baixo, além da maioria das vezes não perceber as reais necessidades de determinado local, não produzem resultados eficientes e duradouros.

Dessa forma, o debate que envolve a elaboração e aplicação de Políticas Públicas converge para a reestruturação e redefinição dos papéis tanto da sociedade quanto dos gestores da máquina burocrática e do próprio Estado.

Nessa direção, Llorens (2001, p. 164/165), enfatiza que

Em matéria de desenvolvimento territorial, as políticas públicas devem tratar de reforçar a base econômica das diferentes comunidades locais, tratando, desse modo, de acompanhar as políticas de ajuste macroeconômico com essas ações em nível micro e intermediário para o fomento produtivo e o desenvolvimento em nível territorial. Desse modo, a intervenção pública deve: fomentar as diferentes iniciativas de desenvolvimento econômico local; eliminar os obstáculos a essas iniciativas e facilitar os instrumentos de apoio apropriados; descentralizar a informação, os conhecimentos, as decisões; incentivar a elaboração de planos de desenvolvimento pelas próprias entidades locais e incorporá-los às estratégias de desenvolvimento regionais; e delegar funções de controle e de serviços a organismos autônomos, públicos, privados ou mistos, respeitando os acordos territoriais e reforçar as funções de avaliação em conjunto com os atores locais.

Assim, fica clara a imprescindibilidade do governo enquanto catalisador e mediador do processo de desenvolvimento, especialmente de pequenas localidades pobres.

No Piauí, a intervenção governamental fundamenta-se principalmente na política agrícola. Atualmente, além da Lei Agrícola estadual em vigor, conta-se também com programas de apoio à agricultura e à pequena produção, como o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), apoiado pelo Banco Mundial que financia projetos alocados de acordo com o seguinte sistema: Programa de Apoio às Comunidades (PAC), Fundo Municipal de Apoio às Comunidades (FUMAC) e Fundo Municipal de Apoio às Comunidades Pilotos (FUMAC- P); e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹¹, cujo objetivo é o financiamento da produção agrícola para agricultores familiares.

2.3 - Pequena Produção

2.3.1 – Aspectos históricos e conceituais

Segundo Wilkinson (1986), o modelo de colonização imposto pelos portugueses excluía qualquer possibilidade de desenvolvimento de uma parcela de produtores em pequenas dimensões, já que a conexão econômica entre colônia e metrópole era pautada na

¹¹ O capítulo 4 explicita de forma mais aprofundada estes Programas.

grande escala de plantações com utilização de mão-de-obra escrava. Somente com a abolição da escravatura em 1888, criam-se comunidades baseadas na pequena produção agrícola, contudo esse processo foi interrompido pela Lei de Terras de 1850¹², que estabelecia que o ingresso às terras ocorreria apenas por meio de sua compra, o que, de antemão, exclui qualquer possibilidade de utilização das terras por parte de ex-escravos, que se viram forçados a migrarem para as plantações de café no sul do país.

Ainda em conformidade com Wilkinson (1986, p. 30/31), no contexto brasileiro, somente a partir da elaboração do Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), que conceitualmente o pequeno produtor passou a ser visto do ponto de vista de seu potencial produtivo, uma vez que

A estrutura agrária é apresentada como um contínuo quantitativo de unidades de produção, estando o setor minifundiário localizado no seu extremo inferior. Em consequência fica excluída qualquer interpretação do minifúndio como expressão de relações de classe específica no meio rural. Uma grande parte do proletariado rural, dessa forma, é eliminada por definição, reemergindo sob a rubrica geral de pequenos produtores.

Inicialmente, o fator quantitativo era a base da classificação dos pequenos produtores. Partindo de um teto de 200 hectares, este valor cai nos últimos relatos do POLONORDESTE para 50 hectares direcionados à agricultura e 100 hectares para a pecuária, padrão posteriormente confirmado com a introdução do critério renda (dois salários mínimos regionais), que denota uma lógica voltada para os pequenos produtores.

Essa definição torna-se mais precisa ainda com a introdução de um viés mais sociológico, que compreende basicamente duas vertentes: a renda previamente estabelecida em dois salários mínimos não deveria ser compreendida como simplesmente uma renda agrária, e sim renda total; a unidade de produção estaria baseada num caráter integralmente familiar.

Já para Graziano da Silva (1982, p. 127), *“a pequena produção é aquela onde os produtores se organizam com base no trabalho da família e com ajuda de trabalhadores*

¹² O aparente equívoco cronológico explica-se pelo fato de que a implementação da Lei de Terras, anterior à abolição no Brasil, ocorreu como forma de precaução, já que no mesmo período o tráfico de escravos havia sido proibido na Inglaterra, o que gerou expectativa quanto à efetivação e força do movimento abolicionista no país.

contratados apenas temporariamente em épocas determinadas do ciclo produtivo e com um nível muito baixo de tecnificação” · Todavia, apesar dessas limitações, o grau de participação dessa produção, seja na compra de insumos, seja na venda de produtos, é bastante elevado, revelando sua independência do circuito global do capital, isto é, sua inserção no processo de modernização da agricultura brasileira.

Ademais, a produção é também direcionada para o “autoconsumo”, o que implica um aspecto positivo, à medida em que Leite (2003, p. 2) o define como

A parcela da produção agropecuária (agrícola, pecuária, extrativista e aquela derivada do beneficiamento dos produtos primários) realizada no estabelecimento e destinada ao consumo alimentar dos membros da(s) família(s) do(s) responsável(is) e ainda à alimentação animal e outros usos na atividade produtiva, ou seja, ao consumo produtivo desse excedente. Assim, deduzindo-se da produção realizada as partes relativas à comercialização, à doação, ao estoque e a produção perdida, temos efetivamente a produção autoconsumida.

Nesse sentido, a produção autoconsumida proporciona às famílias rurais um padrão médio de alimentação muitas vezes superior ao conjunto das famílias que possuem níveis de renda semelhantes, mas que residem nos grandes centros. Assim, a possibilidade de o pequeno produtor contar com a alternativa dos produtos que cultiva (consumo ou venda) garante-lhe um leque maior de oportunidades sociais, cruciais a uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

De acordo com informações colhidas junto a funcionários do Banco do Nordeste em 2004, a definição de pequena produção é concebida como a organização produtiva que gera renda bruta anual até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). A Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN) considera pequena produção aquela cuja área não ultrapasse a 100 hectares e que utilize mão-de-obra basicamente familiar.

Neste trabalho, o conceito de pequena produção a ser seguido será o utilizado pela SEPLAN, haja vista que tal instituição é uma das principais executoras de Políticas Públicas e Programas para essa categoria de produtores no estado do Piauí.

Resguardadas as diferenciações conceituais, a pequena produção representa uma importante fonte de geração de renda e emprego, especialmente para as regiões pobres, onde são escassas ou inexistentes outras alternativas de trabalho.

2.3.2 – A pequena produção no estado do Piauí

Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 1995/1996), no estado do Piauí há a predominância do pequeno produtor agrícola, responsável por grande parte da produção de alimentos, matéria-prima e produção animal, realizada com tecnologias tradicionais, de forma precária, gerando desperdício e estagnação, além de enfrentar adversidades climáticas. Some-se a isso, a forte concentração fundiária no Estado, com imensas faixas de terras subutilizadas na forma de pastagem ou simplesmente improdutivas. De acordo com Veloso Filho (1998), em 1996, a estrutura da propriedade de terras no estado do Piauí¹³ apresentava-se da seguinte forma: os minifúndios representavam 13,2% das terras; as pequenas propriedades 24,9%; as médias propriedades 22,0% e; as grandes propriedades 39,9%.

No estudo "Tensões Sociais na Zona Rural Piauiense" (1983, p.22), Adad e Lima concluem que,

(...) no caso da pequena produção, esta crise¹⁴ assume proporções catastróficas, em função das adversidades climáticas, para uma população que vive próxima da pobreza absoluta. As pequenas unidades ditas de subsistência, por diversas razões, estão levando a mercado uma parcela cada vez maior da produção, que as faria reproduzir enquanto força de trabalho. Cresce a proporção daqueles que procuram o assalariamento, assim como o êxodo para as cidades, última alternativa do pequeno produtor, apesar dos Programas Oficiais (principalmente de emergência), que, dentre outros objetivos, visam manter a mão-de-obra no campo.

¹³ A estrutura das terras foi calculada com base no módulo fiscal, que configura-se num índice calculado isoladamente para os municípios de cada Estado, o qual reflete certa quantidade de terra em hectares. No Piauí, para o período considerado por Veloso Filho (1998), este módulo possuía uma dimensão média de 70 ha. Assim, minifúndios, representam as faixas de terras com até 1 (um) módulo fiscal; pequenas propriedades, são aquelas > que 1(um) módulo fiscal e < ou = 4 (quatro); médias propriedades, referem-se às > que 4 (quatro) e < ou = 15 e, as grandes propriedades, aquelas superiores a 15 módulos fiscais.

¹⁴ A crise a qual os autores se referem, centra-se na questão do processo de transformação da agricultura tradicional nos latifúndios, com a incorporação de técnicas mais avançadas através da implantação de Projetos agropecuários financiados pelo Governo Federal e Estadual, que geralmente utilizam pouca mão-de-obra levando à um excedente no campo.

O crescimento da pequena produção no Piauí, bem como a predominância da agricultura de subsistência, é explicado por dois fatores: primeiro, a estrutura agrária sempre funcionou como "reserva de mão-de-obra", porque o próprio Estado nunca ocupou posição estratégica em relação ao processo de produção e acumulação de capital numa esfera global; segundo, a pressão demográfica, com os movimentos migratórios internos do Nordeste, principalmente nos períodos mais críticos da seca, levou a uma ocupação de minúsculas parcelas de terras devolutas ou abandonadas.

Contudo, segundo Rocha (1988, p. 31):

(...) esse processo de minifundização, associado às relações de trabalho, às formas variadas de extração do excedente e à baixa fertilidade natural da terra, conformou uma série de problemas cujo resultado é a situação de pobreza e miséria da grande maioria da população camponesa. A ação simultânea desses elementos, num Estado de lento crescimento econômico, que resente bastante os efeitos adversos de clima e onde os recursos financeiros (oriundos dos recentes programas de incentivos fiscais e creditícios) e as inversões governamentais em obras de infra-estrutura beneficiam fundamentalmente as grandes e médias propriedades, impede ou dificulta o processo de capitalização da pequena produção agrícola. Em consequência, são baixíssimos os índices de produtividade e da produção agrícola de um modo geral, além de reduzir drasticamente a capacidade de resistência do pequeno produtor às variações climáticas. Não é à toa, portanto, que as formas de assalariamento, principalmente o temporário, e os serviços de emprestados tendem a assumir cada vez maior importância no conjunto das relações de trabalho no campo piauiense, o que denota a extrema dificuldade das pequenas unidades familiares de produzir o seu próprio sustento.

Para o conjunto de municípios, em conformidade com a delimitação do semi-árido utilizada neste trabalho (156 municípios), verificou-se que as práticas agropecuárias repousam, basicamente na produção de pequenas lavouras, em especial o milho, o arroz, o feijão, a mandioca e na criação de animais com vistas principalmente à subsistência.(LIMA, ABREU, LIMA, 2000).

Com uma estrutura fundiária bastante concentrada, em todo o Estado, o acesso à terra torna-se um fator limitante, que, somado a outros (dificuldade de crédito, técnicas de cultivo tradicionais e atrasadas, etc), contribui para a exploração da força de trabalho dos

pequenos agricultores rurais do semi-árido, pois, sem alternativa, estes usualmente produzem em sistema de parceria ou arrendamento nas terras de outros proprietários, retirando da produção o essencial para a sua sobrevivência.

Mesmo na condição de proprietários, dispõem de minúsculas faixas de terras, na maioria das vezes improdutivas, face a sua sobreutilização, impossibilitando um nível produtivo regular e superior ao necessário para o seu consumo.(IBGE, 1995/1996).

2.3.3 – A pequena produção e o desenvolvimento local sustentável

Devido ao forte ambiente concorrencial, a pequena produção deparou-se com as limitações e dificuldades próprias de suas proporções diminutas e práticas de cultivo tradicional. No entanto, com a emergência do debate mundial sobre sustentabilidade, paradoxalmente a pequena produção ganha visibilidade em decorrência de sua vantagem associativa no que se refere à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local. Cada vez mais, a identificação do potencial dessa “pequenez”, aliado à sua linha – resguardadas algumas exceções – ecologicamente correta, concomitante a um movimento político de revalorização do território, torna esse aspecto “tradicional” da pequena produção num valor de mercado.

Não obstante, a valorização das atividades tradicionais para a inserção do pequeno produtor no mercado faz-se necessária para a adoção de técnicas de produção agrícola mais modernas no que se refere às condições sanitárias, qualidade da água e práticas ambientais eficientes. Desse modo, a sobrevivência da pequena produção parece decorrer da convivência de métodos tradicionais e modernos.

Do ponto de vista da sustentabilidade, é importante mudar a perspectiva de produção, uma vez que a renda não deve figurar como único e primordial objetivo a ser alcançado, mas sim fazer parte de uma série de outras vertentes igualmente importantes no processo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, a pequena produção representa um segmento produtivo que pode adequar-se perfeitamente dentro do conceito da sustentabilidade, de forma que se assegure a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras continuamente.

Por outro lado, já que a própria modernização do processo produtivo leva a uma sobreutilização de recursos, podendo gerar problemas ambientais, o desenvolvimento

econômico deve estar amparado ao bem-estar e à qualidade de vida, à noção de solidariedade e à cooperação mútua entre as sociedades, para mostrar uma nova relação do homem com a natureza.

Segundo Wilkinson (2003), os fatores que contribuem para a dinamização do mercado da pequena produção são estes: a descentralização política, que confere aos municípios responsabilidades e recursos; propostas adequadas das políticas federais para a atividade agrícola; a implementação de programas de desenvolvimento, que exigem parcerias locais e; a descentralização nos processos de urbanização e crescimento das cidades pequenas e médias no interior, em estreito relacionamento com a agricultura. Esses fatores favoreceram ainda, em conformidade com o referido autor,

Uma explosão de ações locais marcou os anos 90 - o uso da merenda escolar como estímulo à produção local, a promoção de hortas municipais e feiras, a adaptação de legislação tributária e de fiscalização sanitária, a criação de fundos rotativos e de aval, o estímulo à associação, a promoção de cursos, o fornecimento de assistência técnica, bem como medidas mais ambiciosas para a adequação de produtos ao mercado (selos, embalagens, códigos de barra, etc)... Além disso, a complexificação de parcerias institucionais, envolvendo centros de pesquisa, universidades, órgãos federais e ONGs, constituindo “plataformas” de ação coletiva e se aproximando à noção de “arranjos produtivos locais.”(WILKINSON, 2003, p. 10)

Então, contraditoriamente ao processo de globalização, que busca integrar povos numa só rede de ação, a volta à unidade territorial vem sendo alvo de inúmeros debates nas esferas acadêmicas, políticas e empresariais. Por essa razão, para Buarque (2002, p.25-26), desenvolvimento local

Pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consciente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz sócio-econômica e cultural da localidade.

Como se nota, o desenvolvimento local é usualmente apontado como uma alternativa de desenvolvimento para comunidades que permanecem imunes às políticas tradicionais, de corte centralizado e que consideram o espaço local como uma área homogênea, desconsiderando peculiaridades que são fundamentais para a definição de estratégias que melhor atendam às necessidades comunitárias.

Uma das mais importantes modalidades desse tipo de desenvolvimento é o chamado Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS), que representa uma das maiores experiências brasileiras de desenvolvimento local desde o final da década passada, na medida em que mostra como

Uma nova estratégia de indução do desenvolvimento que facilita e potencializa a participação coletiva, promove parcerias entre as iniciativas privadas de cidadãos e os programas públicos, integrando áreas dispersas e promovendo novas sinergias entre as diversas ações já existentes. (REDE DLIS, 2005).

Com efeito, o DLIS é uma estratégia de indução ao desenvolvimento, centrada no investimento em capital social, que prevê a adoção de uma metodologia participativa pela qual se mobilizam recursos das comunidades, em parceria com atores da sociedade civil, de governos e empresas, em todos os níveis, para a realização de diagnósticos da situação de cada localidade, identificação de potencialidades, escolha de vocações e elaboração de planos integrados de desenvolvimento, captação de recursos e negociação e a execução de agendas de prioridades que desdobrem esses planos em ações concretas.

Tal estratégia aparece fortemente integrada com a pequena produção e com as pequenas comunidades rurais, muito embora não haja uma delimitação no sentido de sua aplicação restringir-se à determinada estrutura geográfica ou social. Assim, a evolução da noção de sustentabilidade no mundo e no Brasil remete à necessidade de reformulação da concepção de desenvolvimento, amparado em práticas economicamente viáveis e ambientalmente sadias. Embora a implementação dessa nuance constitua-se numa enorme dificuldade, especialmente porque vai de encontro a traços culturais secularmente enraizados, é a única forma de modificação dos padrões produtivos que pouco a pouco estão minando a capacidade de renovação dos recursos naturais.

2.4 – Resumo conclusivo

Numa sociedade cada vez mais direcionada ao consumo exacerbado, levando o planeta a um padrão de produção insustentável, um aspecto por muito tempo ignorado pela maioria dos países industrializados destaca-se no cenário internacional: o sobreuso de recursos naturais e suas conseqüências ambientais. Desde a década de 60, começaram a surgir diferentes manifestações testemunhando a consciência ambiental nas mais diversas partes do globo.

A partir de discussões realizadas em diversos fóruns internacionais, emergiu o conceito acerca da sustentabilidade, que reporta à capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer tais necessidades, amparado em cinco dimensões básicas: ambiental e ecológica, social, política, econômica e cultural.

No Brasil, as primeiras manifestações sobre esse tema surgiram já no final da década de 70, culminando com um importante evento, a Eco-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, o que resultou na elaboração da Agenda 21. A implantação de práticas sustentáveis na região semi-árida constitui-se num grande desafio, que deve ser incorporado à elaboração de Políticas Públicas mais adequadas à região. Tais políticas representam um conjunto de ações do Estado em torno de interesses da coletividade, por isso, nos últimos anos, vem-se direcionando à revalorização do território ou do local.

No Piauí, especialmente no semi-árido, a principal forma de organização sócio-econômica é a pequena produção, entendida como aquela que utiliza essencialmente mão-de-obra familiar e ocupa uma área de até 100 ha. A intervenção governamental fundamenta-se na política agrícola. Atualmente, além da Lei Agrícola estadual em vigor, conta-se ainda com programas como o PCPR e o PRONAF.

As Políticas Públicas objetivam principalmente o atendimento das demandas, especialmente dos setores sociais marginalizados, na busca da ampliação e efetivação da cidadania, além da promoção do desenvolvimento, com a criação de alternativas de geração de emprego e renda, visando à compensação de ajustes criados por políticas estratégicas (econômicas), e ainda, equilibrar os conflitos entre os distintos atores que compõem a

sociedade que, apesar de hegemônicos, possuem interesses contraditórios, incapazes de serem resolvidos pelas forças de mercados.

O discurso em torno das Políticas Públicas vem mudando sistematicamente, incluindo nas discussões a necessidade do resgate da valoração do território numa nova percepção do desenvolvimento, cujos pilares se solidificam na perspectiva de mudanças provenientes de decisões horizontais, melhor dizendo, no seio da própria comunidade.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE

A região semi-árida, por um lado, consiste em permanente palco de inúmeras discussões nos mais distintos âmbitos, seja físicos, econômicos ou sociais; por outro lado, constitui em laboratório dos mais variados tipos de desenvolvimento.

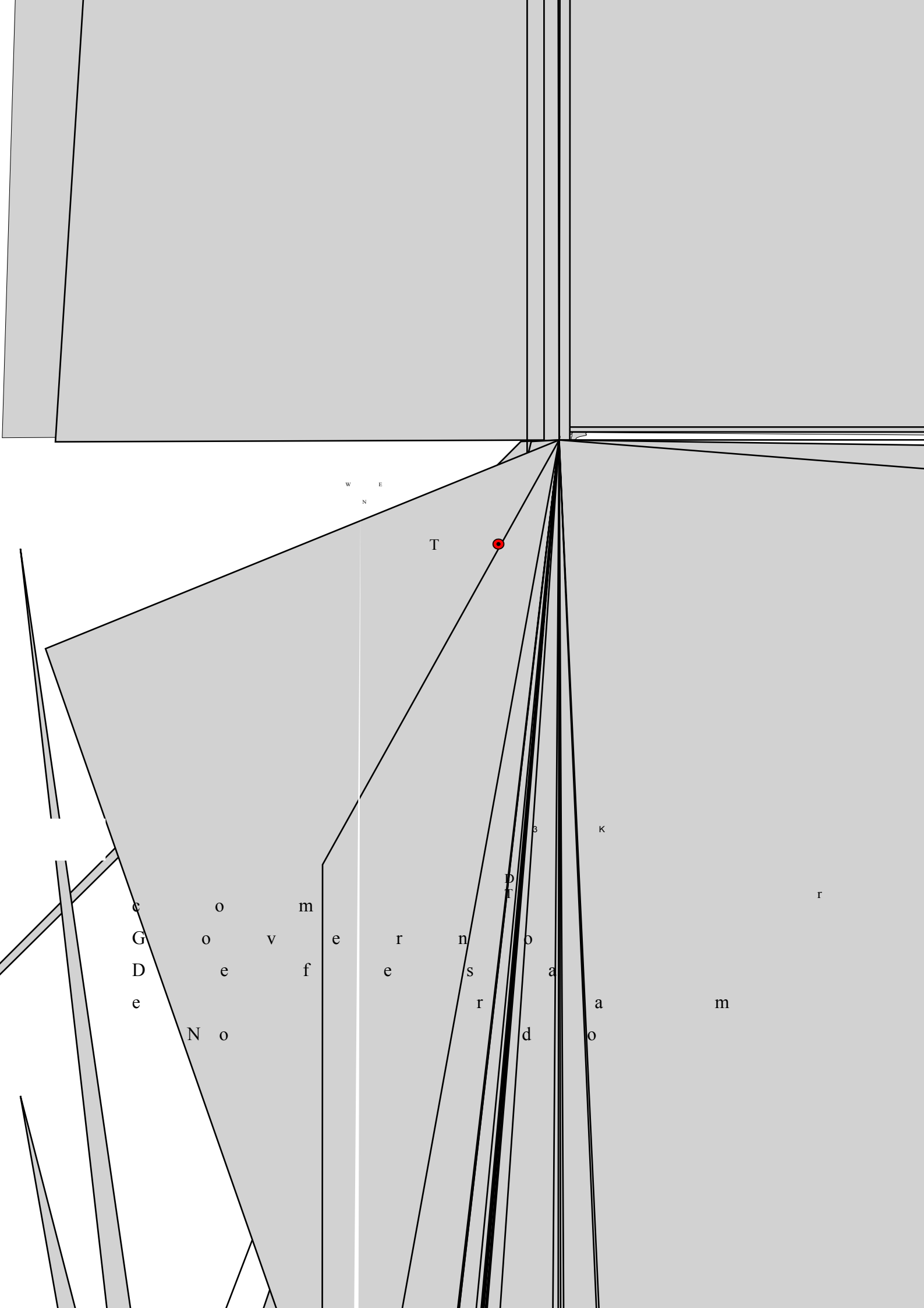
Com vistas à explicitação dessas questões, este capítulo trata da delimitação e caracterização do semi-árido piauiense mostrando as mais diversas versões elaboradas por órgãos que estão diretamente ligados à região, além da avaliação do desempenho econômico ao longo da década de 1990. Para tanto, encontra-se organizado em 03 (três) itens: no primeiro, estão expostas as definições e caracterização do semi-árido; no segundo, aborda-se o aspecto econômico da região e; no terceiro, faz-se um resumo conclusivo.

3.1 – Delimitação e caracterização do semi-árido

A região semi-árida situa-se na porção central do Nordeste, abrange todos os Estados da região (Bahia, Sergipe, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí) e parte do Estado de Minas Gerais. Caracteriza-se, essencialmente, pelo bioma caatinga, com grande potencial em biodiversidade.

O semi-árido nordestino ocupa uma área de 841.260,9 km² e mais 54.670,4 km² em Minas Gerais (SUDENE, 2000). Cerca de 18,5 milhões de pessoas vivem na região, das quais 8,6 milhões encontram-se na zona rural, estando entre as mais pobres, com baixíssimos índices de qualidade de vida. A densidade demográfica é de 20 hab/km². A vegetação caatinga pode ser arbórea ou arbustiva, apresentando solos rasos e arenosos, cobertura vegetal rala. (CARVALHO e GOMES, 2002).

Em conformidade com a SUDENE (2000), essa região caracteriza-se especialmente por um desfavorável balanço hídrico com precipitações médias anuais iguais ou inferiores a 800 mm, apresentando insolação média de 2800 h/ano. Também apresenta altas temperaturas e registra médias anuais que variam entre 23° e 27° C; a evaporação é de 2.000 mm/ano e a



W E N

T



e o m
G o v e r n o
D e f e n s e
e N o

b κ
D r
o a
r a
d o

r

m

destinados ao combate à seca desse período. Abrange 122 municípios (Figura 2 e Anexo B) com área de 121.594,3 km² (48,4% da área do Estado), apresentava uma população de 956.617 habitantes em 2000 (33,6% da população estadual), dos quais cerca de 45% (430.478) habitavam na zona urbana. Os critérios utilizados para essa delimitação são mais de cunho político do que científicos.

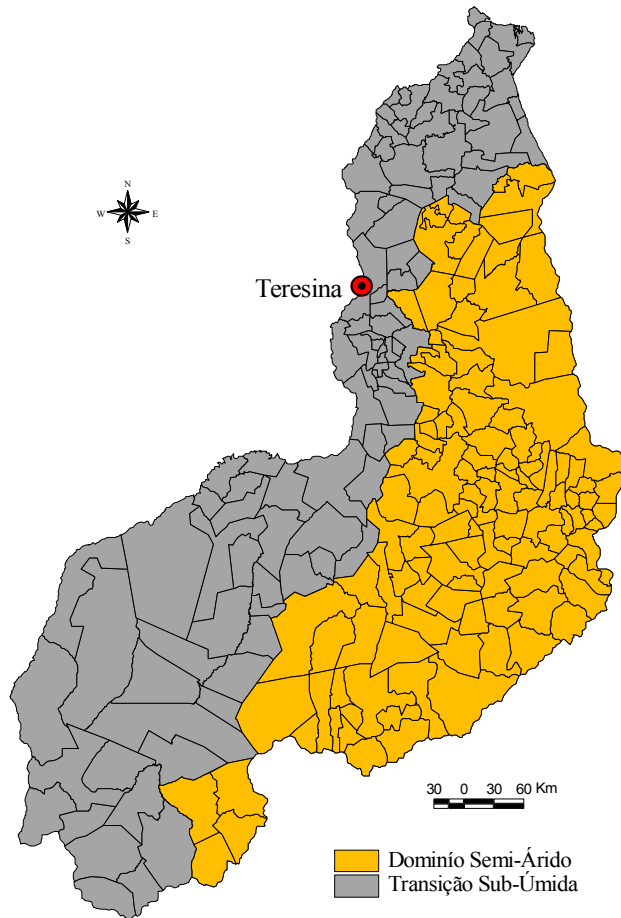


Figura 2 – Semi-árido piauiense segundo a Secretaria de Defesa Civil do Estado do Piauí
Fonte: Carvalho e Gomes (2002)

Em 2004, o Governo do Estado do Piauí decretou¹⁵ uma delimitação do semi-árido constando para tal área 150 municípios (Figura 3 e Anexo C), haja vista a implementação de um programa de convivência com essa região, denominado Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido - PPCSA¹⁶.

¹⁵ Decreto n° 11.292 de 19 de janeiro de 2004.

¹⁶ Maiores considerações sobre esses programas serão tecidas no capítulo 4 .

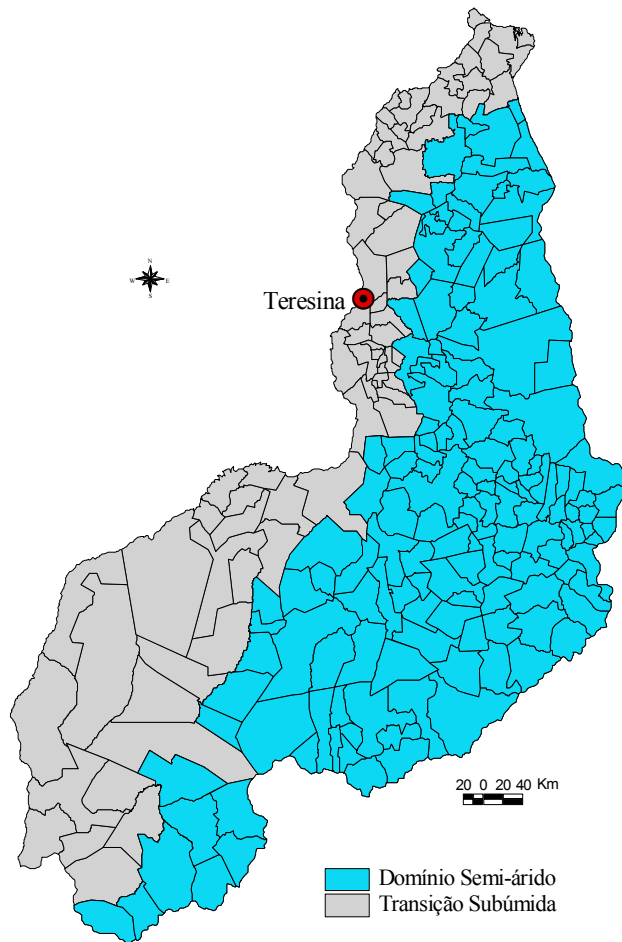


Figura 3 – Semi-árido piauiense, de acordo com o Governo do Estado do Piauí
 Fonte: Carvalho e Gomes (2002)

A base dessa delimitação foi o estudo de Lima, Abreu e Lima (2000), “Semi-Árido Piauiense: Delimitação e Regionalização”, que posteriormente sofreu reformulações, e foi publicado em 2000. Esta última versão será a utilizada neste trabalho.

O referido estudo integra parte do processo de redefinição do semi-árido nordestino, iniciado em 1981, quando todos os estados contaram com a participação de suas universidades federais. No Piauí, o relatório foi lançado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 1984¹⁷, abrangendo cerca de 156 municípios (Figura 4 e Anexo D), com uma população de 1.433.024 habitantes, dos quais 730.147 residiam na zona rural (dados de 2000).

¹⁷ Este estudo passou por uma reformulação e foi publicado novamente em 2000. Na primeira versão (base para a delimitação do Governo do Estado), constavam 148 municípios; na última versão, foram acrescentados 08 municípios, totalizando 156.



Figura 4 – Semi-árido piauiense, de acordo com o estudo: “Semi-árido Piauiense delimitação e regionalização”
 Fonte: Carvalho e Gomes (2002)

A pesquisa privilegiou os aspectos de clima, vegetação, solo, relevo e hidrografia no contexto ambiental. Quanto aos critérios sócio-econômicos, considerou-se a formação econômica, a dinâmica populacional e a estrutura agrária num contexto administrativo que inclui municípios que tenham de 40 a 100% de sua área na sub-região semi-árida ou na transição semi-árida, considerando-se ainda aqueles que apresentem menos de 40% em uma das sub-regiões, mas que no total a soma dos percentuais das duas sub-regiões resulte em 40%. No aspecto ambiental, recorreu-se aos diferentes índices de umidade ou de aridez, de que se originaram 3 (três) sub-regiões: árida, semi-árida e transição semi-árida. As duas últimas encontram-se no Piauí; por isso é que o Estado foi dividido em duas sub-regiões: semi-árida e transição semi-árida. Contudo, esclarece-se que no semi-árido nordestino se encontra além dessas duas, uma terceira região, denominada transição sub-úmida, apesar de somente as duas primeiras enquadrarem-se nos critérios de classificação do semi-árido piauiense.

A sub-região semi-árida tem clima seco, índice de precipitação inferior a 900mm, com 02 (dois) a 03 (três) meses favoráveis à ocorrência de chuvas, vegetação predominantemente de caatinga, e constitui-se de 116 municípios. A sub-região transição semi-árida, apresenta clima de transição, índice de precipitação inferior a 900mm, com 04 (quatro) meses ou mais favoráveis à ocorrência de chuvas, e vegetação de caatinga, cerrado ou mata de palmáceas, é composta de 40 municípios.

Observa-se que, mesmo não havendo um consenso geral sobre a definição da região semi-árida, especificamente no estado do Piauí, é compreensível que alguns traços referentes à sua caracterização sejam comuns a todas as concepções, tais como a irregularidade das chuvas, as altas temperaturas e os baixos índices de desenvolvimento a que estão submetidas as populações que vivem nos municípios pertencentes a ela.

Segundo a EMBRAPA (2003), apesar da hostilidade natural e da complexa relação de convivência do homem com sua condição, a região contém grande diversidade de recursos naturais e demonstra condições propícias para a agricultura irrigada. Conta também com a possibilidade de exploração sustentável do potencial frutífero, medicinal, criação de animais adaptáveis à região e produção de mel, além de atividades não agrícolas (fabricação de doces, móveis, piscicultura).

Por outro lado, muito embora a adversidade climática não represente um impedimento ao desenvolvimento, ela mostra a dificuldade da implementação do “padrão ambientalmente saudável”, pois além da ação predatória do homem e dos animais na busca pela sobrevivência, existe na região uma propensão ao processo de desertificação, entendido como a redução progressiva do potencial biológico da terra contribuindo para a destruição das diferentes formas de vida existentes no solo, somado ao fenômeno das secas, que é caracterizado principalmente pela ausência ou irregularidade das chuvas.

3.2 – Aspectos sócio-econômicos do semi-árido piauiense

Entende-se o desempenho econômico do semi-árido piauiense através da análise do valor total da produção agrícola (culturas temporárias e permanentes), do efetivo total de rebanhos para os anos de 1990, 1994, 1999 a 2002 e da evolução do valor da renda *per capita*

no período de 1991 e 2002. Esclarece-se que a não-uniformidade de períodos analisados justifica-se pela maneira como os órgãos pesquisados disponibilizam tais dados, já que a periodicidade difere para as distintas variáveis utilizadas.

Em uma análise global, verifica-se que o valor da produção agrícola municipal (Anexo E), em quase todos os municípios do semi-árido, apresenta um desempenho decrescente, com pronunciado declínio em seu valor. As culturas temporárias no período de 1990 a 2000, expressam que em 52 municípios (33%) houve a ocorrência de queda da produção; 78 municípios (50% do total) não apresentaram resultados para o ano de 1990 e 26 municípios (que corresponde a 17% do total) demonstraram discreto aumento da produção. Esse quadro resulta de análise conjunta da estratificação dos dados por período.

De 1990 para 1994, tem-se que não obstante em 17 municípios (11%) ocorrer declínio, e não dispor de dados disponíveis para 78 (50%), esse período experimentou uma melhoria em termos quantitativos, visto que em 61 municípios (39% dos municípios da região) houve aumento do valor da produção. Entre 1994 e 1999, o Estado apresentou queda no valor da produção em torno de 9%, sendo que em 33 municípios (21%) houve crescimento, enquanto em 70 (45%) ocorreu declínio acentuado; para 53 municípios (34%) não havia registro de dados.

De 1999 a 2002, além de o próprio Estado registrar um declínio de 15%, outros 153 municípios (86%) apresentaram desempenho desastroso, com expressiva decadência nos índices do valor da produção. Em apenas 02 (1%), houve crescimento e em 01 (um) município não se registrou qualquer tipo de variação, o que demonstra um quadro de estagnação para esse município.

No tocante às culturas permanentes, ao longo do período de 1990 a 2002, do universo de 156 municípios, 45 (29%) obtiveram desempenho positivo, registrando-se crescimento da produção; cerca de 17% (26 municípios) expressaram declínio no seu valor. Apenas dois outros municípios (aproximadamente 1%) não apresentaram variação, permanecendo com o mesmo nível de produção para o período considerado. Para 83 municípios (53%) não houve resultados que possibilitassem análise.

De 1990 a 1994, em 60 municípios (38%) ocorreu resultado positivo; em 13 (8%) houve declínio e 83 (56%) não apresentaram dados para o referido período. O intervalo de 1994 a 1999 explicita equilíbrio entre os municípios: em 49 (31%) verificou-se crescimento; em 48 (31%) houve declínio da produção, e em 59 (38%) não se tem informação.

Entre 1999 e 2002, o Estado apresentou forte queda: cerca de 46%, o que pode ser também verificado para os municípios do semi-árido, haja vista 88 (56%) registrarem resultados negativos e 52 (34%) resultados positivos. Em outros 13 municípios (8%) não houve disponibilidade de dados para análise e, finalmente, em 3 municípios (2%) não se confirmou qualquer variação.

É clara a fragilidade da economia desses municípios, já que a agricultura representa a principal atividade neles desenvolvida. Os dados demonstram o baixo desempenho agrícola na década de 1990, muito embora não hajam dados para a grande parte dos municípios analisados, seja por mudanças quanto à redefinição da divisão municipal do Estado, seja pela irrisória produção atingida por esses municípios, não os fazendo figurar nas bases de dados disponíveis.

Com relação à pecuária (Anexo F), entre 1990 e 2002, 64 municípios (41%) apresentaram queda na quantidade de seus rebanhos, apesar de que, em 1990, 78 municípios (50%) não terem dados disponíveis. Em apenas 14 deles (9%) registrou-se discreto crescimento. De 1990 a 1994, 45 municípios (29%) tiveram declínio do rebanho enquanto 78 (50%) não apresentavam dados para análise. Em apenas 33 (21%) percebeu-se crescimento.

De 1994 a 1999, 75 municípios (48%) apresentaram resultados negativos, ao passo que em 52 (33%) verificou-se ausência de dados, e somente em 29 municípios (19%) obtiveram-se resultados positivos. No período compreendido entre 1999 e 2002, cerca de 90% dos municípios (141 municípios) apresentaram elevação, contudo pouco expressiva, uma vez que cerca de 47% (73 municípios) atingiram valores abaixo de 50%; enquanto em 35 (cerca de 22%) os índices foram superiores a 70%. Somente um município apresentou valor negativo.

Diante disso, observa-se que o cenário para o semi-árido piauiense é preocupante. Ao longo da década de 1990, vê-se que os resultados alcançados pela atividade agrícola são

pouco convincentes para se supor que haja um processo de crescimento econômico; ao contrário, demonstram uma situação de estagnação. Com relação à pecuária, a constatação não difere da anterior, uma vez que os dados levantados para a região mostram que tal atividade encontra-se com fraco desempenho, levando-se a crer que o nível de pobreza para a população do semi-árido continua elevado, haja vista a agricultura e a pecuária serem as principais formas de sobrevivência.

Com relação à renda *per capita* (Anexo G) no período de 1991-2000, tem-se que 155 municípios obtiveram aumento, o que não significa um progresso efetivo, à medida em que a evolução do valor da produção não se apresentou de forma incremental para o conjunto dos municípios, fato que conduz à conclusão de que esse aumento não resulta necessariamente de melhorias nas condições econômicas. O mais provável é que seja reflexo de programas de assistência e transferências públicas de recursos.

Para a análise da qualidade de vida da população do semi-árido piauiense, utiliza-se o Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 1998), que avalia o grau de desenvolvimento de um país ou região através da representação de três características: longevidade – uma vida longa e saudável, expressa pela esperança de vida ao nascer; educação – o grau de conhecimento, considerando-se a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino; e renda ou PIB *per capita* – um padrão de vida decente. São estabelecidos valores entre 0 (zero) e 1 (um), assim distribuído:

- < que 0,5 - representa baixo desenvolvimento;
- $0,5 \geq e < 0,8$ - indica médio desenvolvimento;
- \geq que 0,8 - expressa alto desenvolvimento.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é baseado no IDH e utiliza também as três dimensões básicas, porém com algumas adaptações, de forma que se aproxime ao máximo da real situação das condições de vida no município, já que ele representa uma unidade menor e o uso de metodologia em ampla escala aplicada num país ou região pode não mostrar a realidade. O IDHM-L (longevidade) mostra a saúde através da

esperança de vida ao nascer; o IDHM-E (educação) é medido pelo analfabetismo, com idade de 15 anos e mais, e pela média dos anos de estudo da população de 25 anos ou mais; o IDHM-R (renda familiar *per capita* média ajustada) mede o poder de compra da população.

A Figura 5, para o ano de 1991, demonstra que, dos 156 municípios, 125 (aproximadamente 80%) apresentam valores abaixo de 0,5 para as três variáveis que correspondem ao IDH-M , expressando que a região é dominada por um quadro em que a qualidade de vida da população está seriamente comprometida.

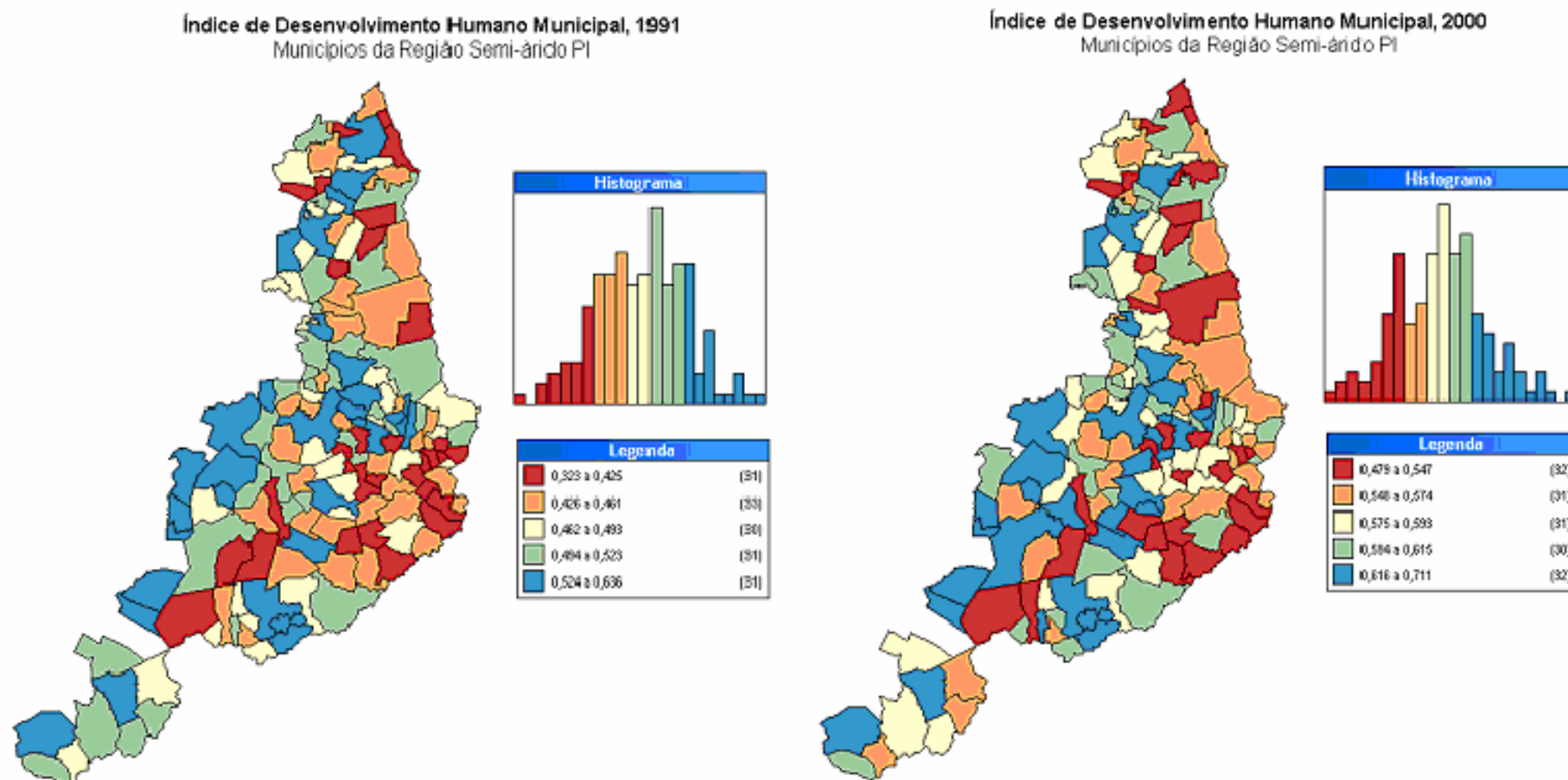


Figura 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 1991 e 2000 para os municípios do semi-árido piauiense

Fonte: PNUD, 2003.

Já em 2000, o IDH-M para os municípios da região semi-árida evoluiu, mantendo-se num patamar de médio desenvolvimento para grande parte das localidades (124 municípios). Fato idêntico ocorre para os demais índices (educação, longevidade e renda), apresentando melhorias em quase todos os municípios.

Esses dados necessitam de uma reflexão porque o comportamento dos indicadores econômicos demonstra um cenário bem diverso dos apresentados pelo IDH-M. Nesse sentido, verifica-se que o desempenho positivo da variável renda explica-se pelas transferências oficiais como parte integrante de programas de combate à pobreza, e não necessariamente pelo aumento de produtividade ou ganhos advindos de atividades desenvolvidas pela própria comunidade. De acordo com o PNUD (2000), o crescimento da proporção da renda nos municípios do estado do Piauí ocorreu em consequência do aumento das transferências, de 40% para 60%, apontando uma possível diminuição da proporção da renda decorrente do trabalho e produzindo reflexos irrealizados relacionados a esse indicador. Muito embora a renda tenha melhorado para o conjunto da região, esta continua em patamares de baixo desenvolvimento.

No que tange à longevidade, deve-se considerar que, com o progressivo avanço das descobertas tecnológicas e o aprimoramento da medicina, há sempre uma tendência de que ocorram melhorias na saúde da população com conseqüente aumento na projeção da expectativa de vida. Contudo, nem sempre os avanços estão concretamente à disposição da população, que na realidade ainda carece muito de um sistema de saúde que lhe assegure atendimento adequado e eficiente, além de lhe proporcionar incremento qualitativo e quantitativo em seus anos de vida.

Quanto à educação, o índice também é passível de fortes distorções, visto que os resultados obtidos para a década de 1990 podem ter sofrido influências de programas federais, como, por exemplo, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), suscitando dados que nem sempre refletem a real situação de determinado município. No caso do FUNDEF, os recursos eram destinados aos municípios, considerando-se a quantidade de matrículas no ensino fundamental regular e sua comparação com o ano anterior ao último censo escolar. Assim, o número de matrículas

poderia ser aumentado com interesse na ampliação do volume de recursos, sendo que os mesmos dados que serviriam de base de cálculo para o FUNDEF, também seriam utilizados para o cálculo do IDH-E, acarretando distorções quanto a esse indicador.

Dessa forma, o crescimento geral do IDH-M no período não se constitui em base sólida e imune a questionamentos no processo de avaliação do semi-árido piauiense. Todavia, é salutar esclarecer que não há pretensão de invalidar o método como mensurador das variáveis, mas sim de cogitar possíveis explicações para as controvérsias e lacunas identificadas.

A estrutura fundiária do estado do Piauí, de acordo com as Tabelas 1 e 2, apresenta-se ainda fortemente concentrada, entretanto, antes de iniciar a análise de dados, faz-se necessário o esclarecimento de algumas modificações ocorridas no Censo Agropecuário de 1995/1996. Segundo Monteiro (2002), as alterações repousam no ano de referência – ano agrícola – e divergem dos demais censos que se embasaram no ano civil e no fato de que o recolhimento dos dados ocorreu a partir de agosto de 1996, resultando em grande impacto sobre o universo examinado, haja vista que

Para entender o que aconteceu, é preciso que se tenha em mente a natureza precária e transitória de um número não desprezível de estabelecimentos agropecuários no Brasil (...). Na verdade, muitos estabelecimentos têm natureza precária, sendo facilmente identificáveis apenas durante o período entre o plantio e a colheita da safra. Na entressafra, muitas vezes são poucos os vestígios da atividade agrícola que se desenvolveu na área, na safra anterior, e freqüentemente o responsável pela produção não pode ser encontrado na região em que se localiza o estabelecimento, pois terminou seus trabalhos e deixou o local. Isso pode acontecer, por exemplo, com estabelecimentos operados por parceiros e arrendatários, que recebem um pedaço de terra para cultivar, mas que, depois da colheita, devolvem essa terra ao dono, desfazendo seu vínculo com a mesma”. Em zonas mais remotas, até proprietários que exploram a terra muitas vezes residem longe do estabelecimento e registram presença apenas ocasional no período da entressafra. (IBGE, 1998, p. 28)

Apesar das modificações apresentadas e em conformidade com os censos de 1980, 1985 e 1995/1996, a ocupação das terras se dá privilegiando a ocupação legalizada “(...) com presença domiciliar, ao longo de todo o ano. Em que pese o alerta, conclui-se que é

possível confrontar os dados sem comprometimento dos resultados". (Monteiro, 2002, p. 141).

Com o intuito de tornar a análise mais clara, optou-se por comparar os estratos extremos, ou seja, os de 10 ha a menos e os de 10.000 ha a mais.

Tabela 1 – Proporção do número de estabelecimentos por grupos de área total - Piauí – 1970, 1985 e 1995/1996

Grupos de Área (ha)	Estabelecimentos					
	1970		1985		1995/1996	
	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%
Menos de 10	153.829	71,0	193.056	71,4	134.948	65,2
10 a menos de 100	45.416	21,0	57.741	21,4	55.192	26,7
100 a menos de 1000	16.119	7,4	18.032	6,67	15.683	7,6
1000 a menos de 10.000	1.294	0,58	1.359	0,5	1.124	0,5
10.000 a mais	39	0,02	74	0,03	50	0,02
Sem declaração	1.189	0,5	181	0,07	1.113	0,5
Total	217.886	100	270.443	100	208.110	100

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários do Piauí – 1970, 1985 e 1995/1996 (cd room)

Tabela 2 – Proporção da área de estabelecimentos por grupos de área total - Piauí – 1970, 1985 e 1995/1996

Grupos de Área (ha)	Área (ha)					
	1970		1985		1995/1996	
	Área	%	Área	%	Área	%
Menos de 10	300.501	3,1	389.562	3,3	290.716	3,0
10 a menos de 100	1.619.800	16,9	2.093.822	17,7	2.008.305	20,8
100 a menos de 1000	4.219.829	43,9	4.434.014	37,5	3.768.890	39,0
1000 a menos de 10.000	2.736.386	28,5	3.055.576	25,8	2.381.426	24,7
10.000 a mais	730.215	7,6	1.855.050	15,7	1.210.635	12,5
Total	9.606.731	100	11.828.024	100	9.659.972	100

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários do Piauí – 1970, 1985 e 1995/1996 (cd room)

Os dados expostos nas Tabelas 1 e 2 demonstram que, no período compreendido entre 1970 e 1995/1996, ocorreu declínio de 4,5 % no número de estabelecimentos enquanto a área incorporada manteve-se praticamente inalterada, já que se verifica um crescimento inferior a 1 %. Para as áreas situadas em faixas de 10 ha a menos, o que fica evidenciado é o declínio

de 12,3 % em relação aos estabelecimentos e de 3,6 % no tocante à área incorporada. Já nos maiores estratos, que compreendem parcelas de 10.000 ha a mais, o resultado é diverso, pois houve crescimento de 28% e 66 %, respectivamente para os dois itens em questão.

No período compreendido entre 1970 e 1985, para a faixa de 10 ha a menos, constatou-se elevação da ordem de 25 % para o número de estabelecimentos e de 30% para a área ocupada. Em referência à faixa de 10.000 ha a mais, verifica-se pronunciado aumento tanto com relação aos estabelecimentos quanto para a área congregada, atingindo patamares de 90 % para o primeiro e 154% para o segundo.

De 1985 a 1995/1996, o que pode ser observado é que para o estrato de 10 ha a menos tem-se novamente uma situação onde houve uma queda de 30% e 25 % para estabelecimentos e área, respectivamente. Para a faixa de 10.000 ha a mais, também registrou-se declínio, visto que houve uma redução em 32% e 35% para estabelecimentos e área, respectivamente.

Em linhas gerais, em 1970, no grupo de 10 ha a menos, 71% dos estabelecimentos controlavam apenas 3,1% da área; enquanto em 1995 essa proporção era de 65,2% e 3,0%, respectivamente. No estrato de mais de 10.000 ha e das grandes propriedades (superiores a 1.000 ha) em 1970 observa-se que apenas 0,6% do total destes estabelecimentos controlava 36,1% da área total, enquanto em 1995 0,5% dos estabelecimentos detinham 37,2% da área. Assim, apenas 39 estabelecimentos em 1970 controlavam mais de 730 mil ha e, em 1995, apenas 50 unidades controlavam mais de 1,2 milhões de ha.

Dessa maneira, é evidente que o desenvolvimento do Estado e, por conseguinte, do semi-árido (já que este ocupa 156 dos 222 municípios piauienses) constitui-se num desafio de amplas proporções, agravado pela alta concentração de terras, que se tem mantido quase inalterada ao longo dos anos, o que vem a ser confirmado por Monteiro (2002) que considera também o agravamento do Índice de Gini, que se configura num indicador que visa demonstrar o grau de concentração de terra, com valores que variam entre zero e 01 (um). Quanto mais próximo de 01 (um) estiver, mais concentrada será a estrutura fundiária e vice-versa. Os valores atribuídos ao estado do Piauí, no período ora considerado, aproximam-se sobremaneira da unidade, reforçando o caráter concentrador das terras pois ele foi de 0,86 para 1970, 1985 e 1995/1996.

A Tabela 3 explicita o processo de uso da terra ao longo dos anos de 1970, 1985 e de 1995-1996.

Tabela 3 – Dados de uso da terra no Piauí – 1970, 1985 e 1995/1996

CATEGORIAS	ÁREA EM 1970 (ha)	ÁREA EM 1985 (ha)	ÁREA EM 1995/1996 (ha)
Nº de estabelecimentos	217.886	270.443	208.111
Área em estabelecimentos	9.606.731	11.828.025	9.659.972
Área aberta	3.300.869	5.151.284	3.716.362
Área em lavouras	636.092	1.074.949	676.166
Pastagens Plantadas	101.322	360.946	459.438
Matas Plantadas	6.824	5.287	3.006
Área em descanso	2.556.631	876.894	540.480
Área produtiva mas não utilizada	2.556.631	2.833.208	2.037.272
Pastagens Naturais	3.251.161	3.189.138	1.939.008
Matas Naturais	2.684.455	2.878.541	3.643.150
Terras inaproveitáveis	370.246	609.062	361.452

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário do Estado do Piauí – 1970, 1985, 1995/1996 (cd room)

Nota: No Censo de 1970, a área em descanso foi contabilizada juntamente com a área produtiva mas não utilizada, o que justifica a atribuição do mesmo valor para os dois itens na Tabela.

Para o período de 1970/1985, verifica-se considerável aumento em relação ao número de estabelecimentos, bem como da área total. A proporção de área aberta, ou seja, a soma das áreas em lavouras, em pastagens plantadas, em matas plantadas, terras em descanso e produtivas mas não utilizadas também acompanha o resultado crescente, com elevação de 56% no referido intervalo de tempo.

Entre 1985 e 1995/1996, a Tabela 3 mostra que houve grande redução tanto do número de estabelecimentos (de 270,4 mil para 208,1 mil unidades), como da área total (de 11,8 milhões para 9,7 milhões de hectares). Uma explicação para tal fenômeno seria a redução da atividade agrícola, especialmente no período compreendido entre os anos de 1985 e 1995/1996, ou pelo fato de haver ocorrido diferenciações quanto ao recolhimento de dados censitários neste período¹⁸. Em 1995/1996, a área do conjunto dos estabelecimentos ocupou cerca de 38,1% da área total do Estado (25,34 milhões de ha), deixando entrever que consideráveis faixas de terras ainda não foram apropriadas pela agropecuária. No que se

¹⁸ Essas diferenciações foram explicadas na p. 61.

refere à proporção da área aberta¹⁹ dos estabelecimentos, foi de 38,5%, logo 61,5% dessa área é ainda considerada como não alterada.

Note-se que em 1970 houve intenso aumento com relação às pastagens plantadas, mais que triplicando sua área, o que pode ser compreendido como incremento da atividade pecuária no período. Já entre 1985 e 1995/1996, tem-se um lento crescimento da área de pastagens plantadas no Piauí, visto que em 1985 tais áreas representavam cerca de 360,9 mil ha, crescendo para 459,4 mil ha em 1995/1996, menos de 100 mil ha em uma década, analogamente ao período anterior. Nesse caso, a justificativa fundamenta-se na diminuição da atividade pecuária, daí essa análise ser reforçada pelo comportamento das pastagens naturais, que se mantiveram aproximadamente no mesmo nível entre 1970 e 1985, reduzindo-se em mais de 1.000 ha em 1995/1996.

As áreas utilizadas na lavoura experimentaram, no período compreendido entre 1970 e 1985, considerável crescimento (69%), porém, no período seguinte, situado entre 1985 e 1995/1996, reduziram-se em 37%, passando de 1.074.949 ha para 676.166 ha, respectivamente. Isso demonstra possivelmente a diminuição da atividade agrícola no Estado, muito embora tenha havido queda com relação às áreas em descanso, indicando talvez que as atividades temporárias elevaram-se, já que essas áreas são utilizadas principalmente naquela modalidade de lavoura. Esse fenômeno tem a ver também com o período de coleta dos dados para o Censo de 1995/1996, quando os levantamentos foram realizados na entressafra, o que prejudicou o desempenho para esse intervalo.

A Tabela 4, referente à área colhida com as principais lavouras, possibilita o enriquecimento do estudo.

¹⁹ De acordo com o Censo Agropecuário do Estado do Piauí – 1995/1995, o IBGE considera área aberta o somatório da área em lavoura, de pastagens plantadas, matas plantadas, área em descanso e área produtiva mas não utilizada.

Tabela 4 – Área colhida com as principais lavouras no Piauí - 1970, 1985 e 1996/1996.

LAVOURA	ÁREA COLHIDA EM 1985 (ha)	ÁREA COLHIDA EM 1995/1996 (ha)
Arroz	161.961	127.213
Cana-de-açúcar	7.640	7.988
Feijão	218.868	184.345
Mandioca	39.979	37.158
Milho	304.990	229.612
Banana	1.842	2.156
Algodão	97.345	466
TOTAL DO GRUPO	832.625	588.938

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário do Estado do Piauí – 1985 e 1995/1996 (cd room)

Nota: Devido à forma bastante estratificada e diferenciada de agrupamento dos dados para o Censo de 1970, optou-se por não utilizá-lo, evitando-se distorções quantitativas e entendendo-se que sua ausência não compromete a análise em questão.

Em conformidade com a Tabela 4, as áreas destinadas às lavouras sofreram uma redução de quase 30%, ou seja, passaram de 832.625 ha em 1985 para 588.938 ha em 1995. Das 07 (sete) culturas avaliadas, apenas em 02 (duas), cana-de-açúcar e banana, houve elevação da área plantada; com as demais, arroz, feijão, mandioca, milho e algodão, apresentou-se uma queda.

De acordo com informações do Censo (IBGE, 1995/1996), esse declínio já era esperado devido às estimativas anuais da área cultivada com as lavouras mais expressivas no Estado, especialmente a partir do ano de 1989. Boa parte dessa queda tem ligação com o definhamento da lavoura do algodão arbóreo em decorrência do processo de degradação, concomitante à praga do bicudo.

No que se refere à degradação do meio ambiente, o Índice de Degradação Ambiental (ID) apresentado por Lemos (2001), considera as seguintes dimensões: biológica, econômica e demográfica.

- biológica - refere-se à cobertura vegetal que dispõe cada município do Nordeste, avaliada a partir da soma das áreas com matas e florestas nativas e plantadas, áreas com lavouras perenes e temporárias, dividido pela área rural total do município;

- econômica - são utilizados dois indicadores. Um, definido pela produtividade das lavouras obtida da relação entre o valor da produção vegetal agregada do município e a soma das áreas com lavouras perenes e temporárias; e o outro, que considera a produtividade animal resultante da divisão do valor da produção animal do município pela área total com pastagens naturais e cultivadas.
- demográfica - avalia a capacidade de as áreas com lavouras e pastagens tolerarem um maior aporte de trabalhadores nas atividades agropecuárias. Tal variável é estabelecida pela divisão da mão-de-obra total efetivamente ocupada na zona rural pela soma das áreas do município ocupadas com lavouras e pastagens.

Em conformidade com o Anexo H, percebe-se que a grande maioria dos municípios do semi-árido piauiense apresenta valores muito elevados de degradação, geralmente acima de 70%, com as respectivas áreas comprometidas, revelando que as atividades desenvolvidas pela população da região são de cunho predatório. Ademais, verifica-se uma grande concentração de pessoas em pequenas propriedades, promovendo uma pressão sobre os recursos naturais devido à superexploração.

Mas não só pequenos estabelecimentos promovem esse tipo de degradação. Nas grandes propriedades, é comum a troca de cobertura natural por imensas áreas destinadas a pastagens ou a monoculturas, provocando forte impacto sobre a paisagem, a flora e a fauna. Além disso, as condições climáticas do semi-árido também contribuem para o aumento da pressão sobre os recursos naturais, devido à ocorrência do fenômeno das secas.

Ainda, o manejo agrícola, ou seja, a forma como se praticam as atividades agrícolas resulta em ações danosas ao meio ambiente, incluindo-se pequenos e grandes produtores. Os pequenos, na luta pela sobrevivência, exploram a terra de forma exaustiva, dado o elevado grau de pobreza que experimentam, e a impossibilidade de acesso a práticas mais conservacionistas. No caso dos grandes produtores, a própria modernização do processo produtivo agrícola pode levar a uma superexploração da terra pelo uso intensivo de equipamentos e produtos químicos em geral. Para todos os casos, o fator preponderante é a eliminação da cobertura vegetal que todos, em maior ou menor grau, promovem.

As circunstâncias analisadas evidenciam a crítica situação do Estado e do semi-árido piauiense em todos os seus aspectos, com progressivo e permanente processo de empobrecimento. A atividade agrícola, principal fonte de sustento e de renda na região, mostra-se visivelmente fragilizada, com resultados que revelam uma clara estagnação do setor. O mesmo se pode inferir com relação à pecuária, a partir da constatação do crescente declínio das áreas utilizadas, comprometendo substancialmente a sobrevivência da população dessa parte do Estado, que se torna cada vez mais dependente de ações oficiais de cunho emergenciais, geralmente paliativas, incapazes de atender, de forma integral, as reais necessidades das comunidades do semi-árido.

3.3 – Resumo conclusivo

O semi-árido tem sido objeto de inúmeras discussões e implementação das mais variadas fórmulas de desenvolvimento. Essa região situa-se na porção central do Nordeste e tem como principal característica o bioma caatinga. Abrange vários estados brasileiros, como Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí além de parte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Com relação à delimitação do semi-árido piauiense, não há consenso, já que os diversos organismos que se dedicam a estudar e desenvolver as políticas e programas para essa região, defendem distintas concepções no tocante a ela. Nesse trabalho, considerou-se o semi-árido uma região composta por 156 municípios, onde vivem cerca de 1.433.024 pessoas, baseado no estudo de Lima, Abreu e Lima (2000). Após a análise de algumas variáveis econômicas, verificou-se que, ao longo da década de 1990, não houve crescimento da atividade econômica na quase totalidade dos municípios, resultando na premissa de que essa região encontra-se ainda em grave situação de pobreza e subdesenvolvimento.

No tocante à questão do meio ambiente, o índice de degradação ambiental para os municípios do semi-árido refletem que há uma situação de amplo processo de destruição dos recursos, hajam vista as principais atividades desenvolvidas na região serem de cunho predatório.

CAPÍTULO IV – O SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

Nesta seção, far-se-á um levantamento das principais políticas e programas que foram implementados no semi-árido piauiense a partir da década de 1990 nas esferas federal e estadual, além da mais expressiva ação de organizações não-governamentais. Visando à tal exposição, este capítulo está dividido em 03 (três) itens: no primeiro, apresenta-se um breve relato histórico acerca das políticas públicas e programas implementados no Nordeste; no segundo, mostram-se as políticas públicas e programas executados a partir da década de 1990 para o semi-árido piauiense; no terceiro, faz-se um resumo conclusivo do capítulo.

4.1 – Antecedentes históricos

Inicialmente, é oportuno recapitular o conceito de Políticas Públicas utilizado neste trabalho, bem como o esclarecimento entre elas e os Programas e Projetos. Para Silva e Silva (2001, p. 37), Políticas Públicas são entendidas como,

Uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Articula diferentes sujeitos, que apresentam interesses e expectativas diversas. Constitui um conjunto de ações ou omissões do Estado decorrente de decisões e não decisões, constituída por jogos de interesses, tendo como limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos e sociais. Isso significa que uma política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente. Seu desenvolvimento se expressa por momentos articulados e, muitas vezes concomitantes e interdependentes, que comportam seqüências de ações em forma de respostas, mais ou menos institucionalizadas, a situações consideradas problemáticas, materializadas mediante programas, projetos e serviços. Ainda, toda política pública é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social.

Programas são os meios pelos quais as políticas são implementadas, utilizando-se para tal de agências especializadas para sua consecução, as quais os viabilizem e desenvolvam. Um Programa pode estar atrelado a mais de uma Política Pública e ensejar a

atuação de várias agências executoras ao longo de seu curso; da mesma forma uma determinada Política Pública pode originar diversos Programas dentro da mesma linha de atuação.

Os Projetos, por sua vez, são como partes menores constituintes de um Programa, uma espécie de ressalva feita às indistintas formas de utilização da nomenclatura, às vezes não diferenciando o primeiro do segundo. As Políticas e os Programas podem ser de competência das instâncias federal, estadual ou municipal, por conseguinte podem ter abrangência nacional, regional ou local. Na perspectiva de demonstrar o processo de implementação de Políticas Públicas e Programas, apresentar-se-ão aquelas que historicamente foram direcionadas ao Nordeste.

Segundo Carvalho (1987), desde o Império que a ocorrência das secas e suas conseqüências transformaram o Nordeste brasileiro em uma região problema, objeto de preocupação do Estado e da própria sociedade. Todavia, os problemas nordestinos ganharam forte evidência no final da década de 1950, constituindo-se em um marco temporal quanto à intervenção estatal para promover o desenvolvimento da região. Mesmo com a criação do Banco do Nordeste (BNB) em 1952 e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, as desigualdades regionais continuaram a crescer e atingiram níveis preocupantes, principalmente no sertão nordestino, que continua concentrando, particularmente no meio rural, grande parcela de pessoas muito pobres e que se mantêm à margem dos benefícios alcançados pelo desenvolvimento do país.

Em conformidade com o BNB (1992), as Políticas do governo federal destinadas ao Nordeste dividem-se em três fases:

- a primeira, de 1877 ao final da década de 1940 - caracterizada por ações de combate às secas através da criação das chamadas “frentes de trabalho”, coordenadas pela Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), criada em 1909 e posteriormente transformada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Essa fase ficou conhecida como “solução hidráulica”, por defender que a resposta aos problemas nordestinos estava na acumulação de água;

- a segunda, a partir de 1950 – marcada pela criação do BNB, da SUDENE, e da reestruturação do DNOCS, representou um grande marco para a reversão do quadro vigente, que se caracterizou pela implementação de uma política global de desenvolvimento na região;
- a terceira, a partir de 1970 – caracterizada pela instituição de programas especiais, como forma de execução das políticas de desenvolvimento. Os dois primeiros foram o Programa de Integração Nacional (PIN), cujo principal objetivo era a integração econômica de todas as regiões brasileiras por meio de rodovias, como a Transamazônica (Norte/Nordeste) e a Cuiabá-Santarém (Amazônia/Centro-Oeste) e; o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), cuja finalidade era diminuir as pressões demográficas e o acesso à terra, além de desenvolver a agricultura e a pecuária.

Em seguida, esses programas financiaram outros, quais sejam: Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), que visava à promoção do desenvolvimento e à modernização das atividades agropecuárias através de pólos de desenvolvimento agrícola; Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO), implementado para tornar menos fragilizada a economia do semi-árido, contra os efeitos das secas; Programa de Irrigação, que objetivava o fortalecimento da economia por meio do aproveitamento dos recursos de água e de solos irrigáveis e; o Programa de Emergência, que tinha por finalidade o atendimento imediato das populações atingidas pela seca, utilizando-se para tal do fornecimento de água, alimentos e assalariamento.

Na década de 1980, foram criados o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos (PROHIDRO), direcionado à elevação da disponibilidade de água para abastecimento humano e animal, intensificação da irrigação e fortalecimento da economia das unidades produtivas e; o Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR), que tinha como foco a melhoria das condições de vida das populações pobres das áreas canavieiras nordestinas. O Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) tinha como meta a irrigação de cerca de 1,1 milhão de hectares.

Além desses programas, as Políticas Agrícolas também figuram como um importante instrumento na tentativa de desenvolvimento do semi-árido nordestino baseado no crédito rural, na assistência técnica, nos preços mínimos, no armazenamento e na pesquisa.

Após a explicitação desse conjunto de Políticas Públicas e Programas, faz-se mister a análise das ações governamentais concretizadas, no sentido de demonstrar se elas responderam positivamente às necessidades da região, utilizando estratégias mais efetivas e acertadas.

4.2 – Políticas Públicas e Programas implementados a partir da década de 1990

As principais Políticas Públicas utilizadas pelo governo federal são o financiamento da produção agrícola, dos serviços, dos projetos sociais, dos produtivos e de infra-estrutura, além da pesquisa, capacitação e apoio técnico. Tais políticas são concretizadas por meio de Programas e Projetos, que são implementados por agências executoras de acordo com as linhas de ação estabelecidas, o que pode ser verificado adiante.

4.2.1 – Programas, projetos e agências executoras

De acordo com Silveira e Pontes (2001), nas últimas três décadas, o meio rural piauiense foi alvo de inúmeros Programas e Projetos de desenvolvimento, sobretudo com recursos do Banco Mundial. No início da década de 1970, as intervenções buscavam basicamente o favorecimento de famílias individuais e em assentamentos. A partir da década de 1990, a intervenção passou a apoiar o desenvolvimento de organizações comunitárias e o processo de municipalização.

• PCPR

O Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), atualmente em execução, é dissidente do chamado Projeto Nordeste, elaborado em meados de 1983, por ocasião de mais uma grande seca. Inicialmente denominado Programa de Apoio aos Pequenos Produtores (PAPP), cujo princípio consistia no fato de que as famílias pobres rurais precisavam criar as condições próprias para produzirem através da obtenção de meios de produção. Criado em 1985 pelo Governo Sarney e financiado com recursos do Banco Mundial e pelo Orçamento da União, esse programa era executado pelo Estado com a coordenação da SUDENE, porém o PAPP acabou sendo prejudicado com a falta de integração entre as instituições envolvidas.

O PAPP desenvolveu-se em duas fases. A primeira foi extremamente centralizada, e os recursos percorriam um longo caminho até chegarem a seu destino (cerca de 85% dos recursos se perdiam na intermediação). Nesse período, as principais atividades eram a geração e difusão de tecnologia; assistência técnica e extensão rural; comercialização da produção; crédito; apoio às pequenas comunidades rurais (APCR); fundo de terras (legalização de terras pendentes do Vale do Parnaíba); sistema de informações de mercado agrícola (boletins de preços mínimos) e; capacitação e mobilização (organização de associações). (PIAUÍ. SEPLAN, 2004).

Num segundo momento, o PAPP experimenta algumas modificações com a descentralização das decisões e maior autonomia das associações. Nessa fase, instituiu-se a necessidade de uma contrapartida do Estado para o financiamento do Programa. Logo, após essa reformulação, a atuação conta com subprojetos, tais como: o Programa de Apoio às Comunidades Campesinas (PAC), o Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC), a capacitação dos beneficiários e a administração dos projetos com maior apoio técnico (consultoria).

Por volta de 1996, o PAPP transformou-se no PCPR, um programa de desenvolvimento rural para estimular, através de financiamentos não-reembolsáveis, investimentos e empreendimentos de interesse das comunidades rurais mais pobres. Os principais objetivos do PCPR são: a provisão de investimentos comunitários para a criação de infra-estrutura básica e geração de renda e emprego para as camadas mais pobres do meio rural; a descentralização na alocação de recursos e tomada de decisões locais, com a finalidade de sedimentar a organização comunitária e os processos de municipalização para que se obtenha maior autonomia na tomada de decisões. O Programa consiste numa das principais formas de intervenção no meio rural piauiense e abrange a quase totalidade dos municípios, destacando-se os projetos de infra-estrutura. (PIAUÍ. SEPLAN, 2004).

Assim como o PAPP, o PCPR vem se desenvolvendo em fases. A primeira, com início em 1993, perdurou até meados de 2001. Atualmente, em sua segunda etapa de implementação, os elementos constituintes do PCPR, de acordo com a SEPLAN (PIAUÍ. SEPLAN, 2002), são:

- PAC – Programa de financiamento de subprojetos²⁰ comunitários, identificados, selecionados, solicitados, planejados, executados, fiscalizados e controlados pelas comunidades, cabendo à unidade de trabalho do PCPR a responsabilidade pela aprovação, liberação de recursos, monitoramento, supervisão dos conselhos e avaliação dos subprojetos apresentados pelas comunidades;
- FUMAC – difere do PAC pelo fato de a priorização e aprovação das propostas de financiamento serem de responsabilidade dos Conselhos Municipais, que têm também que prover assistência técnica às associações beneficiárias, bem como o monitoramento dos subprojetos;
- FUMAC-P – refere-se a uma etapa com maior descentralização, uma vez que os recursos são administrados diretamente pelos Conselhos Municipais, ou seja, além de exercer todas as responsabilidades do FUMAC, ainda administram os fundos para o financiamento dos subprojetos aprovados por meio de um convênio entre a unidade de trabalho do PCPR, o Conselho Municipal, as Associações e a Prefeitura;
- Desenvolvimento Institucional – inclui as seguintes etapas: capacitação básica para o estabelecimento dos Conselhos Municipais (FUMAC e FUMAC-P); treinamento e provisão de assistência técnica; seminários para os Conselhos e Associações, visando a troca de experiências e assistência técnica para as áreas de reforma institucional, administrativa e financeira do Estado;
- Administração, supervisão, monitoração e avaliação do Projeto – compõem-se das seguintes etapas: operação da unidade de trabalho no campo relacionado; estabelecimento e operação do sistema informatizado para monitoramento; supervisão do Projeto; campanha de divulgação/informação e estudos de avaliação, desempenho físico e impacto ambiental.

A meta do Programa é o atendimento de 221 municípios no Estado (excluiu-se Teresina), dos quais, atualmente, 209 são atendidos de modo efetivo. A concentração dos recursos direciona-se a municípios com IDH com valor igual ou inferior a 0,380, assim como a permanência no Programa decorre do desempenho do subprojeto e de condições objetivas

²⁰ Proposta de investimento destinada a superação ou redução do nível de pobreza, ou ainda, que visem melhorar a qualidade de vida dos beneficiários. (PIAUI. SEPLAN, 2002)

para o desenvolvimento da atividade proposta, da comprovação da legitimidade da demanda e da participação dos beneficiários na execução. Os subprojetos são classificados em produtivos, sociais e de infra-estrutura.

O processo operacional para financiamento dos subprojetos obedece à seguinte lógica: encaminhamento da proposta → análise e seleção das propostas → celebração dos convênios → execução do subprojeto → supervisão → conclusão dos subprojetos → operação e manutenção após a conclusão do subprojeto → assistência técnica e treinamento → prestação de contas.

O PCPR enfatiza ainda a necessidade de que, mesmo para pequenos empreendimentos, haja um exame das conseqüências sobre o meio ambiente, por isso a avaliação é parte obrigatória do processo de análise. Embora não seja voltado exclusivamente para o semi-árido piauiense, o PCPR representa uma das mais efetivas intervenções governamentais, o que poderá ser confirmado no Capítulo 6, em que se faz um diagnóstico do impacto das ações desse Programa.

• **Projeto Áridas**

Com a emergência do discurso em torno da sustentabilidade, surge a necessidade da reexaminação dos padrões produtivos, mesmo em regiões pobres como o Nordeste. Nesse sentido, a elaboração do Projeto Áridas consiste em um novo caminho de desenvolvimento, pautado em práticas ambientalmente mais racionais, já que é tido como uma alternativa aos modelos anteriormente adotados. Iniciado em 1992, o Áridas é resultado de inúmeras discussões realizadas durante a Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi - Áridas (ICDI) na cidade de Fortaleza – CE, contemplando:

- a preocupação com a sustentabilidade no processo de desenvolvimento, destacando-se como pioneiro nesse aspecto à proporção que enfatiza, além das dimensões econômica, social e política, a dimensão ambiental;
- o longo prazo, em substituição às soluções imediatistas, no sentido de que a identificação de prioridades atuais e futuras, bem como o planejamento de ações para sanar os problemas,

demandam tempo, esforços e requerem muito mais que o período de um governo para serem resolvidos;

- a reciclagem do papel do governo através de processos de descentralização e maior participação da sociedade em todos os níveis. A responsabilidade do desenvolvimento passa a ser compartilhada entre os mais distintos atores (governos, associações, sindicatos, sociedade, etc) da Federação.

A estratégia de desenvolvimento do Projeto Áridas fundamenta-se nos seguintes Programas prioritários:

- geoambiental, que integra a otimização dos recursos, a previsão do clima e a defesa contra os efeitos das secas, a conservação dos solos, da biodiversidade e controle ambiental;
- ordenamento do espaço regional, contemplando o zoneamento ecológico-econômico, a reorganização do meio rural, o desenvolvimento urbano e o reforço da infra-estrutura;
- econômico-social, integrando concomitantemente a vertente econômica e social, cujas áreas estratégicas são:
 - a) transformação produtiva e crescimento acelerado, contemplando a modernização e a expansão da agropecuária, a reestruturação e a expansão industrial e a promoção do turismo;
 - b) capacitação dos recursos humanos e equidade, embasados na saúde e habitação para todos, na educação para a modernidade, na qualificação para a competitividade e no combate à pobreza;
- científico-tecnológica, centrada na tecnologia direcionada ao semi-árido para a agropecuária e a indústria, bem como na mudança social;
- político institucional, alicerçado na gestão integrada e descentralizada do desenvolvimento.

De acordo com o Projeto Áridas (1995), seu financiamento consiste na preservação das tradicionais fontes de origem pública, como incentivos fiscais e o Fundo Constitucional

do Nordeste (FNE), o redirecionamento de investimentos do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), fontes de poupança pública através do saneamento das finanças públicas estaduais e municipais, mobilização de recursos externos, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial, além de outros bancos comerciais e instituições financeiras do exterior, outras fontes de poupança doméstica.

O Projeto Áridas certamente inovou e representou a perspectiva de mudanças quanto ao padrão produtivo atualmente em vigor. Contudo, a dura realidade nordestina impõe entraves a sua plena execução, dado que a sobrevivência nessa região muitas vezes não favorece o uso de políticas de longo prazo, mas tão-somente práticas emergenciais e paliativas. Destarte, ações que envolvem mudanças educacionais e culturais só se realizam a longo prazo, com amplo envolvimento e integração da sociedade.

• PRONAF

Encontra-se em implementação o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995 mas oficializado apenas em 1996. Desenvolvido pelo Governo Federal, decorreu de mobilizações de organizações de trabalhadores rurais para a instituição de uma linha de crédito com normas mais justas e acessíveis (PRONAF, 2004). Os recursos são públicos, originários da arrecadação tributária, as agências distribuidoras são o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, pois o Programa destina-se essencialmente a crédito de custeio e investimento; formação e capacitação de agricultores familiares; apoio à infra-estrutura (estradas, armazéns, etc.) nos municípios, além de assistência técnica e extensão rural.

Em 1996, quando o PRONAF foi oficializado, só havia crédito para custeio. Atualmente, financia-se também o investimento sem correção do empréstimo: o agricultor paga juros que vão de 1 a 7,25% ao ano. O enquadramento do beneficiário depende da sua renda bruta anual familiar, contemplando ainda os silvicultores, indígenas, artesãos, pescadores artesanais, aqüicultores e os remanescentes das comunidades negras (quilombolas).

O financiamento é feito da seguinte maneira:

GRUPO A – investimento: financiamento para os agricultores familiares beneficiários da Reforma Agrária ou do Crédito Fundiário. A taxa de juros é de 1,15% ao ano e o prazo de pagamento é de 10 anos, com até 5 anos de carência. O assentado pode financiar um limite de R\$ 15.000,00, sendo que até 10% pode ser para assistência técnica num período de 4 anos. Na liquidação de cada parcela, é possível rebater cerca de 46% sobre o saldo devedor. Custeio: de R\$ 500,00 à 3.000,00, com juros de 2% ao ano; se pago em dia, pode-se ter um desconto de R\$ 200,00, no valor mensal e sua garantia é pessoal;

GRUPO B – financiamento para trabalhadores rurais, agricultores familiares, parceiros, meeiros e posseiros que tenham renda bruta familiar de até R\$ 2.000,00. A taxa de juros é de 1% ao ano e tem um rebate de 25,0% na liquidação do empréstimo. O prazo de pagamento limita-se a 2 anos, com 1 ano de carência e a garantia também é pessoal. Exige-se que, no mínimo, 30% da renda familiar deva provir da atividade agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento. Se necessário, poderá ser cobrada uma taxa de até 3% para assistência técnica. Esse empréstimo destina-se a pequenos investimentos que possam gerar renda para a família;

GRUPO C – investimento: financiamento para trabalhadores rurais, agricultores familiares, que tenham uma renda bruta familiar que não ultrapasse R\$ 14.000,00. O limite de financiamento vai de R\$ 1.500,00 a R\$ 6.000,00. Nos contratos grupais ou coletivos, há um bônus de R\$ 700,00, distribuído de forma proporcional sobre cada parcela a ser vencida. A taxa de juros é de 4,0% ao ano, sendo que para pagamentos na data do vencimento pode-se obter um desconto de 25%. O prazo de pagamento é de 8 anos, com 5 anos de carência. Para essa modalidade são exigidas garantias reais. Poderá incidir taxa de assistência técnica de até 2% . Custeio: de R\$ 500,00 até R\$ 3.000,00, com juros de 4% ao ano e desconto de R\$ 200,00 em até 6 operações para pagamento em dia;

GRUPO D – investimento: financiamento para trabalhadores rurais e agricultores familiares que tenham uma renda bruta familiar entre R\$ 14.000,00 e R\$ 40.000,00, com limite para o financiamento de R\$ 18.000,00. A taxa de juros é 4%, com desconto de 25% no caso de adimplência e o prazo de pagamento é de 8 anos, com 5 anos de carência; necessita-se também de uma garantia real. Custeio: até 6.000,00, com juros de 4% ao ano;

GRUPO E – investimento: limite de R\$ 36.000,00 por beneficiário e juros de 7,25% ao ano, com prazo para pagamento de 8 anos e até 5 anos de carência. Custeio: até R\$ 28.000,00, com juros de 7,25% ao ano;

PRONAF FLORESTAL – crédito para investimento destinado à silvicultura e sistemas agroflorestais que beneficiam os agricultores do GRUPO B, C e D, com limites de crédito de 1.000,00, R\$ 4.000,00 e R\$ 6.000,00, respectivamente. Taxas de 4% com bônus de adimplência de 25% e prazo de 12 anos;

PRONAF SEMI-ÁRIDO – linha de crédito de investimento para obras hídricas e atividades agropecuárias e não-agropecuárias destinadas às populações de agricultores familiares da região semi-árida e grupos B, C, A/C e D. O limite de financiamento vai de R\$ 1.500,00 a R\$ 6.000,00 por beneficiário. A taxa de juros é de 1% ao ano, com prazo de reembolso de 10 anos.

PRONAF MULHER - crédito para beneficiárias, esposas ou companheiras que se enquadram nos grupos C, D e E, obedecendo as mesmas condições financeiras dos grupos já mencionados. O financiamento é independente do feito pelo marido ou companheiro.

PRONAF JOVEM – são jovens, filhos de agricultores, enquadrados no grupo B, C, D, E, maiores de 16 anos e com até 25 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano de centros de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de formação profissional e que preencham os requisitos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

CUSTEIO PARA AGROINDUSTRIA – para grupos B, C, D e E, com valores de R\$ 500,00 individualmente e R\$ 150.000,00 coletivo, sob juros de 8,75% ao ano.

SEGURO DA AGRICULTURA FAMILIAR – é o PROAGRO MAIS²¹, exclusivo para os agricultores familiares. O agricultor tem a garantia do financiamento e dos recursos próprios

²¹ Seguro da Agricultura Familiar, criado para os agricultores que realizam financiamentos de custeio agrícola no PRONAF, para minimizar os riscos que podem advir de fenômenos climáticos (seca, granizo, tromba d'água, vendaval, chuva na fase de colheita) e as geradas por doença fúngica ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia.

aplicados, de modo que pagará ao banco e ainda ficará com recursos para sua manutenção. Estão garantidas pelo seguro todas as culturas que estão no zoneamento agrícola e mais cinco outras que não estão no zoneamento, como banana, caju, mandioca, uva e mamona. Para aderir ao seguro, o agricultor familiar pagará uma contribuição de 2% sobre o valor do financiamento e da sua contra-partida. O seguro familiar garante 100% do valor financiado.

Para que os agricultores familiares tenham condições de serem beneficiados com o crédito do PRONAF, necessitam atender aos seguintes requisitos: serem assentados pelo Programa de Reforma Agrária do INCRA, do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) ou beneficiados do Crédito Fundiário; explorem parcela de terra na condição de proprietário, arrendatário, posseiro, extrativista ou serem pescador artesanal, quilombolas, aqüicultores e artesãos; residirem na propriedade ou aglomerado urbano ou rural próximos; não disporem de título de terra superior a 4 módulos fiscais ou 6 módulos, quando a atividade for a pecuária; predomine o trabalho familiar na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 funcionários permanentes e um terceiro, quando a natureza sazonal exigir; obterem no mínimo a renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária constante em grupo B (30%), C (60%), D (70%) e E (80%).

O PRONAF no Estado é desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que mantém parcerias com as Prefeituras Municipais, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETAG), EMATER, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), SEPLAN, INCRA, Delegacia Federal da Agricultura (DFA), Associação das Prefeituras Municipais do Piauí (APPM), Conselhos Nacional, Estadual e Municipal e outras entidades não-governamentais representativas das comunidades.

• **Agências**

No âmbito da pesquisa e apoio técnico, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), por intermédio da unidade regional EMBRAPA MEIO-NORTE, a partir de 1993, configura-se numa das mais importantes agências executoras das políticas governamentais e atua no semi-árido piauiense através de pesquisa nas áreas de irrigação, de transferência de tecnologia e qualificação de trabalhadores rurais. As pesquisas concentram-se

sobremaneira na pecuária, na produção de frutas nativas e agronegócios²² no sentido de se adotar métodos mais modernos de uso, manejo e conservação de solos.

Nessa perspectiva, a EMBRAPA MEIO-NORTE (2000) propões algumas medidas que deverão ser seguidas, tais como: o fortalecimento e o estímulo à caracterização e uso sustentável dos recursos naturais da região; a busca da compreensão do agronegócio através do enfoque de cadeias produtivas; a expansão da fruticultura irrigada; a organização e inserção da agricultura familiar no agronegócio; a expansão da exploração pecuária, especialmente de pequenos animais; a organização e/ou a expansão da apicultura, da aquicultura e da agricultura orgânica.

A principal fonte de financiamento público é o Banco do Nordeste. No setor privado, recentemente a EMBRAPA conta com o Fundo Especial de Apoio à Pesquisa (FUNTEC), em que empresários retiram um percentual de 0,4% do valor arrecadado com vendas para manutenção do fundo. Além disso, mantém parcerias com as Universidades Federal e Estadual do Piauí, com o Fundo de Apoio à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PI), com o SEBRAE-PI, a SDR, com o INCRA, dentre outros órgãos de suma importância.

Atualmente, a EMBRAPA MEIO-NORTE implementa quatro Projetos financiados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os quais são o diagnóstico qualitativo das águas subterrâneas e superficiais dos municípios de Acauã e Guaribas, a transferência de tecnologias para agricultura familiar, redes de comercialização de produtos da agricultura familiar do Estado e qualificação de multiplicadores em tecnologias para a agricultura familiar.

Dentre as principais ações dos Projetos, destacam-se a implementação de fruteiras nativas, a produção de insumos, a criação de animais nativos *versus* o aproveitamento de forrageiras nativas e exóticas adaptadas, a introdução de culturas tolerantes à seca e o incentivo ao cultivo de plantas medicinais.

²² Segundo a EMBRAPA MEIO-NORTE (2000, p. 25) entende-se por agronegócios “ a soma das operações de produção e distribuição nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento, comercialização e distribuição dos produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles”.

Outrossim, a EMBRAPA desenvolveu algumas estratégias para a convivência com a seca, como a valorização das oportunidades dos produtos do semi-árido, a elaboração de políticas especiais e o enfoque no semi-árido considerando-o um espaço de desenvolvimento, finalizando com a priorização da agropecuária nessa região.

De acordo com o II Plano Diretor da Embrapa Meio-Norte 2000-2003, no período de 1993-1998, muito pouco se fez no sentido do estabelecimento de pesquisas voltadas para os recursos potenciais da região, como caracterização ambiental, zoneamento, inventários, avaliação e monitoramento do uso dos ecossistemas, limitando-se exaustivamente à pesquisa com produtos.

Ainda no âmbito do Governo Federal, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), implantada em 1974, atua com políticas públicas voltadas para o Nordeste e o semi-árido, objetivando inicialmente o desenvolvimento da Bacia do Vale do São Francisco, no entanto essa área foi ampliada em 2000 para o Vale do Rio Parnaíba nos estados do Piauí e Maranhão. Assim, no mesmo ano, surgiu o Plano de Ação Integrado do Vale do Parnaíba (PLANAP), cujas metas consistem no crescimento da economia regional e na melhoria da qualidade de vida da população. Elaborado pela CODEVASF, o Plano conta com o apoio e a cooperação técnica entre o Governo brasileiro e a Organização dos Estados Americanos (OEA), utilizando recursos do Banco Mundial. Como cerca de 97,8% do estado do Piauí encontra-se na bacia do Vale do Parnaíba, praticamente todos os municípios são beneficiados por esse plano.

O PLANAP tem por finalidade contribuir para o funcionamento de oito projetos de irrigação do DNOCS existentes e realizar um diagnóstico integrado, caracterizando a bacia segundo suas potencialidades e limitações dos ecossistemas, recursos humanos, institucionais, sociais, culturais e econômicos.

A CODEVASF elaborou o chamado Projeto Semi-árido em 2001 para responder definitivamente ao que se denomina desafio nacional. Tal projeto se constitui na efetiva implementação do desenvolvimento sustentável no semi-árido e no Vale do São Francisco, através da promoção do crescimento econômico e social que conduza a região à melhoria do nível de vida da população por meio da criação de emprego e renda e oportunidades para

investidores do setor privado na região, na preservação ambiental e gerenciamento do potencial hídrico e no fortalecimento da infra-estrutura (CODEVASF, 2004).

Nesse sentido, a CODEVASF desenvolveu estratégias que devem ser integradas e coordenadas:

- transporte e energia - viabilização da hidrovia do rio São Francisco e recuperação e complementação da malha ferroviária do Nordeste, além de implantação de infra-estruturas hidráulicas que permitam a geração de energia;
- ciência e tecnologia - zoneamento ecológico e econômico, visando à organização espacial, a avaliação das disponibilidades econômicas direcionadas à preservação da biodiversidade e a utilização racional dos recursos hídricos;
- mineração - elaboração de plano diretor para o desenvolvimento da mineração, criação de núcleos de aproveitamento de minerais para produção de insumos agrícolas e construção civil, revitalização dos centros de lapidação e artesanato mineral, criação de pólos de exploração de granito e manejo ambiental, visando à exploração sustentável dos recursos;
- educação e saúde - fomento à organização de jovens rurais, erradicação do analfabetismo, prioridade ao ensino básico, implantação de cursos profissionalizantes e ampliação dos serviços de saúde e saneamento básico;
- piscicultura - difusão de tecnologia de criação de peixes em canais e reservatórios;
- artesanato e turismo - estímulo à exploração sustentável do artesanato e turismo local;
- agroindústria - promoção de projetos de verticalização da produção.

O principal desafio apontado pelo Projeto Semi-Árido consiste em desenvolver a região mais seca do Nordeste alicerçado, em solucionar o problema de escassez de água e gerar renda compatível com a preservação ambiental. Esse projeto representa uma das poucas ações direcionadas exclusivamente para o semi-árido na década de 1990.

Deslocando-se o foco da produção agrícola para as iniciativas empresariais de desenvolvimento local, o SEBRAE representa outra importante agência oficial para a execução de Políticas Públicas e tem atuado principalmente nos arranjos produtivos, especialmente em consultorias tecnológicas advindas do Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas (PATME).

Assim, após escolhido determinado arranjo produtivo²³, o SEBRAE conduz todo o processo de arregimentação, sensibilização, diagnóstico de necessidades da empresa, análise, contratação e acompanhamento físico e financeiro dos projetos. A ação do SEBRAE fundamenta-se na tendência de agrupamento de pequenas empresas, visando ao melhor desempenho do desenvolvimento local, a fim de promover a competitividade e a sustentabilidade dos micros e pequenos negócios e fortalecer tais agrupamentos através do incentivo à participação de ONG's, sindicatos, cooperativas e associações empresariais no processo de articulação (SEBRAE, 2004).

No estado do Piauí, em parceria com a Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), o SEBRAE atua nos arranjos produtivos de confecções (decoreção/utilitário/vestuário), artesanato (decoreção e utilitário—cerâmica), apicultura (mel), caprinocultura (criação) e aquicultura. Dentre as ações do SEBRAE, destaca-se o Projeto Mel com Qualidade, desenvolvido em parceria com a UFPI, para a capacitação técnica e implantação de um padrão de qualidade na produção e processamento de mel, especialmente na região do município de Simplício Mendes/PI. Ainda na produção apícola, observa-se o Programa Araripe, que mantém, nas áreas em que atua, vários agentes de desenvolvimento rural com a finalidade de acompanhar a aplicação de tecnologias, além de dar suporte à produção de farinha de mandioca, caprinocultura e ovinocultura.

O SEBRAE desenvolve também o Programa de Emprego e Renda (PRODER), que sistematiza a capacitação para o crescimento empresarial de forma participativa em conjunto com as Prefeituras que assumem os gastos com a implantação e manutenção da chamada Agência de Desenvolvimento Municipal (ADM), visando à elevação da renda com a implantação e/ou o aumento de pequenos negócios, sempre com ênfase no Desenvolvimento

²³ De acordo com o SEBRAE (2004), arranjos produtivos são entendidos como a reunião de empresas situadas num mesmo local, com especialização em determinado tipo de produto ou serviço e que interagem entre si e com outros atores, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Local Integrado Sustentado (DLIS), apontando para a inclusão social através do empreendedorismo, privilegiando localidades que apresentem baixa densidade empresarial, especialização produtiva e dinamismo econômico-social. Dessa forma, o objetivo principal é o fortalecimento dos atores locais, ou seja, é a constituição e a sedimentação da integração local que promovam o processo de mudanças.

O desenvolvimento do espírito empresarial em regiões pobres, como o semi-árido, tem sido de fundamental importância para a construção de alternativas de crescimento e melhoria nessa área, por isso o SEBRAE vem colaborando no sentido de desmistificar o estigma de que somente atividades essencialmente agrícolas são viáveis para a população do semi-árido. Nesse sentido, a criação e a divulgação de um espírito empreendedor na região pode abrir caminhos e soluções antes impensadas devido à superstição, e mesmo ao preconceito, quanto às impossibilidades empresariais, aumentando sobremaneira as opções de emprego e renda.

Instalado oficialmente em 1954 (apesar de criado em 1952) e atuando principalmente na área de fomento, o Banco do Nordeste é o maior aplicador de crédito rural na região semi-árida, configurando-se numa das mais importantes referências de desenvolvimento da América Latina. Preocupado com a redução das desigualdades regionais, criou-se em 1988 o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), cuja principal finalidade é o financiamento do setor produtivo, considerado como novo e eficiente instrumento de desenvolvimento regional.

O Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda no Nordeste, instituído em 1993, era financiado inicialmente pelo FNE, mas a partir de 1994, passou a contar com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tem como objetivo apoiar os pequenos produtores no campo e em regiões periféricas dos grandes centros, numa tentativa de inserir essa parcela da população no processo produtivo. Para a sua execução, amparou-se na cooperação dos governos estaduais, prefeituras, outras entidades públicas e instituições não governamentais. Atuando principalmente junto aos pequenos e microempreendedores, distribui os recursos e acompanha todas as etapas de aplicação dos créditos. A estimativa do Banco do Nordeste é de que, de todos os investimentos realizados nos últimos 08 anos, 98,2% beneficiaram pequenos e médios empreendedores (BNB, 2004).

A partir de outubro de 1996, o Banco do Nordeste passou a integrar à região Nordeste o Agente de Desenvolvimento como meio de atuar mais proximamente nos municípios. O papel desse Programa era agir de forma direta com as comunidades, mobilizar e orientar outros agentes locais a fim de criar bases para a organização de associações e viabilizar as vocações e potencialidades econômicas locais. Ainda em 1996, foram instituídos os chamados Programas Especiais, que eram financiamentos direcionados ao público-alvo das políticas públicas, como a reforma agrária e a agricultura familiar.

Os Pólos de Desenvolvimento Integrado foram criados em 1997 com ampla utilização das premissas do desenvolvimento local, direcionando e priorizando ações governamentais das distintas instâncias (municipal, estadual e federal), bem como da iniciativa privada e das comunidades para áreas que apresentavam elevado potencial econômico na região Nordeste. Desse modo, procurou-se implementar, uma parceria entre o governo, a sociedade e a iniciativa privada, produzindo as condições necessárias para o desenvolvimento econômico sustentável da região através da melhoria da distribuição de renda, da ampliação e do incentivo a uma participação da comunidade tanto nos processos políticos quanto nos de planejamento e buscando-se também a sedimentação da integração entre estruturas formalizadas nos mais diferentes níveis, como prefeituras, secretarias e órgãos governamentais.

Já o Programa de Ação Empresarial caracteriza-se num instrumento direcionado para proporcionar a ampliação da capacidade da empresa no que tange à sua habilidade para pensar, decidir e agir de forma estratégica. Surgiu da necessidade de assessoria técnica para pequenas empresas reformularem suas estruturas, buscando-se melhorar seu desempenho.

Criado em 1998, o Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste (CrediAmigo) é voltado para cadeias produtivas, como forma de fortalecimento das economias locais. Para isso, utiliza a ação integrada de crédito, a capacitação e a assessoria, voltadas para o empreendedorismo e a sustentabilidade dos negócios.

Em meados de 1998, o Programa de Promoção de Investimentos procurou promover e harmonizar uma parceria entre empresários e a economia nordestina por meio de atividades que elegem oportunidades de negócios capazes de aportar investimentos na região. Sua principal função é a mobilização de capital, o incentivo às parcerias empresariais e o

alargamento do mercado, além de atrair tecnologias para os projetos na área de atuação do Banco do Nordeste.

Ainda em 1998, foi criado o Fundo de Aval, reconhecido como um Fundo de Desenvolvimento, que inovou quanto à atuação das Prefeituras Municipais como catalisadoras do seu papel de viabilização e promoção do desenvolvimento sustentável do município, juntamente com o BNB, visando melhor atender os empreendedores, em especial aqueles que não possuem bens que sirvam de garantia às operações bancárias, ou ainda, que tenham outras dificuldades em levantar empréstimos que pleitearam junto às agências do Banco.

O Programa Farol do Desenvolvimento, que atua em todos os estados nordestinos, foi lançado em maio de 1999 com a finalidade de promover o desenvolvimento local integrado e sustentável. As propostas para implementação são elaboradas pelos próprios parceiros do Programa, que participam do processo de discussão, identificação e viabilização de vocações e potencialidades econômicas locais, favorecendo o surgimento de novos empreendimentos produtivos nos municípios que vão desde a construção de sistemas de abastecimento d'água até a capacitação e compartilhamento de experiências entre produtores e empresários.

Outro Programa, denominado Cresce Nordeste, criado com recursos do FNE, oferece juros abaixo de mercado e prazos mais longos para a implantação de empreendimentos, ampliação da produção, compra de equipamentos e investimentos em modernização. O Programa abrange o setor de serviços urbanos e o setor rural.

Através dos instrumentos diferenciados que permitem a presença local nos 1983 municípios da sua área de atuação, o Banco do Nordeste detém a participação de 77,9% no total de financiamentos gerados no país e no crédito rural, de 88,3% (BNB, 2004).

Embora seja inegável a fundamental atuação do BNB no Nordeste, não há nenhum indício de Programas voltados exclusivamente para o semi-árido. Considerando-se que há diferentes graus de pobreza e subdesenvolvimento, as ações também devem ser diferenciadas, observando-se essa particularidade especialmente ao se tratar de crédito, pois pequenos agricultores, muitas vezes, acabam sendo excluídos por não serem capazes de ofertarem garantias ao financiamento ou por não disporem de um renda mínima exigida, impensável

para famílias que, em grande parte do ano, apenas retiram o suficiente para a sua sobrevivência.

Com o intuito de desenvolver ações educativas de convivência com o semi-árido, o Governo do Estado do Piauí criou uma comissão multidisciplinar integrada, formada por representantes da Defesa Civil, Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido (PPCSA)²⁴, Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), Programa Fome Zero e Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC), que através da Secretaria da Educação e Cultura (SEDUC) e em parceria com o Projeto Dom Hélder, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Cooperativa de Produção e Serviços Técnicos Agrícolas e Associados (COOTAP-PI) dedicam esforços para ensinar a população a conviver com o problema da seca.

Além disso, a SEDUC, em parceria com o PPCSA e o apoio do Ministério da Educação (MEC), está elaborando um produto pedagógico direcionado às crianças do Ensino Fundamental da região. Trata-se de um livro sobre educação para o semi-árido, que conta também com um vídeo sobre convivência com a região. O PPCSA tem como principais competências coordenar, monitorar, articular e executar a Política Pública estadual para a convivência com o semi-árido, assessorar a administração estadual no estabelecimento de prioridades nas ações a serem desenvolvidas na região e firmar acordos e convênios de cooperação técnica ou financeira com as entidades públicas ou privadas.

Integrado à SDR, gozando porém de autonomia em sua gestão, o PPCSA, tem por base os princípios da participação da sociedade civil e dos órgãos governamentais nos distintos níveis e nas áreas setoriais, como co-responsabilidade, complementariedade e subsidiariedade das ações, transparência na gestão dos processos e recursos, além do processo sistemático de planejamento, monitoramento e avaliação do Programa, de seus Projetos e ações específicas. (PIAUI. Diário Oficial do Estado, 2004). Observa-se que essa é a única intervenção governamental voltada exclusivamente para o semi-árido piauiense, cuja atuação se dá em parceria com organismos que já desenvolvem e executam Programas na região.

O trabalho do PPCSA é basicamente educativo e está presente em 35 municípios do Estado. Em 2004, ele elaborou e coordenou cursos de capacitação para a formação de agentes

²⁴ Instituído por meio da Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 11.292, de 19 de janeiro de 2004, do Governo do Estado do Piauí.

multiplicadores de técnicas para a construção de cisternas, nos quais participaram famílias dos municípios de São Raimundo Nonato e Paulistana, além de contar com representantes de organizações não-governamentais (ONGs) e do Governo do Piauí. (PPCSA, 2005).

O Programa objetiva, outrossim, elaborar um planejamento regional para a melhor definição de um plano de trabalho nos municípios, com financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA Brasil) com execução do MDS.

O Governo do Piauí, em parceria com a Fundação Dom Hélder, tem também atuado na construção de barragens subterrâneas, uma alternativa para captar, preservar e colocar à disposição da população a água no subsolo.

Diante das exposições, fica claro que as atuações mais importantes e efetivas foram e têm sido as desenvolvidas pelos Programas PAPP/PCPR e PRONAF. Sem desqualificar o desempenho e a relevância da ação dos demais Programas e agências executoras, a contribuição desses, especialmente quanto à modificação da infra-estrutura, é fundamental para a captação de recursos e desenvolvimento de Projetos que necessitem de suporte técnico mais elaborado. Muito embora, não sejam exclusivamente direcionados ao semi-árido piauiense, esses Programas representam uma das poucas intervenções oficiais, visto que praticamente todos os municípios que compõem a região foram beneficiados.

4.2.2 - Organização não-governamental

As ONG's representam atualmente um importante instrumento na implementação de Políticas Públicas direcionadas ao desenvolvimento do semi-árido. No contexto do estado do Piauí, destaca-se a Cáritas, órgão internacional com sede na cidade de Roma, Itália, e filiais em mais de 186 países. Iniciou suas atividades no Brasil, no ano de 1956, sob o comando de Dom Hélder Câmara. A Cáritas brasileira está diretamente ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, desdobra-se em 09 (nove) unidades regionais e desmembra-se em unidades menores, denominadas de Cáritas Diocesanas e Cáritas Paroquiais.

Inicialmente, com ações voltadas para a assistência social, evoluíram para transformações sociais, englobando a partir daí a geração de renda e melhorias econômicas. Assim, a missão da Cáritas é a defesa da vida com a promoção da solidariedade, objetivando

a construção de uma nova sociedade por meio da promoção de direitos da população em situação de exclusão social, a mobilização cidadã e a conquista de relações democráticas, do desenvolvimento solidário e sustentável, além do fortalecimento e organização da Cáritas.

Segundo informações obtidas junto a funcionários da Cáritas no Piauí, ao longo da década de 1990 o trabalho restringiu-se a intervenções locais das Dioceses com os chamados Projetos Alternativos Comunitários (PAC). Suas diretrizes básicas eram o investimento na caprinocultura, apicultura, obras hídricas e a produção agrícola; o financiamento era da própria Cáritas, sendo que os beneficiados dispunham de um período que variava de 03 a 04 anos para ressarcir o valor indexado ao salário mínimo.

A partir dos anos 1990, os Programas expandiram-se e atuaram em distintas frentes, destacando-se:

- Projeto Fecundação I - aplicado inicialmente no município de Coronel José Dias, constitui-se em ações preventivas e emergenciais de convivência com o semi-árido; são desenvolvidas atividades de gestão, produção agropecuária, recursos hídricos e educação e conta-se com o financiamento da Cáritas Alemã;
- Projeto Fecundação II - nos moldes do Fecundação I, porém contempla os municípios Lagoa do Barro, Pio IX, Júlio Borges, Flores do Piauí, São João da Varjota e Bonfim do Piauí;
- Programa 1 Milhão de Cisternas - fundamenta-se na construção de cisternas, conta com a mobilização da própria comunidade; tem uma unidade gestora no município de Picos e os recursos provêm dos setores públicos, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), e privados, como a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN);
- Projeto Fruto Daqui – para beneficiar os frutos regionais, com sede em José de Freitas e João Costa, organizado em uma associação e uma unidade de beneficiamento cujo produto final é a polpa de frutas; o financiamento é das Cáritas Americana e Norueguesa.

Embora numa escala diminuta em relação às ações oficiais, a Cáritas tem promovido, principalmente através da construção de cisternas, um direito básico de qualquer cidadão: o

acesso à água. Além disso, tem colaborado para a criação de um ambiente favorável à disseminação de práticas de convivência com o semi-árido e o fortalecimento das organizações comunitárias, sobretudo de pequenos agricultores.

Se bem conduzidos, esses Programas configuram-se num forte instrumento de melhoria das condições de vida da população do campo, desde que privilegiem, a partir de sua implementação, a população e objetive maior eficiência produtiva, e não somente o aspecto assistencial.

Nesse sentido, Furtado já dizia que

(...) o governo brasileiro, depois de cinquenta anos de esforço, usando gente competente, não conseguiu resolver o problema, e a seca é mais grave que era há cinquenta anos atrás (sic). Portanto, houve um diagnóstico errado quando se estabeleceu a política de “obras contra as secas”. (...) Daí a idéia de considerar dois grandes eixos de ação em toda a política de desenvolvimento do nordeste: criar uma economia resistente às secas e reestruturar a economia agrária, intensificando os investimentos industriais. (apud Aguiar, 1985, p. 20).

A ação das Políticas Públicas para o semi-árido, ao longo dos anos, vem adotando elementos e artifícios já exaustivamente utilizados, sem retorno efetivo no que se refere às questões cruciais que envolvem a região. Soluções imediatistas longe estão de proporcionar à população miserável do sertão as bases para que se consolide uma proposta de desenvolvimento sustentável que resulte em mudanças absolutas na sua condição de vida.

4.3 – Resumo conclusivo

É por meio dos Programas que determinadas Políticas são implementadas, utilizando-se para tal de agências especializadas, em sua consecução, que as viabilizam e desenvolvem. Um Programa pode estar atrelado a mais de uma Política Pública e ensejar a atuação de várias agências executoras no decorrer de seu curso; da mesma forma, uma determinada Política Pública pode originar diversos Programas dentro da mesma linha de atuação. Os Projetos são como partes menores constituintes de um Programa, ressalva feita às indistintas formas de utilização da nomenclatura, às vezes não diferenciando o primeiro do segundo.

As Políticas e os Programas podem ser de competência das instâncias federal, estadual ou municipal e, por sua vez, podem ter abrangência nacional, regional ou local. Desde o Império que a ocorrência das secas e suas conseqüências transformaram o Nordeste brasileiro em uma região problema, constituindo-se em objeto de preocupação do Estado e da própria sociedade. No entanto, os problemas nordestinos ganharam forte evidência no final da década de 1950, quando se constituíram num marco temporal no que se refere à intervenção estatal para a promoção do desenvolvimento dessa região.

As principais Políticas Públicas utilizadas pelo governo federal na década de 1990 foram o financiamento da produção agrícola, de serviços, de projetos sociais, produtivos e de infra-estrutura; pesquisa, capacitação e apoio técnico. Algumas das principais agências executoras são o BNB, a EMBRAPA, a CODEVASF, o SEBRAE e a SEPLAN. As organizações não-governamentais, especialmente a Cáritas, têm desenvolvido importantes ações junto ao semi-árido piauiense.

No estado do Piauí, preponderam as Políticas desenvolvidas pelo governo federal, cuja ação para o semi-árido, ao longo dos anos, vem adotando elementos e artifícios já exaustivamente utilizados, sem retorno efetivo no que se refere às questões cruciais que envolvem a região, como frentes de trabalho emergenciais, distribuição de cestas básicas, transferências de renda e outras formas de assistencialismo.

CAPÍTULO V – POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E EXPERIÊNCIA NO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE

Historicamente, a resposta usual ao porquê do atraso econômico da região semi-árida centra-se na ocorrência do fenômeno das secas, na falta de água. Certamente esse é um problema que não pode ser ignorado e com o qual a população dissidente terá que conviver. Contudo, a dimensão de catástrofe que tal fato assume tem profundas ligações não só com o desagravo da natureza, mas também com o quadro de miséria crônica que acomete a região. A partir do levantamento das Políticas Públicas e Programas para o semi-árido na década de 1990, mais especificamente para o estado do Piauí, observa-se que, como a irregularidade climática que ocorre de forma cíclica, o cenário para a população não mudou nesse período, nem os distintos mecanismos utilizados na tentativa de revertê-lo.

Este capítulo avalia as ações das Políticas Públicas e Programas pesquisados, esboçando seus resultados no viés econômico. Para tal fim, estruturou-se em 03 (três) itens: o primeiro aborda o legado dos governos Federal e Estadual; o segundo versa sobre a ação de Organizações Não-Governamentais, representadas pela Cáritas e, o terceiro, expõe 02 (duas) experiências locais bem-sucedidas, que resultaram da adoção de Políticas e Programas. Conclusivamente, tem-se um panorama geral dos resultados dessas ações.

5.1 – Análise das políticas federais, estaduais e organização não-governamental

Ao longo da década de 1990, as Políticas e Programas elaborados para o semi-árido piauiense foram escassos nos âmbitos federal e estadual, especialmente no último por não haver qualquer ação de planejamento efetivo. Dessa forma, os Programas implementados no Piauí derivam basicamente do governo federal, destacando-se o PRONAF e o PAPP/PCPR, que terão análise mais aprofundada, dada a sua importância e abrangência para a referida região.

O PAPP configurou-se numa das mais importantes intervenções governamentais em regiões pobres. Apesar de ter enfoque principalmente em obras de infra-estrutura básica, o legado deixado por esse Programa é inquestionável, haja vista a necessidade de se

construir condições para o desenvolvimento de diversos tipos de empreendimento, tais como a instalação de fábricas para beneficiamento de produtos agrícolas ou qualquer outro que necessite de um mínimo de infra-estrutura básica: energia, abastecimento de água, estradas.

Durante sua execução, conforme o Quadro 1, foram disponibilizados para o Estado cerca de US\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de dólares), embora, de acordo com técnicos que trabalharam no Programa, aproximadamente US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares) não chegarem às instâncias de execução, em decorrência da forte burocracia e do grande número de intermediários.

Projeto	Período	Volume de Recursos (US\$ milhões)	Origem dos Recursos (US\$ milhões)
PAPP	1986-1992	48,5	Governo Federal/BIRD
PAPP Reformulado	1993-1996	34,5	Governo Federal/BIRD/Estado
TOTAL	-	83,0	-

Fonte: PIAUÍ – SEPLAN (2002)

Nota: Até o PAPP reformulado, a União era considerada mutuária, por isso passou a ser incumbência do Estado a partir do PCPR.

Quadro 1 – Volume total e origem de recursos por Programa

Não obstante, as falhas na administração dos recursos, sua implementação resultou na construção de cerca de 1.700 obras de infra-estrutura e projetos produtivos e sociais em 148 municípios, além da mobilização das comunidades rurais, que passaram a ter maior autonomia para decidir sobre suas principais necessidades, e a eleição de prioridades entre elas. As ações mais efetivas do PAPP, sem dúvida, referem-se ao incentivo à criação de bases para o desenvolvimento local, à medida que as localidades contempladas iniciaram um processo de organização e aproveitamento das potencialidades com fortalecimento da pequena produção, apesar de esta ter permanecido em níveis de subsistência. A utilização racional dos recursos também esteve presente no desenvolvimento dos Projetos do PAPP, porém, a superficialidade com que foi tratada não permitiu que se promovessem modificações quanto à relação entre a população semi-árida e o meio ambiente.

Após transformar-se em PCPR, o Programa continuou trabalhando com obras estruturais em comunidades extremamente carentes, ou seja, com IDH muito baixo. O PCPR I (1997/2001) contou com recursos da ordem de US\$ 40.000.000,00 (quarenta

milhões de dólares), com execução efetiva de US\$ 37.700.000,00 (trinta e sete milhões e setecentos mil dólares), de acordo com o Quadro 2.

COMPONENTES	ESTIMADO US\$ milhões	EXECUTADO US\$ milhões
Subprojetos Comunitários	35,4	33,2
Fumac	23,0	20,6
Fumac-P	2,8	0,2
PAC	9,6	12,2
Desenvolvimento Institucional	2,0	3,6
Administração, Monitoria e Avaliação	2,0	0,9
Não alocados (imprevistos)	0,6	-
TOTAL	40,0	37,7

Fonte: PIAUÍ – SEPLAN (2002)

Quadro 2 – Custos dos Projetos programados e executados - PCPR I (1997-2001)

Como evidencia o Quadro 3, na segunda fase, denominado PCPR II, o investimento totalizou US\$ 30.890.517,00 (trinta milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e dezessete dólares), dos quais foram concretizados, até 2004, US\$ 6.648.112,00 (seis milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, cento e doze dólares).

COMPONENTES	ESTIMADO US\$	EXECUTADO US\$
Fumac	20.000.000	5.824.634
Fumac-P	3.310.345	91.098
Pac	1.931.034	391.031
Consultoria/treinamento	1.600.000	35.984
Administração	500.000	58.885
Supervisão	600.000	21.480
Não alocado	2.724.138	-
Front end. Fee.	225.000	225.000
TOTAL	30.890.517	6.648.112

Fonte: PIAUÍ – SEPLAN (2002)

Quadro 3 – Custos dos Projetos programados e executados - PCPR II (2002-?)

Os impactos da ação dos PCPR I e II no estado do Piauí expressam o teor de sua importância, uma vez que no período compreendido entre outubro de 97 e maio de 2003 foram 414.491 pessoas beneficiadas com projetos de infra-estrutura, e 55.592 com projetos produtivos e 115.347 sociais, totalizando 585.430, o que certamente, se não modificou o quadro de pobreza constituinte do cenário dessas comunidades, proporcionou melhorias ao

bem-estar das pessoas, considerando-se que grande parte do contingente populacional no semi-árido sobrevivia sem acesso à água, à eletricidade e a estradas que facilitassem, inclusive, o deslocamento a comunidades vizinhas, objetivando a comercialização de algum excedente produtivo.

No mesmo período, dos 1.545 projetos financiados, 75% destinaram-se à infraestrutura básica, 13,60% a melhorias sociais e 10,80% à produção. Com relação à definição das comunidades beneficiadas, 60% dos projetos contemplaram aquelas cujo IDH estava situado entre 0,311 e 0,396; 32% para as localizadas entre 0,397 e 0,482 e, finalizando; 5% para as que se mantiveram entre 0,483 e 0,568 (PIAUI. SEPLAN, 2004)²⁵. A criação de infra-estrutura básica sempre foi a principal frente de atuação do Programa, o que pode ser comprovado pelos dados observados. Nesse sentido, destaca-se que os progressos estruturais experimentados pelas localidades atendidas proporcionaram maior integração entre elas à proporção que houve, além da facilitação de deslocamento, a oportunidade de desenvolvimento, dentro da própria comunidade, de produtos e serviços que antes só poderiam ser adquiridos em outros municípios, como atendimento médico e serviços bancários.

Além do mais, o coeficiente do Fundo de Participação do Município (FPM) também foi fator determinante para a liberação dos convênios. Assim, dos 1.545 projetos efetivados, 73 % (1.098) dirigiram-se a municípios com coeficiente entre 0,6 e 1,0; 14% (220) para os situados entre 1,2 e 1,6; 7% (117) para os encontrados entre 1,8 e 2,2; 4% para os permaneceram entre 2,4 e 2,8 e; 2% (40) para aqueles com coeficiente superior a 2,8.

O Programa careceu, no entanto, de maior incentivo a projetos produtivos, considerando-se que, sendo a atividade agrícola predominante no semi-árido piauiense e condição de sobrevivência às famílias dessa região, seriam necessários, além de infraestrutura, meios e condições de práticas agrícolas racionais, o que exigiria informações e suporte técnico mais efetivos, já que, pela metodologia de aplicação e desenvolvimento das diretrizes do PCPR, teoricamente os danos ambientais que determinadas atividades

²⁵ Os dados não totalizam 100%, contudo, considerando-se o fato de que os mesmos foram fornecidos diretamente pela administração do Programa, optou-se por mantê-los, evitando-se assim, aproximações ou adequações que alterassem o teor original.

poderiam causar eram considerados de grande relevância, embora na prática tal fator tenha sido pouco preponderante, o que dificultou a implementação de uma agricultura familiar sustentável.

No período situado entre 2002 e 2004 (Anexo 9), o PCPR II financiou 607 projetos em todo o Estado, sendo 516 de infra-estrutura, 60 produtivos e 32 sociais, envolvendo recursos que somaram R\$ 5.725.284,68 (cinco milhões, setecentos e vinte e quatro reais, duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), apresentando considerável desempenho em dois anos, mas ainda insuficiente frente à pujante carência da população semi-árida.

Os dados enumerados, expressam a relevância do montante de recursos destinados ao Estado e ao semi-árido piauiense, desde o seu início com o PAPP até sua atual fase: o PCPR II. Contudo, os índices levantados para a região demonstram que continua muito grave o nível de pobreza experimentado pela população, donde se infere que, mesmo com a implementação do Programa, ainda não foi possível reverter o cenário.

Nesse sentido, assevera-se que a produção no semi-árido repousa ainda em práticas tradicionais²⁶ e pouco competitivas, por isso, a atuação do Programa, infelizmente, não fugiu aos usuais modelos de combate à pobreza rural, que procuram reverter, de forma imediatista e pouco eficaz, os efeitos causados pelos períodos de estiagem, pela miséria e pela falta de oportunidade de trabalho e renda. Na realidade, o direcionamento das políticas de desenvolvimento para as comunidades carentes do semi-árido reduziu-se ao atendimento das necessidades básicas, inquestionáveis, obviamente, quanto aos benefícios que proporcionam. Por outro lado, embora criem bases mais receptivas para a diversificação de outros empreendimentos, economicamente não conseguem modificar o quadro de atraso e estagnação, como demonstram os números encontrados para a região, sobretudo com relação à produção agrícola e pecuária. Some-se a isso o caráter assistencialista e emergencial, muitas vezes com conotação política na implementação dos projetos.

Com ampla atuação no que se refere ao financiamento da produção agrícola, destaca-se o PRONAF por sua vasta abrangência e importância para os pequenos

²⁶ Relativo a utilização de métodos com baixo nível tecnológico e de produtividade.

agricultores rurais. No semi-árido piauiense, as modalidades mais utilizadas do PRONAF são os do tipo A e B. Os dados concernentes a esse Programa (constantes no Anexo 10) revelam que foram investidos R\$ 270.531.125, 75 (duzentos e setenta milhões, quinhentos e trinta e um mil, cento e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos) de recursos no Piauí, com o objetivo de se realizar 204.904 contratos a partir de 1998, incluindo-se nesse valor a previsão de investimento para o ano de 2005. Só para a região semi-árida, os recursos totalizaram R\$ 168.251.891,05 (cento e sessenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e um reais e cinco centavos), com a implementação de 120.084 contratos de financiamento agrícola a partir de 1999. O pode aumentar, já que para o ano de 1998 não foram encontrados dados estratificados para o semi-árido. O Estado como um todo recebeu R\$ 13.427.926,52 (treze milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte e seis reais, e cinquenta e dois centavos) distribuídos em 12.021 contratos. (PRONAF, 2004)

O PRONAF tem sido uma importante alternativa de financiamento para pequenos agricultores do semi-árido piauiense, que antes viviam quase sempre à margem desse tipo de benefício creditício. As dificuldades para melhorar a produção repousavam ou na falta de linhas direcionadas especificamente a essa faixa de produtores ou, quando da sua existência, na excessiva burocracia que impunha enormes limitações para a disposição de financiamento, geralmente por exigências a que os agricultores não estavam aptos ou não tinham condições de cumprir. Nesse sentido, o PRONAF veio preencher a lacuna deixada pelo PCPR em virtude da relativa proporção de incentivos a projetos produtivos, além de configurar-se numa possibilidade de promoção do desenvolvimento local e de uma agricultura em bases ambientalmente mais racionais.

Já as ações e diretrizes propostas pelo Projeto Áridas, que versam sobre um novo padrão produtivo pautado no conceito da sustentabilidade, parecem não ter encontrado aplicação prática, dada uma situação amplamente desfavorável à preservação de recursos naturais na região, confirmada pelos índices de degradação, segundo os quais a quase totalidade dos municípios que compõem a região encontram-se em situação de preocupante nível de degradação ambiental. O próprio quadro de subdesenvolvimento, aliado às dificuldades climáticas e à falta de alternativas à sobrevivência da população convergem para tal resultado.

O trabalho realizado pelo SEBRAE, enquanto agência executora de Políticas e Programas governamentais junto às comunidades carentes, mostrou-se uma peça-chave de muitas das estratégias identificadas no sentido de mudar o quadro de atraso experimentado pelo semi-árido piauiense. Essa constatação pode ser comprovada a partir da participação do SEBRAE no desenvolvimento de atividades que demandam certo grau de conhecimentos técnicos, como a exploração e beneficiamento de produtos agrícolas. Dada a grande deficiência de acesso à informação e a mão-de-obra qualificada, por meio da capacitação e aprimoramento de conhecimentos, o SEBRAE proporcionou a criação de novas alternativas de emprego e renda, à proporção que a comunidade rural foi apresentada a outros meios de sobrevivência que fugiam do binômio agricultura-pecuária, como artesanato, serviços e produção de confecções, fornecendo-lhe suporte técnico para o desenvolvimento local.

Faz-se inquestionável também a performance da EMBRAPA, sempre presente no processo de investigação e efetivação de estratégias que busquem soluções para a problemática da região semi-árida. A EMBRAPA atuou enfaticamente, na linha de pesquisa e desenvolvimento de técnicas que incrementassem a produtividade do campo, como o feijão caupi, técnicas de irrigação e de adubação do solo, criação de animais, entre outros, destacando-se como uma das mais importantes executoras de Políticas Públicas para o semi-árido e agindo em parceria com várias agências, como a Secretaria de Agricultura, o Banco do Nordeste, a Universidade Federal dentre outras.

As ações da CODEVASF representaram uma das mais significativas tentativas de promoção do desenvolvimento econômico e social no Nordeste e no semi-árido. Os projetos da CODEVASF foram implantados principalmente em áreas desprovidas de infra-estrutura econômica e social, cabendo a ela, de forma direta ou indireta, a canalização de recursos federais na construção de estradas, rede elétrica, habitações e promoção da assistência à saúde e à educação, além de obras de saneamento básico. Entretanto, no que se refere ao semi-árido piauiense, não foram identificadas ações com expressivos resultados, restringindo-se ao desenvolvimento de projetos isolados em um ou outro município, uma vez que a incorporação dessa área como prioritária para a agência ocorreu há pouco tempo, mais exatamente no ano de 2000, quando da elaboração do PLANAP e do Projeto Semi-Árido.

O BNB, tem longa experiência na implementação de Políticas Públicas junto ao nordeste brasileiro, por conseguinte no semi-árido, tanto isoladamente como associado a outras

agências. Configurando-se no principal agente do Governo Federal para o desenvolvimento regional, o BNB vem atuando sobretudo na criação de um ambiente favorável para que empreendimentos financiados se sustentem e progridam. Através de programas que conjugam crédito e orientação técnica e gerencial, essa instituição tem financiado e levado aos pequenos empreendedores nordestinos e do semi-árido a possibilidade de fortalecimento de sua base produtiva e da melhoria da qualidade de vida.

Dessa forma, a concessão de crédito tem colaborado sobremaneira para maior efetividade das Políticas Públicas, mais especificamente na implantação de Programas que exigem aporte de capital, aliado a atividades nas áreas de pesquisa, capacitação, assistência técnica e apoio à comercialização. Não obstante a indiscutível relevância do BNB, a região semi-árida piauiense ainda necessita não só de maiores volumes de recursos como de maior proximidade no que se refere à orientação e acompanhamento dos financiamentos, além da continuidade de investimentos para eles. Verifica-se que é considerável o número de empreendimentos, seja agrícola ou não, que acabam definhando-se devido à falta de preparo dos administradores e da descontinuidade de recursos ou de orientação especializada, representando um forte empecilho na condução de programas que incentivam a agricultura familiar e o desenvolvimento local.

Ao longo do tempo, observou-se o aumento da participação de ONG's que atuam geralmente em parceria com organismos e entidades comprometidos com a problemática do subdesenvolvimento. Neste estudo, privilegiar-se-á a Cáritas, que vem desenvolvendo um relevante trabalho junto à comunidade do semi-árido, cujo principal mecanismo de ação é o Programa 1 Milhão de Cisternas - P1MC. A Cáritas já construiu em todo o semi-árido brasileiro 51.631 cisternas, beneficiando 260 mil pessoas. No Piauí, o Programa já investiu R\$ 1.851.274,80 (um milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos) na construção de 1.823 cisternas ao custo de R\$ 1.200 (um mil e duzentos reais) a unidade.

De acordo com a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA)²⁷ (2004), o Programa levou a mudanças sociais, políticas e econômicas na região, como o aumento da frequência escolar, a diminuição do número de pessoas com doenças em virtude do consumo de água tratada e a geração de emprego e renda para os moradores. A previsão é de que o Programa

²⁷ Entidade que envolve várias organizações que trabalham com o semi-árido brasileiro, inclusive a Cáritas.

seja concluído em cinco anos, contados a partir de 2003, quando 1 (um) milhão de famílias estarão envolvidas nos processos de mobilização e capacitação.

Os demais programas desenvolvidos pela Cáritas são ainda experiências relativamente pequenas, atingindo reduzido número de municípios. Para os Projetos Fecundação I e II, que têm por finalidade instituir ações que visem a práticas de convivência com o semi-árido, desenvolvendo atividades de gestão, produção agropecuária, recursos hídricos, além de educação, não foram disponibilizados dados para a análise de seus efeitos devido à sua recente implementação. O Projeto Fruto Daqui já beneficiou 100 famílias, desembolsando recursos num total de R\$ 289.421, 00 (duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e vinte e um reais) aplicados.

A participação da Cáritas na tentativa de reversão da pobreza do semi-árido piauiense, embora em menores proporções, tem grande representatividade junto às comunidades. Verifica-se que a ação mais expressiva é aquela relacionada ao acesso à água através do Programa PIMC, em que se contabilizaram os resultados mais significativos. De acordo com funcionários da Cáritas, ter uma cisterna em casa constitui-se em motivo de grande orgulho para as famílias da região, visto que um dos maiores desafios à sobrevivência dessa população relaciona-se com a captação de água que, muitas vezes, se encontra a quilômetros de suas residências e em condições inapropriadas para o consumo humano. Ainda em conformidade com informações levantadas junto a essa ONG, muitas famílias recusam-se a abandonar suas casas pelo fato de terem conseguido construir uma cisterna, o que demonstra a importância do Programa.

A análise das Políticas e Programas permite visualizar que, considerando-se as devidas proporções, além do vultoso aporte de recursos, todos apresentam similaridades no tocante à sua forma de intervenção, bem como aos seus objetivos. As Políticas Públicas têm como base ações repetidamente de caráter emergenciais e de curto prazo com o objetivo de combater os efeitos da pobreza na região e não as suas causas. Fica evidente que a preocupação maior é com o provimento de infra-estrutura básica e financiamento de pequenas produções agrícolas, que, mesmo de importância inquestionável, não resultaram em modificações no suporte econômico dos municípios do semi-árido.

Quanto à questão ambiental, esta tem sido relegada quando da formulação e desenvolvimento das Políticas e Programas, bem como de sua execução, a um nível de simples formalização, o que ficou evidenciado pelos índices de degradação encontrados para os municípios do semi-árido piauiense. Nem mesmo a inovação do Projeto Áridas, quanto às novas estratégias para a preservação ambiental no Nordeste e as indicações da própria Agenda 21 Brasileira para que se estabeleça uma agricultura sustentável, foram capazes de promover modificações no sentido de uma nova forma de relacionamento homem/natureza na região, o que paradoxalmente é de se esperar, e até mesmo compreensível, considerando-se as desumanas e críticas condições de sobrevivências da população semi-árida.

A fome, a necessidade, a doença são facetas inerentes à própria condição humana e, biologicamente, urgem numa intensidade superior à preservação dos recursos naturais. Defende-se, portanto, que antes da exigência de posturas ambientalmente corretas, faça-se preciso proporcionar patamares mínimos de satisfação básicas, como saciar a fome e resgatar a cidadania dessas pessoas, o que só será possível com a modificação da condição de excluídos do sistema político-econômico-social.

Os indicadores revelaram a frágil estrutura econômica dos municípios da região, alicerçadas numa atividade agropecuária de pequeno porte e em moldes tradicionais, que se mostraram incapazes de promover uma dinamização e inserção das localidades em mercados competitivos e que resultassem no crescimento do nível de renda. Tal fato, agravado pela concentrada estrutura fundiária, dificultando o acesso dos trabalhadores à terra, demanda um processo de reforma agrária mais eficiente, ágil, e justo, baseado na desapropriação de terras férteis e propícias à produção.

Com baixíssimo nível educacional, oscilando entre analfabetismo e semi-analfabetismo, aliado à falta de consciência política e ações oficiais paliativas, as perspectivas de transformação da realidade no semi-árido brasileiro, nordestino, e especialmente piauiense, têm poucas chances de se concretizar num futuro próximo. Contudo, apesar do resultado pouco satisfatório das Políticas e Programas implementados na região semi-árida do estado do Piauí, alguns casos de experiências bem-sucedidas ocorrem em contraponto ao quadro de subdesenvolvimento generalizado, como se observa adiante através da exposição de uma delas, manifestando que políticas destinadas ao desenvolvimento local podem possibilitar a geração de emprego e renda.

5.2 – Experiência local bem-sucedida

A apresentação de uma experiência local bem-sucedida visa mostrar a possibilidade real de políticas adequadas funcionarem desde que haja não somente recursos financeiros, mas também conhecimentos compartilhados, boa vontade e iniciativa. Nesse sentido, explicitar-se-á a produção de mel no município de Simplício Mendes/PI.



Figura 6 – Município visitado no semi-árido piauiense
Fonte: adaptado de Carvalho e Gomes, 2002.

5.2.1 – Projeto “Mel com Qualidade” – Simplício Mendes/PI

Segundo o SEBRAE (2003), o município de Simplício Mendes foi fundado em 1938 e dista 416 Km da capital Teresina, Piauí. Antes da implementação do Projeto “Mel com

Qualidade”, a população do lugar vivia basicamente da exploração de culturas de subsistência, como o milho, a manga e a mandioca, além de alguns produtos de origem animal, sempre sujeitos às inversões e instabilidades climáticas a que estavam expostos.

O surgimento da produção apícola em Simplício Mendes nasceu da tentativa de se criar uma alternativa para a comunidade local, que sofria intensamente com a hostilidade do clima e com o alto grau de subdesenvolvimento, apresentando elevados índices de pobreza, analfabetismo e desnutrição. Nesse sentido, o principal dilema enfrentado pelos governantes e pela população do município era a concepção de uma nova forma produtiva, capaz de melhorar e proporcionar a geração de trabalho e renda. Nessa perspectiva, em 1989, dispondo de um pequeno incentivo financeiro proveniente da Alemanha, sob a coordenação do Padre Geraldo, iniciou-se a criação de abelhas como meio de gerar uma fonte de renda para a população local. Vindo da Alemanha em 1966, o Padre Geraldo Henrique Geréon dotado de forte espírito empreendedor, iniciou em 1990 um trabalho com apicultura em algumas comunidades da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus sediada em Simplício Mendes/PI, de forma experimental objetivando verificar o potencial da região para o desenvolvimento dessa atividade.

A partir dessa experiência, comprovou-se que havia um ambiente amplamente favorável para a atividade apícola por contar com vegetação nativa diversificada, pouca necessidade de água e floradas o ano todo. Assim, a apicultura consistiu numa atividade propícia para a região onde predominam adversidades climáticas como o semi-árido piauiense, passíveis de se desenvolver harmoniosamente em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Inicialmente produzindo mel de forma rudimentar e artesanal, utilizando mão-de-obra muitas vezes desqualificada e maquinário atrasado tecnologicamente, o produto final, embora conseguisse alguma comercialização, estava abaixo dos padrões de qualidade e exigências sanitárias da legislação, fato que veio a limitar o crescimento da produção e do rendimento. Além do mais, a inserção de atravessadores no processo de comercialização reduzia bastante os lucros dos produtores, já que aqueles adquiriam destes o produto a um preço extremamente baixo.

Visando solucionar o problema, em 1994, foi criada a Associação de Apicultores de Simplício Mendes/PI, (Figuras 7 e 8), que atraiu outras instituições que apoiaram o Projeto, orientadas pelo próprio Padre Geraldo, dando início ao Projeto “Mel com Qualidade”. A Universidade Federal do Piauí encarregou-se de diagnosticar o mel e discutir os resultados com a comunidade envolvida, elaborar uma cartilha com indicações de práticas de higiene e implantar atividades corretivas. O SEBRAE ficou responsável pela coordenação do Projeto. Outros órgãos e entidades participaram de forma imprescindível para o sucesso do empreendimento, como a Secretaria da Agricultura, Pesca e Pecuária do Rio Grande do Norte, a Delegacia Federal de Agricultura, o BNB, o Ministério da Agricultura e Abastecimento, a Delegacia Federal da Agricultura, a FAPEPI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Banco do Brasil.



Figura 7 - Depósito do Mel
Fonte: autora, dez/2004



Figura 8 - Sede da Associação e Entreposto do Mel
Fonte: autora, dez/2004

A ação desses órgãos ocorreu principalmente no preparo da comunidade para o desenvolvimento da atividade quando da mobilização dos apicultores, que contribuíram através da participação em seminários e em palestras para a apresentação do modelo de produção com excelência qualitativa. Seguiu-se a implantação de programas de capacitação técnica dos apicultores nas mais distintas etapas do processo de produção (Figuras 9 e 10), visando ao aprimoramento do produto e à criação das melhores condições de comercialização fora dos mercados tradicionais, de forma a torná-la uma atividade econômica rentável e segura.



Figura 9 - Equipamento para purificação do mel
Fonte: autora, dez/2004



Figura 10 - Produção de cera
Fonte: autora, dez/2004



Figura 11 – Embalagens do mel
Fonte: autora, dez/2004



Figura 12 – Equipamento para envazamento do mel
Fonte: autora, dez/2004

Em 2001, a Associação recebeu o selo de exportação do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, começando a vender pequenas quantidades de mel para a

Itália; todavia, em novembro de 2002, já exportava 16 toneladas para o mesmo país. No mesmo ano, Simplício Mendes também exportou mel para os Estados Unidos e embarcou 70% de sua produção para o mercado externo.

Ano	Produção de Mel (toneladas)
1998	60
1999	70
2000	50
2001	65
2002	92
2003	90
2004	110
TOTAL	537

Fonte: Pesquisa direta, dez/2004

Quadro 4 – Produção anual de mel da AAPI

De acordo com o Quadro 4, observa-se que a produção de mel vem crescendo progressivamente, com um aumento da ordem de 83 % no período compreendido entre 1998 e 2004, constituindo-se, por conseguinte, em uma experiência bem-sucedida. Essa produção incremental promoveu grandes modificações para a economia da cidade, antes predominantemente de subsistência, à proporção que os apicultores passaram a contar com uma renda real. Segundo dados do SEBRAE (2003), os associados atingiram uma média mensal de R\$ 1.500 no ano de 2002.

Dessa forma, muitas famílias, após ingressarem na atividade apícola, deixaram de depender unicamente de pequenas produções agrícolas e animais que não eram suficientes nem mesmo para a garantia de sua sobrevivência, o que pode ser validado observando-se os depoimentos prestados pelos próprios apicultores.

Sr. Joaquim Pereira, apicultor associado, afirma:

(...) antes, era muito ruim. A gente não tinha de onde arrumar o financeiro. O fim da nossa carreira de pequeno era plantar roça, milho arroz e feijão para o consumo. Hoje, a gente está com os dias mais firmes, porque a gente acredita na apicultura, em Deus e no Pe. Geraldo. Hoje temos uma alternativa de vida melhor. Há dez anos, ninguém emprestava dinheiro se precisássemos; agora, temos crédito. Quero passar o resto da vida trabalhando com apicultura e espero que este Projeto cresça cada vez mais.

Sr. José Erivan, apicultor associado, confirma:

(...) antes, eu trabalhava com a roça, mas com o incentivo do Pe. Geraldo, começamos na atividade da apicultura. Hoje, trabalho com os dois, a roça e a produção de mel. Agora, é mais fácil para se pegar em dinheiro e guardar para os momentos difíceis, quando não dá na roça, por exemplo. Melhorou muito a situação financeira de todos.

Sr. Nelito da Silva, apicultor associado, reforça:

(...) eu trabalhava de roça. Hoje, depois da apicultura, a minha vida melhorou muito, mas continuo trabalhando de roça, plantando milho, arroz e feijão, além da caprinocultura, pois a gente não pode pensar só numa coisa. Não podemos deixar de agradecer ao Pe. Geraldo, pois o governo dá alguns incentivos, mas a propaganda é maior do que o acontecido.

Sr. Dionísio, apicultor e administrador do entreposto, expressa que a atividade apícola é benéfica não somente para os associados, mas para todo o município, devido ao progresso do comércio local e à diminuição do êxodo rural. De acordo com suas informações, a maioria dos associados já tem casa própria e moto. Inclusive, muitos trabalhadores que deixaram o município em busca de melhores níveis de vida nos grandes centros urbanos, estão voltando,

(...) o Sr. Quirino, por exemplo, que já foi presidente da cooperativa, todos os seus irmãos foram embora pra São Paulo. Ele foi o único que ficou e começou pequeno também, apenas com quatro colméias. Hoje, os irmãos voltaram para ajudá-lo na apicultura. Os jovens saíam muito para São Paulo; agora não tem mais isso; muito pelo contrário: várias pessoas que saíram daqui voltaram pra tentar a vida com a produção de mel. O comércio também melhorou muito: antes havia poucos comerciantes; depois do negócio do mel, muita gente abriu um estabelecimento, pois tem apicultor que recebe até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por produção e vai logo arrumar a casa ou comprar uma moto, por exemplo.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, concedeu menção honrosa ao município de Simplício Mendes no ano de 2003, com um prêmio para exportadores, levando reconhecimento e dignidade a uma comunidade habituada a sobreviver em condições precárias e desumanas. Essa experiência mostra que, muitas vezes, iniciativas nascidas dentro da própria comunidade podem promover melhorias mais significativas do que intervenções

oficiais, que nem sempre são condizentes com a realidade local, e reforça a importância do desenvolvimento local e da participação mais efetiva da população. O caso da produção apícola em Simplício Mendes/PI confirma a suposição de que é possível o incremento da produção agrícola mesmo em regiões de clima hostil como o semi-árido, em bases mais competitivas e economicamente mais rentáveis, considerando-se o crescente nível de produção de mel observado e a opinião dos próprios apicultores envolvidos no Projeto, os quais antes viviam de pequenas lavouras de subsistência.

A produção apícola nesse município demonstra, ainda, a viabilidade de conciliação entre uma atividade economicamente rentável e ambientalmente saudável, haja vista a constante reciclagem e aprimoramento de práticas sustentáveis através de cursos e palestras.

5.3 – Resumo conclusivo

O subdesenvolvimento do semi-árido vem sendo, desde muito tempo, justificado pelo fenômeno das secas. As Políticas Públicas e Programas implementados na região, a partir da década de 1990, não conseguiram reverter o cenário de pobreza e de estagnação predominante na mesma.

As atuações mais importantes e efetivas foram as dos Programas PAPP/PCPR e PRONAF, que, mesmo sendo de abrangência nacional, atingiram todos os municípios do semi-árido piauiense. As principais ações do PAPP/PCPR referiram-se a projetos de infraestrutura, produtivos e sociais. O PRONAF teve como principal instrumento de ação o financiamento da produção de pequenos agricultores que utilizam, essencialmente, mão-de-obra familiar.

Apesar do resultado pouco satisfatório, sobretudo do ponto de vista econômico, é possível identificar algumas experiências bem-sucedidas em diferentes graus, como, por exemplo, a produção apícola no município de Simplício Mendes/PI.

CAPÍTULO VI - CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou averiguar as Políticas Públicas e Programas direcionados ao semi-árido piauiense a partir da década de 1990, principalmente quanto à dimensão econômica da sustentabilidade. Para tanto, promoveu-se uma discussão acerca do desenvolvimento sustentável, bem como das Políticas Públicas, além da principal estrutura organizacional e produtiva da região, a pequena produção. Buscou-se ainda, para a concretização do objetivo, a caracterização do semi-árido piauiense, destacando seus aspectos físicos, ambientais e, especialmente, seu desempenho econômico.

É oportuno, resgatar a pergunta que norteou a pesquisa: **Por que, depois de muitas Políticas e Programas implementados no semi-árido piauiense, esta região continua em situação de pobreza e subdesenvolvimento?** A resposta para tal indagação repousa em alguns fatores, tais como: a falta de unidade quanto à definição da região, o que dificulta a ação de Políticas e Programas e leva a um descompasso entre as agências executoras na eleição da área a ser trabalhada; a intocada concentração da estrutura fundiária, que representa outro empecilho para o desenvolvimento do semi-árido já que muitas famílias que não têm onde trabalhar acabam sendo subproveitados e oferecem sua mão-de-obra a grandes latifundiários, podendo também haver migração para os centros urbanos; a manutenção de velhas práticas emergenciais e assistencialistas; a descontinuidade dos programas; a questão cultural que envolve o subdesenvolvimento da região, levando a crer que o fenômeno das secas é o grande responsável por tal conjuntura; o baixo nível educacional da população.

A partir da caracterização da região, verificou-se, em conformidade com os índices levantados, que a principal base econômica do semi-árido piauiense, ou seja, a atividade agropecuária, retroagiu ao longo da década de 1990, o que permite concluir que houve pouca ou insatisfatória evolução da economia dos municípios que a compõem.

As Políticas adotadas não contribuíram para que a população do semi-árido se desvencilhasse da secular dependência das ações oficiais, não sendo possível a geração de renda de forma autônoma e sustentada, dado que a maioria das atividades tradicionalmente utilizadas como fonte de renda e sustento, tais como agricultura e pecuária, apresentaram-se

em decadência, aliadas às constantes modificações de estratégias, à falta de continuidade dos programas, à falta de preparo dos receptores e à falta de acompanhamento técnico. Assim, ocorreu um infeliz agrupamento desses fatores, que acabam convergindo para a ineficiência das Políticas Públicas destinadas a reverter o quadro de subdesenvolvimento que atinge a região.

Observou-se também, que há um grave quadro de degradação ambiental, decorrente das escassas oportunidades de auferir ou incrementar um rendimento mínimo à população do semi-árido, aliado à falta de programas educativos nesse sentido, que levando à utilização de práticas predatórias e ambientalmente ofensivas na busca da própria sobrevivência.

O semi-árido, especificamente o piauiense, carece de Políticas Públicas e Programas voltados exclusivamente ao atendimento das necessidades de seu povo, o que implica a utilização de instrumentos adequados à sua realidade e que considerem as suas especificidades. Os programas identificados são quase sempre de cunho nacional ou regional (Nordeste), contemplando o semi-árido no Estado de forma estratificada, com o privilégio de um ou outro município isoladamente. Tal diagnóstico é evidente ao se analisar os programas executados pelas agências como o SEBRAE, o BNB, a CODEVASF, a EMBRAPA, dentre outras.

Além disso, a visão antiquada de que no semi-árido somente atividades agropecuárias são adequadas acaba por limitar as ações voltadas ao incentivo do empreendedorismo na região com vistas à criação de estratégias que levem a um processo de industrialização local através de uma produção mais competitiva e elaborada, que possibilitasse maior agregamento de valor, o que pode ser atestado pelas experiências demonstradas neste trabalho, especialmente a produção apícola em Simplício Mendes/PI.

A gravidade das dificuldades da população do semi-árido não permite mais que essa questão seja esquecida com o passar da seca, embora tal prioridade venha sendo reafirmada inúmeras vezes no discurso político e nas mesas decisórias. O que fica claro, nas Políticas e Programas levantados na década de 1990, é que as linhas de desenvolvimento adotadas continuam a desconsiderar o principal objeto e fim delas: a população.

Desde o advento da grande descoberta, conhecemos e assistimos a criação de vários “brasis” (do “Brasil-colônia” ao “Brazil-globalizado”) e também de vários “nordestes”, que se sobrepõem e se contradizem concomitantemente numa busca incessante de sua própria identidade. A questão que envolve a população nordestina, e mais especificamente do semi-árido, se perpetua num pujante conflito de interesses e exploração de sua condição marginal.

Nesse sentido, faz-se urgente, renunciar ao discurso teórico das boas intenções, do engano político, dos apegos a ideologias regionais. O caminho para a verdadeira transformação social e econômica do semi-árido repousa na retomada do desenvolvimento, confiscado por equívocos administrativos e analíticos, na reorientação de padrões e objetivos que levem à universalização dos direitos de cidadania.

Historicamente, as grandes mudanças sociais e econômicas ocorridas em diversas partes do mundo acontecem às expensas de revoluções muitas vezes devastadoras. Não se pretende, com essa afirmação, instigar a idéia de que no Nordeste, e mesmo no semi-árido, haja a necessidade de atitude tão radical, mas a observância denuncia que a verdadeira mudança emerge no seio da própria sociedade que a deseja, ou melhor, as mudanças certamente não virão de cima para baixo; ao contrário, para que sejam duradouras, de caráter definitivo, devem acontecer de baixo para cima.

Para a consecução de tal mudança, é imprescindível o ordenamento e a sistematização dos ideais que permeiam processos de semelhante profundidade. Isso só ocorre quando há um mínimo de senso crítico e conhecimento dos direitos de que goza uma nação, sedimentada num Estado democrático. Esse senso crítico só é percebido quando a educação é plena, pois sem ela, torna-se difícil qualquer tentativa de alteração de uma realidade secularmente intocada.

Políticas e Programas, por mais engenhosos e rebuscados que sejam, são impotentes tentativas de reversão de um processo que demanda bem mais que um conjunto de regras e diretrizes. Assim, a questão que envolve o subdesenvolvimento do semi-árido tem base bem mais profunda do que um fenômeno natural, cíclico e bastante conhecido. Não há mais necessidade de diagnósticos para essa região, porque estes existem em demasia; há, sim, urgência na formulação de estratégias que possam conferir aos principais agentes de mudança, a população semi-árida, meios para que partam deles mesmos os pilares da transformação.

O governo, nos âmbitos federal e estadual, desde muito tempo vem se perdendo em estratégias que pouco contribuem para a melhoria das condições de vida e dignidade de seu povo, através de políticas inadequadas e equivocadas, bem como seu próprio modelo de atuação. Nessa perspectiva, verificou-se que as ações implementadas no semi-árido piauiense são, em sua essência, ineficazes, logo faz-se mister repensar o papel das Políticas Públicas e do próprio Estado como agente de desenvolvimento, não somente pela perspectiva do Estado Capitalista, mas de um Estado que nasceu do povo e para o povo, e que não encontra significado sem este. Mas é preciso ainda haver habilidade e sensibilidade na identificação coletiva das necessidades e coincidências entre as políticas públicas e elas.

No entanto, infelizmente, a problemática do semi-árido piauiense provavelmente ainda perdurará por muito tempo, bem como as soluções imediatistas com efeitos de curto prazo, que definitivamente não colaboram para a transformação tão necessária e esperada da pobreza nessa região. O mito da “miséria feliz”, culturalmente disseminado e arraigado nessa população, com profunda contextualização religiosa, atribui à “vontade divina” o sofrimento descomunal causado pelas desumanas condições de vida a que a população é submetida, gera toda uma sorte de equívocos ideológicos, que, a bem da verdade, infelizmente acabam favorecendo a eternização dos exaustivamente identificados problemas que acometem o semi-árido, o que dificulta, em demasia, a adoção e o sucesso de medidas enérgicas e pontuais para se tentar resolver e/ou contornar toda essa situação de agrura, de penúria e de ostracismo.

REFERÊNCIAS

ADAD, L. M. S.; LIMA, M. da G. F. Tensões sociais na zona rural piauiense. In: **Carta CEPRO**, Teresina, v. 09, nº 1, p. 19-30, jul./dez., 1983.

AGENDA 21 BRASILEIRA – **Resultado da Consulta Nacional**/ Maria do Carmo de Lima Bezerra, Márcia Maria Facchina e Otto Ribas. MMA/PNUD. Brasília, 2002.

AGENDA 21 BRASILEIRA – **Ações Prioritárias**/Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Brasília, 2001.

AGUIAR, G. M. de. **Agricultura no Nordeste** – apreciação e sugestão de políticas. Petrópolis, Ed. Vozes: 1985.

AGRIANUAL. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. São Paulo, FNP Consultoria & Comércio: 2000.

ASA. P1MC ultrapassa a marca de 50 mil cisternas construídas. In: **ASA informa – Articulação no Semi-Árido Brasileiro**. ano II, nº 07, Recife/PE, outubro, 2004.

BNB. **50 anos do BNB**. Disponível em <<http://www.bnb.gov.br>>, capturado em 19 jun. 2004.

BNB – ETENE. Novos rumos para a economia do Nordeste (O Programa do BNB). In: **Revista Econômica do Nordeste**, v. 23, nº 1-4, p. 20-24, jan./dez., 1992.

BRASIL. **Agricultura sustentável**: subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio Museu Emílio Goeldi, Brasília, 2000.

BRASIL. **Infra-estrutura e integração regional**: subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, Consórcio Sodontécnica/Crescente Fértil, Brasília, Ed. IBAMA: 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro, Ed. Garamond: 2002.

CARVALHO, F. P. A .; GOMES, J. P. A . **Estudos da qualidade de vida dos municípios do semi-árido Piauiense**; Relatório Técnico Final. Teresina, TROPEN: 2002.

CARVALHO, I. M. M. de. **O Nordeste e o regime autoritário**. São Pualo, Ed. Hucitec – SUDENE: 1987.

CODEVASF. **Projeto semi-árido**. Disponível em <[http:// www.codevasf.org.br](http://www.codevasf.org.br)> capturado em 16 mai. 2004.

EMBRAPA. **Linhas de ação para o semi-árido**. Disponível em <<http://www.embrapa.gov.br>> capturado em 19 fev. 2003.

EMBRAPA MEIO-NORTE. **II Plano Diretor da Embrapa Meio-Norte 2000-2003**. Teresina, 2000.

GASQUES. J. G. A questão fundiária no Nordeste frente a uma proposta de desenvolvimento sustentável. In: **Projeto Áridas: uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste**, GT IV, v . 6, dezembro, 1994.

GRAZIANO DA SILVA. J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, 2ª ed. Ed. Zahar:1982.

IBGE. **Censo Agropecuário do Estado do Piauí, 1995-1996** (cd-room).

IBGE. **Censo Agropecuário do Estado do Piauí, 1985**.

IBGE. **Censo Agropecuário do Estado do Piauí, 1970**.

IBGE. **Censo Agropecuário do Piauí de 1998**. Rio de Janeiro, 1970-1998.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1999, 2002**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> capturado em 27 mai. 2004.

IBGE. **Produção da Pecuária Municipal, 1990, 1994, 1999, 2002**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> capturado em 27 mai. 2004.

IPEA. **Renda Per Capita Municipal, 1991 e 2000**. disponível em <<http://www.ipea.org.br>> capturado em 14 jun. 2003.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes: 2001.

LEITE, S. **Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar: uma aproximação à experiência brasileira**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, CPDA. Trabalho apresentado no Seminário “Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina” (FAO/ONU – FODEPAL – NEA/IE/UNICAMP) 30 A 31 de outubro de 2003.

LEMOS, J. de J. S. Níveis de Degradação no Nordeste Brasileiro. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n.3, p.406-429, jul-set. 2001.

LIMA, I. M. de M. F.; ABREU, I. G. de; LIMA, M. G. de. Semi-Árido Piauiense: delimitação e regionalização. In: **Carta CEPRO**, Teresina, v. 18, nº 1, p. 162-183, jan./jun., 2000.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. BNDES. Rio de Janeiro, 2001.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2ª ed. São Paulo, Atlas: 1994.

MONTEIRO, M. do S. L. **Ocupação do cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária**. Tese (Doutorado). Unicamp. Campinas, SP, 2002.

PIAUÍ. Governo do Estado. **Diário Oficial. nº 13, 21 de janeiro de 2004.** Teresina, 2004.

PIAUÍ. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento. **Relatório de atividades do PCPR – 2002/2004.** Teresina, 2004.

PIAUÍ. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento. **Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR II no Estado do Piauí.** Teresina, 2002.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Software 1.0.0. ESM Consultoria, 2003.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.** Disponível em <<http://www.pnud.org.br>> capturado em 24 mar. 2003.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, FJP-Fundação João Pinheiro, IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros.** Brasília, 1998.

PPCSA. **Governo do Piauí prioriza políticas de convivência com a seca.** Disponível em <<http://www.piaui.pi.gov.br>> capturado em 01 mar. 2005.

PROJETO ÁRIDAS. **Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável.** Ministério do Planejamento e Orçamento, Brasília, 1995.

PRONAF. **Agricultura familiar.** Disponível em <<http://www.pronaf.gov.br>> capturado em 25 jun. 2004.

RAMÍREZ V, E. **Estructura y Evolución de las Políticas de Lucha Contra el Hambre y La Pobreza Rural en América Latina** .[s.l.], Octubre- 2003.

REDE DLIS. **O que é o DLIS.** Disponível em < <http://www.rededlis.org.br>>, capturado em 08 fev. 2005.

ROCHA, J. A pequena produção rural no estado do Piauí. In: **Carta CEPRO**, Teresina, v. 13, nº 1, p. 29-68, jan./jun. 1988.

SEBRAE. **Arranjos Produtivos Locais**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br>> capturado em 24 abr. 2004.

SEBRAE. **Manual de orientação para utilização dos estudos de caso do SEBRAE para fins didáticos: Histórias de Sucesso**, 2003. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br>> capturado em 24 abr. 2004.

SILVA E SILVA, M^a. O. da (org.) **Avaliação de políticas e programas sociais – teoria e prática**. São Paulo, Ed. Veras: 2001.

SILVEIRA, A. L. PONTES, F. B. Guia Para Análise de Inovações em Projetos de Desenvolvimento Rural (o caso do PCPR no Estado do Piauí). In: **Carta CEPRO**, Teresina, v.20, nº 2, p. 07-32, mai./ago., 2001.

SUDENE, **O Nordeste semi-árido e o polígono das secas**. Disponível em <<http://www.sudene.gov.br>> capturado em 30 out. 2000.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR, Salvador, 2002. Disponível em <<http://www.aatr.org.br>> capturado em 20 mai. 2004

VELOSO FILHO, F. de A. **Planejamento regional e transformação da agricultura tradicional – lições da experiência no estado do Piauí**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). UNICAMP, São Paulo, 1998.

VIEIRA, L.; BREDARIOL, C. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro, Ed. Record: 1998.

WILKINSON, J. **A pequena produção e sua relação com o sistema de distribuição**. CPDA/UFRRJ. Paper preparado para o Seminário :”Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina”, FODEPAL, UNICAMP, 30-31 de Outubro de 2003.

WILKINSON, J. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção.** Ed. Hucitec, Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA/BA, São Paulo-Salvador, 1986.

ANEXOS

ANEXO A

MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO SEMI-ÁRIDA PIAUIENSE – SUDENE

1	Acauã	38	Fartura do Piauí	76	Pio IX
2	Alagoinha do Piauí	39	Flores do Piauí	77	Piracuruca
3	Alegrete do Piauí	40	Floresta do Piauí	78	Queimada Nova
4	Alvorada do Gurguéia	41	Francisco Macedo	79	Ribeira do Piauí
5	Anísio de Abreu	42	Francisco Santos	80	Rio Grande do Piauí
6	Assunção do Piauí	43	Fronteiras	81	Santa Cruz do Piauí
7	Avelino Lopes	44	Geminiano	82	Santa Luz
8	Bela Vista do Piauí	45	Guaribas	83	Santana do Piauí
9	Belém do Piauí	46	Inhuma	84	Santo Antônio de Lisboa
10	Betânia do Piauí	47	Ipiranga do Piauí	85	Santo Inácio do Piauí
11	Bocaina	48	Isaías Coelho	86	São Braz do Piauí
12	Bom Jesus	49	Itainópolis	87	São Francisco de Assis do Piauí
13	Bonfim do Piauí	50	Jacobina do Piauí	88	São João da Canabrava
14	Brejo do Piauí	51	Jaicós	89	São João da Fronteira
15	Buriti dos Montes	52	João Costa	90	São João da Varjota
16	Caldeirão Grande do Piauí	53	Juazeiro do Piauí	91	São João do Piauí
17	Campinas do Piauí	54	Júlio Borges	92	São José do Divino
18	Campo Alegre do Fidalgo	56	Lagoa do Barro do Piauí	93	São José do Peixe
19	Campo Grande do Piauí	57	Lagoa do Sítio	94	São José do Piauí
20	Canto do Buriti	58	Marcolândia	95	São Julião
21	Capitão Gervásio Oliveira	59	Massapê do Piauí	96	São Lourenço do Piauí
22	Caracol	60	Milton Brandão	97	São Luis do Piauí
23	Caridade do Piauí	61	Monsenhor Hipólito	98	São Miguel do Fidalgo
24	Castelo do Piauí	62	Morro Cabeça no Tempo	99	São Miguel do Tapuio
25	Colônia do Gurguéia	63	Nova Santa Rita	100	São Raimundo Nonato
26	Colônia do Piauí	64	Oeiras	101	Simões
27	Conceição do Canindé	65	Padre Marcos	102	Simplicio Mendes
28	Coronel José Dias	66	Paes Landim	103	Socorro do Piauí
29	Cristino Castro	67	Pajeú do Piauí	104	Sussuapara
30	Curimatá	68	Paquetá	105	Tamboril do Piauí
31	Currais	69	Patos do Piauí	106	Várzea Branca
32	Curral Novo do Piauí	70	Paulistana	107	Vera Mendes
33	Dirceu Arcoverde	71	Pavussu	108	Vila Nova do Piauí
34	Dom Expedito Lopes	72	Pedro II	109	Wall Ferraz
35	Dom Inocêncio	73	Pedro Laurentino		
36	Domingos Mourão	74	Picos		
37	Eliseu Martins	75	Pimenteiras		

ANEXO B

MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO SEMI-ÁRIDA PIAUIENSE – DEFESA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

1	Acauã	42	Floresta do Piauí	83	Pio IX
2	Alagoinha do Piauí	43	Francinópolis	84	Prata do Piauí
3	Alegrete do Piauí	44	Francisco Macedo	85	Queimada Nova
4	Alto Longa	45	Francisco Santos	86	Ribeira do Piauí
5	Anísio de Abreu	46	Fronteiras	87	Santa Cruz do Piauí
6	Aroazes	47	Geminiano	88	Santa Cruz dos Milagres
7	Assunção do Piauí	48	Guaribas	89	Santa Rosa do Piauí
8	Avelino Lopes	49	Inhuma	90	Santana do Piauí
9	Barra D'Alcântara	50	Ipiranga do Piauí	91	Santo Antônio de Lisboa
10	Bela Vista do Piauí	51	Isaias Coelho	92	Santo Inácio do Piauí
11	Belém do Piauí	52	Itainópolis	93	São Braz do Piauí
12	Benedictinos	53	Jacobina do Piauí	94	São Félix do Piauí
13	Betânia do Piauí	54	Jaicós	95	São Francisco de Assis do Piauí
14	Bocaina	55	Jatobá do Piauí	96	São Francisco do Piauí
15	Bonfim do Piauí	56	João Costa	97	São João da Canabrava
16	Boqueirão do Piauí	57	Juazeiro do Piauí	98	São João da Serra
17	Brejo do Piauí	58	Júlio Borges	99	São João da Varjota
18	Buriti dos Montes	59	Jurema	100	São João do Piauí
19	Cajazeiras do Piauí	60	Lagoa de São Francisco	101	São José do Peixe
20	Caldeirão Grande do Piauí	61	Lagoa do Barro do Piauí	102	São José do Piauí
21	Campinas do Piauí	62	Lagoa do Sítio	103	São Julião
22	Campo Alegre do Fidalgo	63	Marcolândia	104	São Lourenço do Piauí
23	Campo Grande do Piauí	64	Massapé do Piauí	105	São Luis do Piauí
24	Campo Maior	65	Milton Brandão	106	São Miguel da Baixa Grande
25	Canto do Buriti	66	Monsenhor Hipólito	107	São Miguel do Fidalgo
26	Capitão Gervásio Oliveira	67	Morro Cabeça no Tempo	108	São Miguel do Tapuio
27	Caracol	68	Nossa Senhora de Nazaré	109	São Raimundo Nonato
28	Caridade do Piauí	69	Nova Santa Rita	110	Sigefredo Pacheco
29	Castelo do Piauí	70	Novo Oriente do Piauí	111	Simões
30	Cocal de Telha	71	Novo Santo Antônio	112	Simplício Mendes
31	Colônia do Piauí	72	Oeiras	113	Socorro do Piauí
32	Conceição do Canindé	73	Padre Marcos	114	Sussuapara
33	Coronel José Dias	74	Paes Landim	115	Tamboril do Piauí
34	Curimatá	75	Pajeú do Piauí	116	Tanque do Piauí
35	Curral Novo do Piauí	76	Paquetá	117	Valença do Piauí
36	Dirceu Arcoverde	77	Patos do Piauí	118	Várzea Branca
37	Dom Expedito Lopes	78	Paulistana	119	Várzea Grande
38	Dom Inocêncio	79	Pedro II	120	Vera Mendes
39	Domingos Mourão	80	Pedro Laurentino	121	Vila Nova do Piauí
40	Elesbão Veloso	81	Picos	122	Wall Ferraz
41	Fartura do Piauí	82	Pimenteiras		

ANEXO C

MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO SEMI-ÁRIDA PIAUIENSE – DELIMITAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO)

1	Acauã	51	Domingos Mourão	101	Picos
2	Alagoinha do Piauí	52	Elesbão Veloso	102	Pimenteiras
3	Alegrete do Piauí	53	Eliseu Martins	103	Pio IX
4	Alto Longa	54	Fartura do Piauí	104	Piracuruca
5	Alvorada do Gurguéia	55	Flores do Piauí	105	Piripiri
6	Anísio de Abreu	56	Floresta do Piauí	106	Prata do Piauí
7	Aroazes	57	Francinópolis	107	Queimada Nova
8	Arraial	58	Francisco Ayres	108	Redenção do Gurguéia
9	Assunção do Piauí	59	Francisco Macedo	109	Ribeira do Piauí
10	Avelino Lopes	60	Francisco Santos	110	Rio Grande do Piauí
11	Barra D'Alcântara	61	Fronteiras	111	Santa Cruz do Piauí
12	Batalha	62	Geminiano	112	Santa Cruz dos Milagres
13	Bela Vista do Piauí	63	Guaribas	113	Santa Luz
14	Belém do Piauí	64	Inhuma	114	Santa Rosa do Piauí
15	Benedictinos	65	Ipiranga do Piauí	115	Santana do Piauí
16	Betânia do Piauí	66	Isaías Coelho	116	Santo Antônio de Lisboa
17	Boa Hora	67	Itainópolis	117	Santo Inácio do Piauí
18	Bocaina	68	Itaueira	118	São Braz do Piauí
19	Bonfim do Piauí	69	Jacobina do Piauí	119	São Félix do Piauí
20	Boqueirão do Piauí	70	Jaicós	120	São Francisco de Assis do Piauí
21	Brasileira	71	Jatobá do Piauí	121	São Francisco do Piauí
22	Brejo do Piauí	72	João Costa	122	São João da Canabrava
23	Buriti dos Montes	73	Juazeiro do Piauí	123	São João da Fronteira
24	Cabeceiras do Piauí	74	Júlio Borges	124	São João da Serra
25	Cajazeiras do Piauí	75	Jurema	125	São João da Varjota
26	Caldeirão Grande do Piauí	76	Lagoa de São Francisco	126	São João do Piauí
27	Campinas do Piauí	77	Lagoa do Barro do Piauí	127	São José do Divino
28	Campo Alegre do Fidalgo	78	Lagoa do Sítio	128	São José do Peixe
29	Campo Grande do Piauí	79	Marcolândia	129	São José do Piauí
30	Campo Maior	80	Massapê do Piauí	130	São Julião
31	Canto do Buriti	81	Milton Brandão	131	São Lourenço do Piauí
32	Capitão de Campos	82	Monsenhor Hipólito	132	São Luis do Piauí
33	Capitão Gervásio Oliveira	83	Morro Cabeça no Tempo	133	São Miguel da Baixa Grande
34	Caracol	84	Nazaré do Piauí	134	São Miguel do Fidalgo
35	Caridade do Piauí	85	Nossa Senhora de Nazaré	135	São Miguel do Tapuio
36	Castelo do Piauí	86	Nova Santa Rita	136	São Raimundo Nonato
37	Cocal de Telha	87	Novo Oriente do Piauí	137	Sebastião Barros
38	Cocal dos Alves	88	Novo Santo Antônio	138	Sigefredo Pacheco
39	Coivaras	89	Oeiras	139	Simões
40	Colônia do Gurguéia	90	Padre Marcos	140	Simplicio Mendes
41	Colônia do Piauí	91	Paes Landim	141	Socorro do Piauí
42	Conceição do Canindé	92	Pajeú do Piauí	142	Sussuapara
43	Coronel José Dias	93	Paquetá	143	Tamboril do Piauí
44	Cristalândia do Piauí	94	Parnaguá	144	Tanque do Piauí
45	Cristino Castro	95	Passagem Franca do Piauí	145	Valença do Piauí
46	Curimatá	96	Patos do Piauí	146	Várzea Branca
47	Curral Novo do Piauí	97	Paulistana	147	Várzea Grande
48	Dirceu Arcoverd	98	Pavussu	148	Vera Mendes
49	Dom Expedito Lopes	99	Pedro II	149	Vila Nova do Piauí
50	Dom Inocêncio	100	Pedro Laurentino	150	Wall Ferraz

ANEXO D

MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO SEMI-ÁRIDA PIAUIENSE – ESTUDO DE DELIMITAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

1	Acauã	53	Dom Expedito Lopes	105	Pedro II
2	Alagoinha do Piauí	54	Dom Inocêncio	106	Pedro Laurentino
	Alegrete do Piauí	55	Domingos Mourão	107	Picos
4	Alto Longa	56	Elesbão Veloso	108	Pimenteiras
5	Altos	57	Eliseu Martins	109	Pio IX
6	Anísio de Abreu	58	Esperantina	110	Piracuruca
7	Aroazes	59	Fartura do Piauí	111	Piripiri
8	Arraial	60	Flores do Piauí	112	Prata do Piauí
9	Assunção do Piauí	61	Floresta do Piauí	113	Queimada Nova
10	Avelino Lopes	62	Floriano	114	Redenção do Gurguéia
11	Barra D'Alcântara	63	Francinópolis	115	Ribeira do Piauí
12	Barras	64	Francisco Ayres	116	Rio Grande do Piauí
13	Batalha	65	Francisco Macedo	117	Santa Cruz do Piauí
14	Bela Vista do Piauí	66	Francisco Santos	118	Santa Cruz dos Milagres
15	Belém do Piauí	67	Fronteiras	119	Santa Luz
16	Benedítnos	68	Geminiano	120	Santa Rosa do Piauí
17	Betânia do Piauí	69	Guaribas	121	Santana do Piauí
18	Boa Hora	70	Inhuma	122	Santo Antônio de Lisboa
19	Bocaina	71	Ipiranga do Piauí	123	Santo Inácio do Piauí
20	Bonfim do Piauí	72	Isaías Coelho	124	São Braz do Piauí
21	Boqueirão do Piauí	73	Itainópolis	125	São Félix do Piauí
22	Brasileira	74	Itaueira	126	São Francisco de Assis do Piauí
23	Brejo do Piauí	75	Jacobina do Piauí	127	São Francisco do Piauí
24	Buriti dos Montes	76	Jaicós	128	São João da Canabrava
25	Cabeceiras do Piauí	77	Jatobá do Piauí	129	São João da Fronteira
26	Cajazeiras do Piauí	78	João Costa	130	São João da Serra
27	Caldeirão Grande do Piauí	79	Juazeiro do Piauí	131	São João da Varjota
28	Campinas do Piauí	80	Júlio Borges	132	São João do Piauí
29	Campo Alegre do Fidalgo	81	Jurema	133	São José do Divino
30	Campo Grande do Piauí	82	Lagoa de São Francisco	134	São José do Peixe
31	Campo Maior	83	Lagoa do Barro do Piauí	135	São José do Piauí
32	Canavieira	84	Lagoa do Piauí	136	São Julião
33	Canto do Buriti	85	Lagoa do Sítio	137	São Lourenço do Piauí
34	Capitão de Campos	86	Marcolândia	138	São Luis do Piauí
35	Capitão Gervásio Oliveira	87	Massapê do Piauí	139	São Miguel da Baixa Grande
36	Caracol	88	Milton Brandão	140	São Miguel do Fidalgo
37	Caridade do Piauí	89	Monsenhor Hipólito	141	São Miguel do Tapuio
38	Castelo do Piauí	90	Morro Cabeça no Tempo	142	São Raimundo Nonato
39	Cocal	91	Nazaré do Piauí	143	Sebastião Barros
40	Cocal de Telha	92	Nossa Senhora de Nazaré	144	Sigefredo Pacheco
41	Cocal dos Alves	93	Nova Santa Rita	145	Simões
42	Coivaras	94	Novo Oriente do Piauí	146	Simplicio Mendes
43	Colônia do Gurguéia	95	Novo Santo Antônio	147	Socorro do Piauí
44	Colônia do Piauí	96	Oeiras	148	Sussuapara
45	Conceição do Canindé	97	Padre Marcos	149	Tamboril do Piauí
46	Coronel José Dias	98	Paes Landim	150	Tanque do Piauí
47	Corrente	99	Pajeú do Piauí	151	Valença do Piauí
48	Cristalândia do Piauí	100	Paquetá	152	Várzea Branca
49	Cristino Castro	101	Parnaguá	153	Várzea Grande
50	Curimatá	102	Patos do Piauí	154	Vera Mendes
51	Currá Novo do Piauí	103	Paulistana	155	Vila Nova do Piauí
52	Dirceu Arcoverde	104	Pavussu	156	Wall Ferraz

ANEXO E

**VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (em mil reais*) DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE- LAVOURAS
TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1990, 1994, 1999 e 2002**

(Continua)

MUNICÍPIOS	VAL. DA PROD. temp.- 1990	VAL. DA PROD. temp- 1994	VAL. DA PROD. temp- 1999	VAL. DA PROD. temp.- 2002	Δ (%) 1990/2002 (temp.)	VAL. DA PROD. perm- 1990	VAL.DA PROD. perm- 1994	VAL.DA PROD perm- 1999	VAL. DA PROD. perm- 2002	Δ (%) 1990/2002 (perm.)
PIAUI	128.631	213.365	195.833	169.698	32	23.318	40.601	47.994	32.775	41
Acauã	-	-	554	277	-	-	-	-	-	-
Alagoinha do Piauí	1.349	876	2.357	434	-211	82	119	900	149	82
Alegrete do Piauí	-	1.023	1.037	216	-	-	24	20	4	-
Alto Longa	786	2.319	547	269	-192	13	66	145	192	1.337
Altos	2.155	1.681	1.695	704	-206	1.719	2.083	396	545	-215
Anísio de Abreu	518	847	332	223	-132	59	3	10	3	-1.867
Aroazes	663	1.004	378	187	-254	29	70	53	125	331
Arraial	194	165	203	105	-85	20	35	6	9	-122
Assunção do Piauí	-	-	1.133	301	-	-	-	37	24	-
Avelino Lopes	441	479	299	224	-97	125	140	12	16	-681
Barra D'Alcântara	-	-	499	325	-	-	-	15	31	-
Barras	5.111	4.810	2.661	3.005	-70	284	457	346	333	17
Batalha	1.481	1.180	1.231	808	-83	68	140	496	355	422
Bela Vista do Piauí	-	-	163	28	-	-	-	-	5	-
Belém do Piauí	-	-	377	182	-	-	-	11	3	-
Beneditinos	443	586	432	143	-210	81	243	25	27	-200
Betânia do Piauí	-	-	1.302	191	-	-	-	11	15	-
Boa Hora	-	-	769	925	-	-	-	32	42	-

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (em mil reais*) DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE- LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1990, 1994, 1999 e 2002

(Continuação)

MUNICÍPIOS	VAL. DA PROD. temp.-1990	VAL. DA PROD. temp.-1994	VAL. DA PROD. temp.-1999	VAL. DA PROD. temp.-2002	Δ (%) 1990/2002 (temp.)	VAL. DA PROD. perm.-1990	VAL. DA PROD. perm.-1994	VAL. DA PROD. perm.-1999	VAL. DA PROD. perm.-2002	Δ (%) 1990/2002 (perm.)
Bocaina	243	327	539	326	34	72	20	223	136	89
Bonfim do Piauí	-	517	193	73	-	-	3	6	1	-
Boqueirão do Piauí	-	-	179	127	-	-	-	5	9	-
Brasileira	-	1.868	630	553	-	-	48	153	112	-
Brejo do Piauí	-	-	243	170	-	-	-	44	54	-
Buriti dos Montes	-	788	1.156	112	-	-	24	25	18	-
Cabeceiras do Piauí	-	626	479	566	-	-	73	215	83	-
Cajazeiras do Piauí	-	-	117	60	-	-	-	-	-	-
Caldeirão Grande do Piauí	-	959	2.296	745	-	-	8	41	9	-
Campinas do Piauí	274	627	266	168	-63	55	63	17	20	-175
Campo Alegre do Fidalgo	-	-	231	122	-	-	-	3	5	-
Campo Grande do Piauí	-	-	917	430	-	-	-	425	116	-
Campo Maior	2.081	3.216	606	309	-573	108	226	70	185	71
Canavieira	-	298	647	190	-	-	34	9	18	-
Canto do Buriti	585	2.256	1.131	1.247	113	352	1.697	590	1.026	191
Capitão de Campos	517	1.003	853	550	6	36	69	411	304	744
Capitão Gervásio Oliveira	-	-	203	42	-	-	-	1	4	-
Caracol	1.332	1.598	613	908	-47	134	33	18	10	-1.240

**VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (em mil reais*) DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE- LAVOURAS
TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1990, 1994, 1999 e 2002**

(Continuação)

MUNICÍPIOS	VAL. DA PROD. temp.- 1990	VAL. DA PROD. temp- 1994	VAL. DA PROD. temp- 1999	VAL. DA PROD. temp.- 2002	Δ (%) 1990/2002 (temp.)	VAL. DA PROD. perm- 1990	VAL.DA PROD. perm- 1994	VAL.DA PROD perm- 1999	VAL. DA PROD. perm- 2002	Δ (%) 1990/2002 (perm.)
Caridade do Piauí	-	-	374	90	-	-	-	-	-	-
Castelo do Piauí	2.551	1.013	673	434	-488	241	252	53	59	-308
Cocal	2.029	1.804	1.555	2.313	14	470	1.753	2.343	1.193	154
Cocal de Telha	-	-	106	86	-	-	-	12	19	-
Cocal dos Alves	-	-	325	466	-	-	-	1.515	749	-
Coivaras	-	410	160	81	-	-	298	39	200	-
Colônia do Gurguéia	-	553	455	388	-	-	48	37	34	-
Colônia do Piauí	-	495	230	124	-	-	62	97	34	-
Conceição do Canindé	475	729	246	77	-517	64	-	36	3	-2.033
Coronel José Dias	-	203	60	56	-	-	37	14	5	-
Corrente	624	1.031	941	702	12	433	721	328	366	-18
Cristalândia do Piauí	171	457	460	187	9	133	273	592	239	80
Cristino Castro	1.087	1.468	594	398	-173	127	209	440	107	-19
Curimatá	252	569	282	120	-110	233	314	65	44	-429
Curral Novo do Piauí	-	-	454	105	-	-	-	-	-	-
Dirceu Arcoverde	858	276	106	53	-1.519	7	-	-	-	-
Dom Expedito Lopes	262	378	429	298	14	58	165	405	160	176
Dom Inocêncio	88	152	201	176	100	-	-	-	-	-
Domingos Mourão	147	336	342	159	8	7	19	38	11	57
Elesbão Veloso	1.288	2.006	1.433	566	-128	106	216	445	364	243

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (em mil reais*) DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE- LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1990, 1994, 1999 e 2002

(Continuação)

MUNICÍPIOS	VAL. DA PROD. temp.-1990	VAL. DA PROD. temp-1994	VAL. DA PROD. temp-1999	VAL. DA PROD. temp.-2002	Δ (%) 1990/2002 (temp.)	VAL. DA PROD. perm-1990	VAL.DA PROD. perm-1994	VAL.DA PROD perm-1999	VAL. DA PROD. perm-2002	Δ (%) 1990/2002 (perm.)
Eliseu Martins	112	230	348	404	261	58	63	28	20	-190
Esperantina	1.231	1.179	1.097	674	-83	67	166	195	144	115
Fartura do Piauí	-	269	91	56	-	-	24	1	-	-
Flores do Piauí	277	827	475	300	8	26	83	182	208	700
Floresta do Piauí	-	-	80	67	-	-	-	3	45	-
Florianópolis	380	673	1.416	695	83	220	108	650	360	64
Francinópolis	70	537	351	142	103	15	20	180	175	1.067
Francisco Ayres	288	355	462	271	-6	17	27	13	17	-
Francisco Macedo	-	-	396	215	-	-	-	-	-	-
Francisco Santos	353	445	850	792	124	85	122	1.395	164	93
Fronteiras	974	622	1.592	501	-94	121	33	25	26	-365
Geminiano	-	-	363	346	-	-	-	123	70	-
Guaribas	-	-	203	355	-	-	-	12	4	-
Inhuma	1.476	2.292	1.735	1.257	-17	287	570	496	397	38
Ipiranga do Piauí	1.065	1.744	447	434	-145	117	528	318	323	176
Isaías Coelho	165	442	353	341	107	13	30	52	62	377
Itainópolis	493	895	1.277	718	45	193	310	168	240	24
Itaueira	386	3.253	3.705	2.270	488	46	81	191	236	413
Jacobina do Piauí	-	1.466	885	167	-	-	132	44	13	-
Jaicós	1.111	1.522	849	1.272	14	328	423	743	219	-50
Jatobá do Piauí	-	-	259	1.193	-	-	-	10	13	-
João Costa	-	-	327	38	-	-	-	46	132	-
Juazeiro do Piauí	-	-	195	44	-	-	-	8	7	-

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (em mil reais*) DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE- LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1990, 1994, 1999 e 2002

(Continuação)

MUNICÍPIOS	VAL. DA PROD. temp.-1990	VAL. DA PROD. temp-1994	VAL. DA PROD. temp-1999	VAL. DA PROD. temp.-2002	Δ (%) 1990/2002 (temp.)	VAL. DA PROD. perm-1990	VAL. DA PROD. perm-1994	VAL. DA PROD. perm-1999	VAL. DA PROD. perm-2002	Δ (%) 1990/2002 (perm.)
Júlio Borges	-	-	158	110	-	-	-	12	7	-
Jurema	-	-	353	232	-	-	-	21	5	-
Lagoa de São Francisco	-	-	383	208	-	-	-	79	75	-
Lagoa do Barro do Piauí	-	660	268	50	-	-	-	11	5	-
Lagoa do Piauí	-	-	286	171	-	-	-	58	103	-
Lagoa do Sítio	-	-	1.164	749	-	-	-	154	124	-
Marcolândia	-	269	452	306	-	-	5	1	0	-
Massapê do Piauí	-	-	617	313	-	-	-	106	30	-
Milton Brandão	-	-	427	193	-	-	-	190	182	-
Monsenhor Hipólito	757	536	1.118	531	-43	113	167	910	128	13
Morro Cabeça no Tempo	-	-	248	213	-	-	-	9	7	-
Nazaré do Piauí	94	1.177	1.305	635	575	15	55	175	238	1.487
Nossa Senhora de Nazaré	-	-	122	40	-	-	-	9	11	-
Nova Santa Rita	-	-	458	63	-	-	-	3	-	-
Novo Oriente do Piauí	609	1.488	548	248	-146	31	54	43	36	16
Novo Santo Antônio	-	-	376	101	-	-	-	3	1	-
Oeiras	4.522	3.108	1.262	367	-1.132	186	249	443	296	59
Padre Marcos	547	1.285	462	273	-100	109	84	6	233	114
Paes Landim	194	220	395	112	-73	21	11	19	43	105
Pajeú do Piauí	-	-	377	211	-	-	-	51	49	-
Paquetá	-	-	302	257	-	-	-	264	125	-

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (em mil reais*) DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE- LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1990, 1994, 1999 e 2002

(Continuação)

MUNICÍPIOS	VAL. DA PROD. temp.-1990	VAL. DA PROD. temp.-1994	VAL. DA PROD. temp.-1999	VAL. DA PROD. temp.-2002	Δ (%) 1990/2002 (temp.)	VAL. DA PROD. perm.-1990	VAL. DA PROD. perm.-1994	VAL. DA PROD. perm.-1999	VAL. DA PROD. perm.-2002	Δ (%) 1990/2002 (perm.)
Parnaguá	208	623	521	235	13	346	563	131	83	-317
Patos do Piauí	-	611	514	283	-	-	45	77	34	-
Paulistana	893	2.001	1.462	437	-104	895	165	59	115	-678
Pavussu	-	-	264	193	-	-	-	19	13	-
Pedro II	2.026	7.364	1.603	750	-170	388	1.573	877	820	111
Pedro Laurentino	-	-	164	26	-	-	-	3	3	-
Picos	5.608	5.068	2.104	1.664	-237	1.426	1.640	1.355	1.422	-1
Pimenteiras	2.815	3.432	1.199	807	-249	87	177	66	156	79
Pio IX	1.150	1.851	2.233	663	-73	2.246	2.576	3.652	1.949	-15
Piracuruca	4.184	4.765	1.106	1.186	-353	133	515	566	248	86
Piripiri	5.694	9.499	2.293	2.455	-132	448	1.031	347	277	-62
Prata do Piauí	214	419	67	70	-206	13	53	10	7	86
Queimada Nova	-	161	560	224	-	-	6	3	6	-
Redenção do Gurguéia	112	400	239	456	307	100	165	89	101	1
Ribeira do Piauí	-	-	343	96	-	-	-	74	65	-
Rio Grande do Piauí	346	1.694	491	532	54	56	122	83	37	-51
Santa Cruz do Piauí	272	593	419	265	-3	8	40	48	10	25
Santa Cruz dos Milagres	-	637	156	124	-	-	12	16	81	-
Santa Luz	157	661	1.049	346	120	1.010	216	81	77	-1.212
Santa Rosa do Piauí	-	1.042	188	155	-	-	145	42	17	-
Santana do Piauí	-	355	288	588	-	-	57	86	61	-

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (em mil reais*) DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE– LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1990, 1994, 1999 e 2002

(Continuação)

MUNICÍPIOS	VAL. DA PROD. temp.-1990	VAL. DA PROD. temp-1994	VAL. DA PROD. temp-1999	VAL. DA PROD. temp.-2002	Δ (%) 1990/2002 (temp.)	VAL. DA PROD. perm-1990	VAL. DA PROD. perm-1994	VAL. DA PROD. perm-1999	VAL. DA PROD. perm-2002	Δ (%) 1990/2002 (perm.)
Santo Antônio de Lisboa	275	297	996	620	125	196	354	1.523	536	173
Santo Inácio do Piauí	186	330	103	102	-82	13	11	34	22	69
São Braz do Piauí	-	951	214	95	-	-	8	10	2	-
São Félix do Piauí	247	571	344	220	-12	34	62	39	21	-62
São Francisco de Assis do Piauí	-	-	231	204	-	-	-	1	1	-
São Francisco do Piauí	214	306	326	130	-65	-	5	72	24	-
São João da Canabrava	394	448	273	273	-44	10	22	180	39	290
São João da Fronteira	-	-	348	393	-	-	-	238	103	-
São João da Serra	117	411	382	74	-58	-	-	-	-	-
São João da Varjota	-	-	444	227	-	-	-	72	16	-
São João do Piauí	2.365	4.275	489	272	-769	73	215	55	61	-20
São José do Divino	-	1.345	620	497	-	-	40	164	149	-
São José do Peixe	227	593	199	155	-46	23	73	106	99	330
São José do Piauí	312	308	811	515	65	85	89	346	129	52
São Julião	1.030	363	705	176	-485	56	30	439	59	5
São Lourenço do Piauí	-	315	67	70	-	-	-	-	-	-
São Luis do Piauí	-	-	235	65	-	-	-	9	1	-

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (em mil reais*) DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE- LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1990, 1994, 1999 e 2002

(Conclusão)

MUNICÍPIOS	VAL. DA PROD. temp.-1990	VAL. DA PROD. temp-1994	VAL. DA PROD. temp-1999	VAL. DA PROD. temp.-2002	Δ (%) 1990/2002 (temp.)	VAL. DA PROD. perm-1990	VAL.DA PROD. perm-1994	VAL.DA PROD perm-1999	VAL. DA PROD. perm-2002	Δ (%) 1990/2002 (perm.)
São Miguel da Baixa Grande	-	-	118	87	-	-	-	12	12	-
São Miguel do Fidalgo	-	-	447	115	-	-	-	11	122	-
São Miguel do Tapuio	2.780	3.323	2.328	1.018	-173	287	749	241	179	-60
São Raimundo Nonato	8.170	1.912	454	483	-1.591	509	1.099	3.754	509	-
Sebastião Barros	-	-	178	98	-	-	-	78	83	-
Sigefredo Pacheco	-	868	532	487	-	-	78	6	17	-
Simões	2.153	9.038	2.190	487	-342	78	46	10	3	-2.500
Simplicio Mendes	1.244	684	390	138	-801	112	164	285	170	52
Socorro do Piauí	328	66	147	90	-264	19	18	7	8	-137
Sussuapara	-	-	304	353	-	-	-	153	156	-
Tamboril do Piauí	-	-	372	290	-	-	-	85	31	-
Tanque do Piauí	-	-	194	92	-	-	-	27	7	-
Valença do Piauí	693	5.430	674	422	-64	133	319	270	497	274
Várzea Branca	-	715	149	136	-	-	1	5	1	-
Várzea Grande	153	460	297	169	10	17	44	202	306	1.700
Vera Mendes	-	-	422	161	-	-	-	5	7	-
Vila Nova do Piauí	-	-	1.741	252	-	-	-	104	48	-
Wall Ferraz	-	-	498	227	-	-	-	120	25	-

Fonte: IBGE (2004) – Produção Agrícola Municipal 1990, 1994, 1999, 2002.

Notas: 1) Os valores do ano de 1990 foram convertidos para o valor da moeda do ano de 1994 de acordo com o Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (IGP-FGV). Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira (AGRIANUAL). São Paulo: FNP Consultoria & Comércio, 2000.

2) Os municípios sem informação ou que não aparecem na tabela são aqueles em que não há dados para pelo menos um produto da lavoura temporária ou permanente.

ANEXO F

EFETIVOS DE REBANHO TOTAL (em cabeças) DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 1990, 1994, 1999 e 2002

(Continua)

MUNICÍPIO	EFETIVO DE REBANHOS – 1990	EFETIVO DE REBANHOS – 1994	EFETIVO DE REBANHOS – 1999	EFETIVO DE REBANHOS – 2002	Δ (%) 1990/2002
PIAUI	15.729.292	16.249.882	15.535.600	16.160.820	3
Acauã	-	-	63.233	64.855	-
Alagoinha do Piauí	64.569	56.226	71.634	74.563	15
Alegrete do Piauí	-	28.831	24.329	25.324	-
Alto Longa	217.479	239.567	136.240	140.615	-55
Altos	243.882	212.248	562.520	433.222	78
Anísio de Abreu	90.265	79.482	29.896	21.685	-316
Aroazes	128.669	74.436	46.376	47.266	-172
Arraial	50.181	61.299	27.989	29.014	-73
Assunção do Piauí	-	-	29.833	31.173	-
Avelino Lopes	83.509	101.921	44.802	47.156	-77
Barra D'Alcântara	-	-	40.615	42.080	-
Barras	313.336	262.794	239.647	248.633	-26
Batalha	186.442	205.160	206.786	212.053	14
Bela Vista do Piauí	-	-	38.167	39.260	-
Belém do Piauí	-	-	21.336	22.305	-
Beneditinos	157.243	129.985	103.143	106.939	-47
Betânia do Piauí	-	-	77.878	80.940	-
Boa Hora	-	-	29.448	30.590	-
Bocaina	39.079	34.897	38.628	40.125	3
Bonfim do Piauí	-	59.600	45.435	32.664	-
Boqueirão do Piauí	-	-	26.984	27.856	-
Brasileira	-	84.398	58.264	60.336	-
Brejo do Piauí	-	-	18.840	19.703	-
Buriti dos Montes	-	89.527	58.119	60.206	-
Cabeceiras do Piauí	-	81.239	117.934	122.025	-
Cajazeiras do Piauí	-	-	29.091	29.837	-
Caldeirão Grande do Piauí	-	48.934	41.511	43.039	-
Campinas do Piauí	80.577	63.625	79.693	81.982	2
Campo Alegre do Fidalgo	-	-	49.134	49.931	-
Campo Grande do Piauí	-	-	30.528	31.725	-
Campo Maior	533.456	467.714	259.772	278.165	-92
Canavieira	-	45.663	32.507	33.641	-
Canto do Buriti	187.078	209.707	108.805	110.336	-70
Capitão de Campos	65.167	58.999	44.862	47.180	-38
Capitão Gervásio Oliveira	-	-	73.667	74.953	-
Caracol	84.078	79.753	40.187	41.777	-101
Caridade do Piauí	-	-	31.678	32.666	-
Castelo do Piauí	246.769	175.493	116.066	119.568	-106
Cocal	224.037	266.816	154.496	160.137	-40
Cocal de Telha	-	-	36.014	37.658	-
Cocal dos Alves	-	-	46.147	47.790	-
Coivaras	-	37.593	25.667	25.941	-

EFETIVOS DE REBANHO TOTAL (em cabeças) DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 1990, 1994, 1999 e 2002

(Continuação)

MUNICÍPIO	EFETIVO DE REBANHOS – 1990	EFETIVO DE REBANHOS – 1994	EFETIVO DE REBANHOS – 1999	EFETIVO DE REBANHOS – 2002	Δ (%) 1990/2002
Colônia do Gurguéia	-	20.237	10.868	11.550	-
Colônia do Piauí	-	57.404	62.526	64.155	-
Conceição do Canindé	81.113	60.118	46.818	47.604	-70
Coronel José Dias	-	69.276	43.634	37.085	-
Corrente	148.774	181.406	124.600	130.526	-14
Cristalândia do Piauí	66.011	80.773	59.382	62.393	-6
Cristino Castro	46.490	56.838	30.178	31.868	-46
Curimatá	96.490	117.518	58.076	60.533	-59
Curral Novo do Piauí	-	-	37.146	38.351	-
Dirceu Arcoverde	112.644	45.358	71.919	62.926	-79
Dom Expedito Lopes	19.601	16.580	63.541	67.534	244
Dom Inocêncio	212.624	233.842	159.199	152.060	-40
Domingos Mourão	52.123	46.144	48.512	50.033	-4
Elesbão Veloso	180.106	169.307	144.620	146.643	-23
Eliseu Martins	36.676	23.763	22.826	23.674	-55
Esperantina	159.021	175.435	150.514	155.560	-2
Fartura do Piauí	-	50.149	56.402	45.291	-
Flores do Piauí	34.540	39.074	34.462	35.653	3
Floresta do Piauí	-	-	28.166	26.205	-
Floriano	229.323	302.968	286.924	294.661	28
Francinópolis	36.088	38.667	21.942	22.419	-61
Francisco Ayres	57.340	70.020	30.928	31.933	-79
Francisco Macedo	-	-	13.581	14.172	-
Francisco Santos	37.606	31.156	39.708	41.213	10
Fronteiras	150.672	78.615	66.840	69.594	-116
Geminiano	-	-	35.845	37.666	-
Guaribas	-	-	18.662	19.238	-
Inhuma	78.349	85.565	72.448	73.858	-6
Ipiranga do Piauí	47.177	51.743	34.918	36.060	-31
Isaías Coelho	91.685	76.046	77.147	79.146	-16
Itainópolis	138.754	114.011	102.200	106.351	-30
Itaueira	107.658	121.764	85.927	91.673	-17
Jacobina do Piauí	-	61.523	79.620	82.088	-
Jaicós	219.426	140.989	90.570	94.824	-131
Jatobá do Piauí	-	-	60.445	62.918	-
João Costa	-	-	38.818	39.375	-
Juazeiro do Piauí	-	-	56.231	57.383	-
Júlio Borges	-	-	36.679	38.164	-
Jurema	-	-	38.079	29.242	-
Lagoa de São Francisco	-	-	39.861	41.794	-
Lagoa do Barro do Piauí	-	56.122	68.069	68.847	-
Lagoa do Piauí	-	-	65.747	283.699	-
Lagoa do Sítio	-	-	46.006	46.553	-
Marcolândia	-	15.477	13.273	13.809	-
Massapê do Piauí	-	-	57.839	60.098	-
Milton Brandão	-	-	74.487	78.338	-
Monsenhor Hipólito	59.088	52.010	45.845	47.821	-24

EFETIVOS DE REBANHO TOTAL (em cabeças) DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 1990, 1994, 1999 e 2002

(Continuação)

MUNICÍPIO	EFETIVO DE REBANHOS – 1990	EFETIVO DE REBANHOS – 1994	EFETIVO DE REBANHOS – 1999	EFETIVO DE REBANHOS – 2002	Δ (%) 1990/2002
Morro Cabeça no Tempo	-	-	38.590	36.555	-
Nazaré do Piauí	64.990	79.064	63.285	65.723	1
Nossa Senhora de Nazaré	-	-	44.507	46.220	-
Nova Santa Rita	-	-	58.652	-	-
Novo Oriente do Piauí	68.680	72.136	44.199	45.184	-52
Novo Santo Antônio	-	-	73.441	75.650	-
Oeiras	410.589	192.683	134.745	137.569	-198
Padre Marcos	115.239	83.973	34.302	35.854	-221
Paes Landim	61.259	28.101	32.814	33.560	-82
Pajeú do Piauí	-	-	34.324	35.982	-
Paquetá	-	-	47.982	50.344	-
Parnaguá	105.982	129.972	73.139	76.406	-39
Patos do Piauí	-	40.464	60.193	61.752	-
Paulistana	384.763	187.691	87.639	90.150	-327
Pavussu	-	-	32.156	35.068	-
Pedro II	296.201	256.835	174.730	182.406	-62
Pedro Laurentino	-	-	26.203	26.514	-
Picos	318.391	265.794	115.761	121.323	-162
Pimenteiras	88.443	90.367	68.880	70.813	-25
Pio IX	93.588	76.307	119.540	124.748	33
Piracuruca	263.379	167.107	150.686	159.210	-65
Piripiri	234.285	190.486	170.667	168.465	-39
Prata do Piauí	22.330	24.829	16.393	16.723	-33
Queimada Nova	-	77.097	90.108	91.620	-
Redenção do Gurguéia	43.575	52.714	35.257	37.078	-17
Ribeira do Piauí	-	-	43.413	44.364	-
Rio Grande do Piauí	96.757	109.419	33.718	35.733	-171
Santa Cruz do Piauí	99.987	61.090	40.287	41.324	-142
Santa Cruz dos Milagres	-	62.330	48.009	61.266	-
Santa Luz	29.674	36.221	11.803	12.436	-139
Santa Rosa do Piauí	-	57.966	22.977	23.527	-
Santana do Piauí	-	27.034	17.778	18.657	-
Santo Antônio de Lisboa	24.241	20.489	24.007	24.976	3
Santo Inácio do Piauí	68.879	57.944	28.590	29.408	-134
São Braz do Piauí	-	26.128	22.140	16.972	-
São Félix do Piauí	66.085	71.250	56.226	57.494	-15
São Francisco de Assis do Piauí	-	-	44.806	45.474	-
São Francisco do Piauí	73.186	63.296	65.187	66.484	-10
São João da Canabrava	39.367	35.245	26.140	27.035	-46
São João da Fronteira	-	-	62.161	64.968	-
São João da Serra	104.772	112.176	88.219	90.956	-15
São João da Varjota	-	-	30.675	31.618	-
São João do Piauí	446.004	303.158	72.471	74.098	-502

EFETIVOS DE REBANHO TOTAL (em cabeças) DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 1990, 1994, 1999 e 2002

(Conclusão)

MUNICÍPIO	EFETIVO DE REBANHOS – 1990	EFETIVO DE REBANHOS – 1994	EFETIVO DE REBANHOS – 1999	EFETIVO DE REBANHOS – 2002	Δ (%) 1990/2002
São José do Divino	-	72.866	56.223	58.560	-
São José do Peixe	85.790	104.607	39.794	40.930	-110
São José do Piauí	35.220	30.921	40.139	42.402	20
São Julião	75.585	32.710	33.449	34.547	-119
São Lourenço do Piauí	-	78.925	64.769	53.701	-
São Luis do Piauí	-	-	21.879	22.557	-
São Miguel da Baixa Grande	-	-	13.946	14.246	-
São Miguel do Fidalgo	-	-	41.107	42.146	-
São Miguel do Tapuio	206.878	222.432	161.779	167.184	-24
São Raimundo Nonato	476.400	168.832	130.785	101.117	-371
Sebastião Barros	-	-	48.949	51.353	-
Sigefredo Pacheco	-	112.672	88.075	90.520	-
Simões	163.160	130.832	83.541	86.139	-89
Simplicio Mendes	132.289	81.802	75.736	77.462	-71
Socorro do Piauí	64.059	44.236	28.868	29.432	-118
Sussuapara	-	-	28.318	29.918	-
Tamboril do Piauí	-	-	34.427	36.084	-
Tanque do Piauí	-	-	15.804	16.129	-
Valença do Piauí	109.356	113.464	127.771	140.960	29
Várzea Branca	-	53.753	33.184	25.737	-
Várzea Grande	69.645	85.753	19.805	20.534	-239
Vera Mendes	-	-	31.731	32.474	-
Vila Nova do Piauí	-	-	33.575	35.028	-
Wall Ferraz	-	-	42.625	43.895	-

Fonte: IBGE (2004) – Produção Pecuária Municipal – PPM/1990, 1994, 1999, 2002.

Nota: Os municípios sem informação ou que não aparecem na tabela são aqueles em que não há dados para pelo menos um tipo de rebanho.

ANEXO G

REND *PER CAPITA* PARA OS MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE (em R\$) – 1991 e 2000

(Continua)

MUNICÍPIO	REND <i>PER CAPITA</i> 1991	REND <i>PER CAPITA</i> 2000	Δ (%) 1991/2000
TERESINA	177,27	250,69	41
Acauã	39,13	39,59	1
Alagoinha do Piauí	55,81	96,08	72
Alegrete do Piauí	52,09	97,91	88
Alto Longa	48,20	64,22	33
Altos	59,46	77,96	31
Anísio de Abreu	45,12	88,09	95
Aroazes	52,77	72,54	37
Arraial	48,30	59,79	24
Assunção do Piauí	36,38	74,22	104
Avelino Lopes	56,79	63,35	12
Barra D'Alcântara	33,64	64,85	93
Barras	45,21	75,30	67
Batalha	40,22	63,06	57
Bela Vista do Piauí	31,56	63,08	100
Belém do Piauí	33,52	65,08	94
Beneditinos	40,89	77,34	89
Betânia do Piauí	38,04	35,49	-7
Boa Hora	46,71	56,60	21
Bocaina	52,96	105,74	100
Bonfim do Piauí	41,30	73,69	78
Boqueirão do Piauí	44,01	49,96	14
Brasileira	43,73	66,33	52
Brejo do Piauí	26,28	59,91	128
Buriti dos Montes	35,19	59,46	69
Cabeceiras do Piauí	33,57	48,03	43
Cajazeiras do Piauí	33,26	70,06	111
Caldeirão Grande do Piauí	45,34	68,22	50
Campinas do Piauí	48,51	64,56	33
Campo Alegre do Fidalgo	34,98	51,28	47
Campo Grande do Piauí	56,97	62,89	10
Campo Maior	96,53	118,89	23
Canavieira	49,79	63,16	27
Canto do Buriti	67,38	100,98	50
Capitão de Campos	52,22	62,15	19
Capitão Gervásio Oliveira	32,49	53,39	64
Caracol	52,24	72,66	39
Caridade do Piauí	33,00	58,20	76
Castelo do Piauí	66,18	72,31	9
Cocal	43,81	61,20	40
Cocal de Telha	51,61	67,08	30
Cocal dos Alves	34,23	56,00	64
Coivaras	45,96	58,44	27
Colônia do Gurguéia	43,91	72,05	64
Colônia do Piauí	38,34	61,19	60
Conceição do Canindé	43,16	74,73	73
Coronel José Dias	45,62	69,61	53

**RENDA PER CAPITA PARA OS MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE (em R\$) –
1991 e 2000**

(Continuação)

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA 1991	RENDA PER CAPITA 2000	Δ (%) 1991/2000
Corrente	80,84	118,70	47
Cristalândia do Piauí	43,54	70,86	63
Cristino Castro	59,32	115,56	95
Curimatá	61,25	117,79	92
Curral Novo do Piauí	32,04	57,28	79
Dirceu Arcoverde	52,68	78,99	50
Dom Expedito Lopes	73,65	109,95	49
Dom Inocêncio	41,8	64,62	57
Domingos Mourão	39,40	45,31	15
Elesbão Veloso	55,35	72,51	31
Eliseu Martins	47,31	79,73	69
Esperantina	60,71	85,77	41
Fartura do Piauí	42,70	69,92	64
Flores do Piauí	49,97	70,56	41
Floresta do Piauí	35,27	60,32	71
Floriano	138,43	172,71	25
Francinópolis	45,01	58,42	30
Francisco Ayres	59,54	62,36	5
Francisco Macedo	34,54	61,16	77
Francisco Santos	69,95	97,22	39
Fronteiras	72,36	111,48	54
Geminiano	41,00	65,47	60
Guaribas	31,24	43,79	40
Inhuma	62,80	102,92	64
Ipiranga do Piauí	57,52	84,57	47
Isaías Coelho	33,40	55,72	67
Itainópolis	47,81	97,68	104
Itaueira	43,57	109,78	152
Jacobina do Piauí	42,52	59,88	41
Jaicós	56,99	83,49	46
Jatobá do Piauí	40,59	69,26	71
João Costa	38,55	61,85	60
Juazeiro do Piauí	29,95	50,98	70
Júlio Borges	25,93	51,37	98
Jurema	36,48	61,80	69
Lagoa de São Francisco	37,69	47,03	25
Lagoa do Barro do Piauí	40,08	57,38	43
Lagoa do Piauí	36,98	60,00	62
Lagoa do Sítio	44,42	64,85	46
Marcolândia	62,59	91,37	46
Massapê do Piauí	35,49	55,97	58
Milton Brandão	31,13	36,82	18
Monsenhor Hipólito	53,96	113,19	110
Morro Cabeça no Tempo	32,06	48,27	51
Nazaré do Piauí	42,02	58,93	40
Nossa Senhora de Nazaré	43,99	60,54	38
Nova Santa Rita	34,67	48,41	40
Novo Oriente do Piauí	47,28	79,02	67
Novo Santo Antônio	38,55	42,75	11

**RENDA PER CAPITA PARA OS MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE (em R\$) –
1991 e 2000**

(Continuação)

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA 1991	RENDA PER CAPITA 2000	Δ (%) 1991/2000
Oeiras	70,93	109,04	54
Padre Marcos	50,80	64,20	26
Paes Landim	40,59	68,48	69
Pajeú do Piauí	31,78	89,22	181
Paquetá	40,56	53,01	31
Parnaguá	44,59	66,55	49
Patos do Piauí	49,53	70,44	42
Paulistana	53,48	88,55	66
Pavussu	53,29	60,58	14
Pedro II	52,23	64,69	24
Pedro Laurentino	34,07	59,41	74
Picos	120,00	175,82	47
Pimenteiras	52,92	58,15	10
Pio IX	45,03	79,27	76
Piracuruca	70,67	74,96	6
Piripiri	73,74	106,49	44
Prata do Piauí	47,05	67,22	43
Queimada Nova	43,58	47,34	9
Redenção do Gurguéia	44,84	66,86	49
Ribeira do Piauí	36,52	50,19	37
Rio Grande do Piauí	61,62	85,85	39
Santa Cruz do Piauí	48,96	98,56	101
Santa Cruz dos Milagres	30,75	66,53	116
Santa Luz	47,96	71,91	50
Santa Rosa do Piauí	40,44	74,01	83
Santana do Piauí	51,52	70,13	36
Santo Antônio de Lisboa	98,79	119,82	21
Santo Inácio do Piauí	50,11	87,10	74
São Braz do Piauí	42,69	67,33	58
São Félix do Piauí	48,69	84,17	73
São Francisco de Assis do Piauí	29,89	45,94	54
São Francisco do Piauí	32,19	58,21	81
São João da Canabrava	46,62	71,72	54
São João da Fronteira	46,93	67,23	43
São João da Serra	34,81	56,89	63
São João da Varjota	39,35	62,95	60
São João do Piauí	72,01	108,48	51
São José do Divino	36,14	61,19	69
São José do Peixe	50,96	74,26	46
São José do Piauí	59,01	62,74	6
São Julião	63,88	93,46	46
São Lourenço do Piauí	52,73	66,64	26
São Luis do Piauí	39,56	64,40	63
São Miguel da Baixa Grande	40,50	62,28	54
São Miguel do Fidalgo	37,57	42,26	12
São Miguel do Tapuio	35,26	57,22	62
São Raimundo Nonato	86,99	118,21	36
Sebastião Barros	29,54	52,94	79
Sigefredo Pacheco	46,98	52,28	11

RENDA PER CAPITA PARA OS MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE (em R\$) – 1991 e 2000

(Conclusão)

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA 1991	RENDA PER CAPITA 2000	Δ (%) 1991/2000
Simões	64,84	66,43	2
Simplício Mendes	84,81	118,06	39
Socorro do Piauí	51,28	57,37	12
Sussuapara	53,13	80,55	52
Tamboril do Piauí	33,19	62,95	90
Tanque do Piauí	45,06	72,47	61
Valença do Piauí	86,86	137,44	58
Várzea Branca	41,12	49,59	21
Várzea Grande	51,17	81,01	58
Vera Mendes	32,85	64,04	95
Vila Nova do Piauí	47,26	73,80	56
Wall Ferraz	29,38	63,13	115

Fonte: IPEA (2003) – Renda Per Capita Municipal – 1991/2000

ANEXO H

ÍNDICE DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E COBERTURA VEGETAL PARA OS MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 2000

(Continua)

MUNICÍPIO	ID (%)	Cobertura Vegetal (%)	Área com Pastagens / Área Total do Município (%)	Mão de Obra Familiar / Mão Obra Total (%)	Mão de Obra / 100 hectares
Acauã	-	-	-	-	-
Alagoinha do Piauí	84,72	54,52	30,64	96,83	27,75
Alegrete do Piauí	89,88	34,51	52,73	92,93	13,93
Alto Longa	81,09	28,03	29,14	97,05	30,52
Altos	62,20	41,89	10,07	85,39	80,00
Anísio de Abreu	78,08	70,41	12,00	97,86	42,82
Aroazes	84,46	48,88	26,37	81,33	16,83
Arraial	78,79	34,42	14,84	97,08	59,01
Assunção do Piauí	-	-	-	-	-
Avelino Lopes	82,25	40,37	14,41	94,10	43,33
Barra D' Alcântara	-	-	-	-	-
Barras	78,12	24,15	26,41	96,45	33,70
Batalha	85,33	29,81	40,02	90,52	18,34
Bela Vista do Piauí	-	-	-	-	-
Belém do Piauí	-	-	-	-	-
Benedictinos	86,68	21,52	25,19	90,88	25,03
Betânia do Piauí	-	-	-	-	-
Boa Hora	-	-	-	-	-
Bocaina	78,78	47,75	39,39	99,08	44,80
Bonfim do Piauí	74,92	68,26	9,73	96,75	54,45
Boqueirão do Piauí	-	-	-	-	-
Brasileira	79,58	36,63	11,63	93,25	50,07
Brejo do Piauí	-	-	-	-	-
Buriti dos Montes	94,12	8,50	34,79	97,26	7,50
Cabeceiras do Piauí	78,13	23,69	21,14	92,88	44,32
Caiazeiras do Piauí	-	-	-	-	-
Caldeirão Grande do Piauí	90,19	16,91	54,75	99,44	15,20
Campinas do Piauí	83,38	62,45	26,65	88,36	23,18
Campo Alegre do Fidalgo	-	-	-	-	-
Campo Grande do Piauí	-	-	-	-	-
Campo Maior	83,76	45,00	36,06	84,84	14,61
Canaveira	87,45	49,77	19,74	82,03	17,88
Canto do Buriti	82,67	55,37	19,92	94,93	30,32
Capitão de Campos	85,32	19,25	27,10	85,36	40,56
Capitão Gervásio Oliveira	-	-	-	-	-
Caracol	79,53	69,41	16,73	79,23	44,26
Caridade do Piauí	-	-	-	-	-
Castelo do Piauí	85,74	37,69	33,44	95,78	19,73
Cocal	77,72	40,12	8,35	91,87	55,13
Cocal de Telha	-	-	-	-	-
Cocal dos Alves	-	-	-	-	-
Coivaras	83,71	40,51	37,62	93,43	5,66
Colônia do Gurguéia	85,30	63,87	21,29	98,69	21,45
Colônia do Piauí	78,38	77,73	14,18	92,05	39,22
Conceição do Canindé	86,00	57,26	25,99	86,32	26,43
Coronel José Dias	80,71	74,13	8,03	86,29	40,22
Corrente	89,65	34,93	36,88	82,96	11,49
Cristalândia do Piauí	87,91	44,81	51,39	96,14	10,08
Cristino Castro	79,69	64,99	11,44	66,70	28,32
Curimatá	87,11	49,99	25,88	90,62	16,75

**ÍNDICE DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E COBERTURA VEGETAL PARA OS
MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 2000**

(Continuação)

MUNICÍPIO	ID (%)	Cobertura Vegetal (%)	Área com Pastagens / Área Total do Município (%)	Mão de Obra Familiar / Mão Obra Total (%)	Mão de Obra / 100 hectares
Curral Novo do Piauí	-	-	-	-	-
Dirceu Arcoverde	87.62	33.30	17.78	95.76	30.76
Dom Expedito Lones	88.18	44.39	43.48	98.90	13.86
Dom Inocêncio	85.77	57.64	15.41	97.86	29.45
Domingos Mourão	86.36	53.66	38.78	99.27	14.65
Elesbão Veloso	87.98	31.62	32.03	94.14	11.89
Eliseu Martins	86.21	66.84	15.56	91.28	9.50
Esperantina	79.63	28.61	20.15	97.97	44.83
Fartura do Piauí	75.22	74.06	8.68	88.50	64.38
Flores do Piauí	74.23	88.08	6.71	97.46	49.49
Floresta do Piauí	-	-	-	-	-
Floriano	86.41	54.49	16.61	76.19	12.29
Francinópolis	74.73	40.03	36.81	99.25	60.40
Francisco Ayres	71.19	46.63	17.00	69.84	90.19
Francisco Macedo	-	-	-	-	-
Francisco Santos	80.28	75.29	16.70	89.89	23.78
Fronteiras	91.31	14.91	53.47	94.76	14.32
Geminiano	-	-	-	-	-
Guaribas	-	-	-	-	-
Inhuma	71.83	69.31	6.62	98.20	62.54
Ipiranga do Piauí	68.77	75.07	9.27	97.40	60.72
Isaías Coelho	86.73	54.45	28.07	90.00	23.08
Itainópolis	78.64	48.80	16.93	81.34	59.49
Itaueira	85.89	50.78	13.58	95.87	21.90
Jacobina do Piauí	96.01	9.48	86.13	99.93	3.69
Jaicós	90.83	24.83	55.01	97.37	17.34
Jatobá do Piauí	-	-	-	-	-
João Costa	-	-	-	-	-
Juazeiro do Piauí	-	-	-	-	-
Júlio Borges	-	-	-	-	-
Jurema	-	-	-	-	-
Lagoa de São Francisco	-	-	-	-	-
Lagoa do Barro do Piauí	72.62	93.83	2.72	98.99	69.18
Lagoa do Piauí	-	-	-	-	-
Lagoa do Sítio	-	-	-	-	-
Marcolândia	88.11	31.06	36.44	97.93	23.92
Massapê do Piauí	-	-	-	-	-
Milton Brandão	-	-	-	-	-
Monsenhor Hipólito	78.97	79.80	11.19	97.72	27.23
Morro Cabeça no Tempo	-	-	-	-	-
Nazaré do Piauí	87.47	36.11	16.42	89.38	19.52
Nossa Senhora de Nazaré	-	-	-	-	-
Nova Santa Rita	-	-	-	-	-
Novo Oriente do Piauí	78.29	44.36	23.73	98.84	39.26
Novo Santo Antônio	-	-	-	-	-
Oeiras	78.93	57.97	12.67	86.51	48.28
Padre Marcos	84.90	46.80	24.35	98.08	30.84
Paes Landim	84.38	58.69	14.77	90.80	23.23
Paieú do Piauí	-	-	-	-	-
Paquetá	-	-	-	-	-
Parnaguá	88.36	52.94	21.97	74.56	7.83
Patos do Piauí	93.06	19.09	68.79	97.29	10.13
Paulistana	92.43	21.29	56.15	97.38	12.62

**ÍNDICE DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E COBERTURA VEGETAL PARA OS
MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 2000**

(Continuação)

MUNICÍPIO	ID (%)	Cobertura Vegetal (%)	Área com Pastagens / Área Total do Município (%)	Mão de Obra Familiar / Mão Obra Total (%)	Mão de Obra / 100 hectares
Pavussu	-	-	-	-	-
Pedro II	82.16	33.00	27.24	98.75	39.77
Pedro Laurentino	-	-	-	-	-
Picos	79.13	59.51	27.40	94.23	31.01
Pimenteiras	81.77	59.97	13.28	93.77	28.84
Pio IX	92.77	36.21	27.52	93.92	7.56
Piracuruca	88.94	43.74	31.92	90.48	11.49
Piripiri	77.57	42.70	22.23	88.11	48.51
Prata do Piauí	87.35	2.52	71.93	99.64	10.89
Queimada Nova	91.70	8.71	47.31	99.77	17.25
Redenção do Gurguéia	88.52	41.50	38.90	78.11	8.74
Ribeira do Piauí	-	-	-	-	-
Rio Grande do Piauí	84.35	64.37	23.28	97.24	24.99
Santa Cruz do Piauí	80.28	72.11	14.32	97.27	37.05
Santa Cruz dos Milagres	90.61	24.75	58.36	89.80	2.44
Santa Luz	85.88	42.75	24.96	83.29	21.75
Santa Rosa do Piauí	88.02	39.92	32.75	90.77	19.75
Santana do Piauí	75.77	66.98	26.69	96.87	52.40
Santo Antônio de Lisboa	76.21	87.69	7.38	87.21	31.26
Santo Inácio do Piauí	83.65	56.96	23.00	96.86	30.52
São Braz do Piauí	77.38	72.59	16.81	89.54	48.28
São Félix do Piauí	83.20	29.61	35.94	85.42	15.67
São Francisco de Assis do Piauí	-	-	-	-	-
São Francisco do Piauí	83.17	68.15	17.03	84.09	30.77
São João da Canabrava	39.82	79.59	3.05	99.54	137.67
São João da Fronteira	-	-	-	-	-
São João da Serra	88.74	24.23	50.28	93.76	10.06
São João da Variota	-	-	-	-	-
São João do Piauí	84.75	66.00	18.79	88.78	24.64
São José do Divino	86.32	24.39	42.80	73.78	23.96
São José do Peixe	87.85	61.13	16.87	94.58	12.93
São José do Piauí	75.07	64.93	15.01	99.56	54.74
São Julião	87.55	39.06	40.03	90.31	26.10
São Lourenço do Piauí	90.90	38.19	57.52	90.16	16.36
São Luis do Piauí	-	-	-	-	-
São Miguel da Baixa	-	-	-	-	-
São Miguel do Fidalgo	-	-	-	-	-
São Miguel do Tapuio	90.05	30.36	22.63	97.61	12.64
São Raimundo Nonato	81.13	81.41	6.05	90.04	28.14
Sebastião Barros	-	-	-	-	-
Sigefredo Pacheco	79.93	51.83	13.13	91.84	41.93
Simões	88.54	35.55	42.28	98.14	15.69
Simplicio Mendes	85.76	63.44	17.98	89.82	19.35
Socorro do Piauí	84.70	41.63	12.87	89.82	34.16
Sussuarara	-	-	-	-	-
Tamboril do Piauí	-	-	-	-	-
Tanque do Piauí	-	-	-	-	-
Valença do Piauí	86.62	54.07	23.19	92.68	18.05
Várzea Branca	71.87	80.60	4.34	97.51	45.45
Várzea Grande	66.28	31.20	12.84	98.31	112.28
Vera Mendes	-	-	-	-	-
Vila Nova do Piauí	-	-	-	-	-

**ÍNDICE DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E COBERTURA VEGETAL PARA OS
MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 2000**

(Conclusão)

MUNICÍPIO	ID (%)	Cobertura Vegetal (%)	Área com Pastagens / Área Total do Município (%)	Mão de Obra Familiar / Mão Obra Total (%)	Mão de Obra / 100 hectares
Wall Ferraz	-	-	-	-	

Fonte: LEMOS, J. de J. S. Níveis de Degradação no Nordeste Brasileiro. In: *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n.3, p.406-429, jul-set. 2001.

ANEXO I

Nº DE CONTRATOS E VALOR TOTAL FINANCIADO PELO PCPR II PARA OS MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 2002/2004

(Continua)

MUNICÍPIO	Quantidade de Projetos			Valor Total (R\$)
	Produtivos	Sociais	Infraestrutura	
Acauã	04	-	08	627.338,61
Alagoinha do Piauí	01	-	02	208.480,55
Alegrete do Piauí	01	-	04	234.543,40
Alto Longá	-	-	04	366.185,46
Altos	-	-	07	308.201,26
Anísio de Abreu	02	01	07	636.608,32
Aroazes	-	-	-	-
Arraial	-	-	03	108.185,00
Assunção do Piauí	-	-	03	172.228,43
Avelino Lopes	01	01	02	217.758,82
Barra D'Alcântara	-	-	05	240.469,25
Barras	-	01	21	1.062.322,59
Batalha	01	-	10	609.335,64
Bela Vista do Piauí	-	-	03	131.278,37
Belém do Piauí	-	02	-	91.262,71
Beneditinos	-	-	04	206.820,00
Betânia do Piauí	-	-	-	-
Boa Hora	-	-	03	184.656,03
Bocaina	01	-	02	62.385,00
Bonfim do Piauí	-	-	05	289.572,39
Boqueirão do Piauí	-	-	03	170.362,00
Brasileira	-	-	03	128.082,94
Brejo do Piauí	-	-	-	-
Buriti dos Montes	-	-	05	349.932,03
Cabeceiras do Piauí	01	-	07	503.950,11
Cajazeiras do Piauí	-	-	02	58.755,00
Caldeirão Grande do Piauí	-	-	04	273.204,79
Campinas do Piauí	-	-	05	219.952,23
Campo Alegre do Fidalgo	-	-	-	-
Campo Grande do Piauí	-	-	-	-
Campo Maior	01	-	04	227.954,98
Canavieira	-	-	01	31.309,61
Canto do Buriti	-	-	09	501.951,47
Capitão de Campos	-	-	03	194.679,09
Capitão Gervásio Oliveira	-	-	-	-
Caracol	01	-	05	512.948,56
Caridade do Piauí	-	-	04	219.966,98
Castelo do Piauí	-	01	06	278.717,34
Cocal	-	-	03	203.367,26
Cocal de Telha	-	-	02	111.484,00
Cocal dos Alves	-	-	02	101.387,37
Coivaras	-	-	05	195.929,43
Colônia do Gurguéia	-	-	01	54.658,12
Colônia do Piauí	-	-	03	191.351,94
Conceição do Canindé	-	-	-	-

**Nº DE CONTRATOS E VALOR TOTAL FINANCIADO PELO PCPR II PARA OS
MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 2002/2004**

(Continuação)

MUNICÍPIO	Quantidade de Projetos			Valor Total (R\$)
	Produtivos	Sociais	Infraestrutura	
Coronel José Dias	-	-	07	447.936,60
Corrente	-	-	-	-
Cristalândia do Piauí	-	-	01	65.000,00
Cristino Castro	-	-	-	-
Curimatá	-	-	02	154.270,23
Currál Novo do Piauí	-	-	-	-
Dirceu Arcoverde	-	-	01	50.384,00
Dom Expedito Lopes	01	-	-	55.220,00
Dom Inocêncio	-	01	05	287.392,27
Domingos Mourão	-	-	-	-
Elesbão Veloso	03	-	08	432.105,67
Eliseu Martins	-	-	-	-
Esperantina	-	-	14	619.559,19
Fartura do Piauí	-	-	02	119.858,00
Flores do Piauí	01	-	02	132.834,00
Floresta do Piauí	-	-	-	-
Florianópolis	02	-	03	187.622,45
Francinópolis	-	-	02	125.325,86
Francisco Ayres	-	-	06	352.235,33
Francisco Macedo	-	-	03	111.999,00
Francisco Santos	-	-	08	354.048,55
Fronteiras	-	-	02	145.280,03
Geminiano	-	-	01	21.934,61
Guaribas	03	-	04	449.781,13
Inhuma	-	-	06	305.685,45
Ipiranga do Piauí	03	01	07	439.634,64
Isaías Coelho	01	-	-	50.588,00
Itainópolis	02	-	07	432.140,07
Itaueira	02	-	03	211.671,00
Jacobina do Piauí	03	-	01	194.409,17
Jaicós	-	01	03	217.679,10
Jatobá do Piauí	-	01	04	283.546,39
João Costa	01	-	-	56.430,73
Juazeiro do Piauí	-	-	03	232.953,95
Júlio Borges	-	-	02	123.531,75
Jurema	-	-	01	64.998,70
Lagoa de São Francisco	-	-	10	346.144,13
Lagoa do Barro do Piauí	-	-	01	38.797,03
Lagoa do Piauí	-	01	01	121.002,31
Lagoa do Sítio	-	-	01	61.440,15
Marcolândia	-	01	03	196.230,00
Massapê do Piauí	-	-	01	66.087,47
Milton Brandão	-	-	03	179.605,14
Monsenhor Hipólito	-	-	04	229.904,66
Morro Cabeça no Tempo	-	-	-	-
Nazaré do Piauí	-	02	01	135.630,16
Nossa Senhora de Nazaré	-	-	04	234.843,70
Nova Santa Rita	-	-	02	121.939,01
Novo Oriente do Piauí	-	-	01	35.746,00

**Nº DE CONTRATOS E VALOR TOTAL FINANCIADO PELO PCPR II PARA OS
MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 2002/2004**

(Continuação)

MUNICÍPIO	Quantidade de Projetos			Valor Total (R\$)
	Produtivos	Sociais	Infraestrutura	
Novo Santo Antônio	-	-	06	297.605,37
Oeiras	-	-	06	348.786,13
Padre Marcos	-	03	03	321.862,99
Paes Landim	02	-	01	164.425,56
Pajeú do Piauí	-	-	-	-
Paquetá	-	-	-	-
Parnaguá	02	02	01	288.213,81
Patos do Piauí	01	-	01	129.958,12
Paulistana	01	-	12	731.343,00
Pavussu	-	-	-	-
Pedro II	01	01	09	511.912,97
Pedro Laurentino	02	-	04	260.020,12
Picos	-	08	06	553.980,19
Pimenteiras	-	-	04	290.085,60
Pio IX	01	-	05	253.267,61
Piracuruca	-	-	01	33.335,95
Piripiri	-	-	15	697.524,83
Prata do Piauí	-	-	-	-
Queimada Nova	02	-	02	214.785,78
Redenção do Gurguéia	-	-	07	364.793,58
Ribeira do Piauí	-	-	-	-
Rio Grande do Piauí	-	-	08	410.106,50
Santa Cruz do Piauí	-	-	01	49.784,83
Santa Cruz dos Milagres	-	-	02	74.000,00
Santa Luz	-	-	-	-
Santa Rosa do Piauí	-	-	03	153.562,00
Santana do Piauí	-	-	-	-
Santo Antônio de Lisboa	-	-	01	67.984,32
Santo Inácio do Piauí	-	-	02	111.545,00
São Braz do Piauí	01	-	05	395.489,49
São Félix do Piauí	-	-	03	119.706,94
São Francisco de Assis do Piauí	02	-	01	149.786,38
São Francisco do Piauí	-	-	01	66.000,00
São João da Canabrava	-	-	02	67.163,32
São João da Fronteira	-	-	02	121.886,00
São João da Serra	-	-	01	61.334,85
São João da Varjota	-	-	05	271.488,75
São João do Piauí	01	-	05	272.939,69
São José do Divino	-	-	-	-
São José do Peixe	-	-	04	218.889,94
São José do Piauí	-	-	01	57.979,55
São Julião	-	-	04	273.046,08
São Lourenço do Piauí	01	-	02	166.506,22
São Luis do Piauí	-	-	02	93.957,64
São Miguel da Baixa Grande	-	-	03	177.395,87
São Miguel do Fidalgo	01	01	01	179.062,75
São Miguel do Tapuio	01	-	02	154.547,54
São Raimundo Nonato	01	-	11	860.789,02
Sebastião Barros	-	-	-	-

**Nº DE CONTRATOS E VALOR TOTAL FINANCIADO PELO PCPR II PARA OS
MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 2002/2004**

(Conclusão)

MUNICÍPIO	Quantidade de Projetos			Valor Total (R\$)
	Produtivos	Sociais	Infraestrutura	
Sigefredo Pacheco	-	01	04	196.333,05
Simões	-	-	07	343.319,42
Simplicio Mendes	02	-	13	743.809,99
Socorro do Piauí	-	01	05	280.424,82
Sussuapara	-	01	-	75.000,00
Tamboril do Piauí	-	-	01	64.243,38
Tanque do Piauí	01	-	03	108.830,00
Valença do Piauí	01	-	07	423.372,70
Várzea Branca	-	-	04	225.318,91
Várzea Grande	-	-	01	75.000,00
Vera Mendes	-	-	-	-
Vila Nova do Piauí	-	-	03	175.886,00
Wall Ferraz	-	-	02	102.922,51
TOTAL	60	32	515	31.632.317,68

Fonte: PIAUÍ. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento do Piauí. **Relatório de Atividades do PCPR – 2002/2004**. Teresina, 2004.

ANEXO J

Nº DE CONTRATOS E MONTANTE DE CRÉDITO RURAL DO PRONAF PARA OS MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 1999/2005

(Continua)

Município	Nº de contratos	Montante (R\$)
Acauã	760	1.068.496,45
Alagoinha do Piauí	1.595	2.007.980,63
Alegrete do Piauí	880	986.926,64
Alto Longa	697	1.610.974,49
Altos	2.628	5.862.691,25
Anísio de Abreu	520	504.552,06
Aroazes	114	113.203,9
Arraial	8	7.992,80
Assunção do Piauí	1.252	1.863.206,78
Avelino Lopes	506	402.205,90
Barra D'Alcântara	57	56.591,72
Barras	4.249	9.376.716,61
Batalha	2.472	5.930.626,11
Bela Vista do Piauí	623	505.383,19
Belém do Piauí	359	409.251,89
Beneditinos	269	237.261,27
Betânia do Piauí	687	1.086.719,25
Boa Hora	209	241.965,00
Bocaina	979	1.950.783,00
Bonfim do Piauí	691	712.846,64
Boqueirão do Piauí	132	104.702,85
Brasileira	762	798.353,75
Brejo do Piauí	138	128.054,25
Buriti dos Montes	1.013	974.889,86
Cabeceiras do Piauí	306	307.473,10
Cajazeiras do Piauí	226	198.762,28
Caldeirão Grande do Piauí	570	537.494,12
Campinas do Piauí	705	500.692,56
Campo Alegre do Fidalgo	584	508.922,93
Campo Grande do Piauí	775	718.131,51
Campo Maior	906	726.841,53
Canavieira	472	416.779,47
Canto do Buriti	754	2.438.778,49
Capitão de Campos	963	802.993,41
Capitão Gervásio Oliveira	529	681.620,97
Caracol	721	3.244.104,88
Caridade do Piauí	1.022	1.819.659,76
Castelo do Piauí	2.445	2.579.823,40
Cocal	5.127	3.806.517,30
Cocal de Telha	368	285.026,42
Cocal dos Alves	264	245.342,08
Coivaras	334	255.271,25
Colônia do Gurguéia	538	832.740,86
Colônia do Piauí	338	347.581,97
Conceição do Canindé	464	941.578,31
Coronel José Dias	390	461.706,65

**Nº DE CONTRATOS E MONTANTE DE CRÉDITO RURAL DO PRONAF PARA OS
MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 1999/2005**

(Continuação)

Município	Nº de contratos	Montante (R\$)
Corrente	1.136	1.019.724,23
Cristalândia do Piauí	457	488.821,19
Cristino Castro	649	699.391,95
Curimatá	921	800.900,41
Curral Novo do Piauí	192	736.723,95
Dirceu Arcoverde	291	335.008,36
Dom Expedito Lopes	321	670.290,54
Dom Inocêncio	176	264.688,18
Domingos Mourão	986	762.860,62
Elesbão Veloso	1.024	1.073.928,01
Eliseu Martins	339	442.733,83
Esperantina	2.329	2.522.139,35
Fartura do Piauí	426	431.229,23
Flores do Piauí	740	1.428.524,09
Floresta do Piauí	204	173.470,92
Floriano	707	678.557,58
Francinópolis	120	119.296,49
Francisco Ayres	70	108.715,26
Francisco Macedo	132	107.578,47
Francisco Santos	1.229	1.455.118,35
Fronteiras	834	1.129.858,99
Geminiano	807	3.603.404,91
Guaribas	112	84.317,13
Inhuma	293	512.840,35
Ipiranga do Piauí	608	1.422.026,87
Isaías Coelho	481	481.357,45
Itainópolis	1.231	1.312.547,71
Itaueira	1.770	3.401.758,94
Jacobina do Piauí	1.386	1.807.192,34
Jaicós	1.273	1.683.651,50
Jatobá do Piauí	542	410.432,28
João Costa	304	269.215,27
Juazeiro do Piauí	84	67.989,24
Júlio Borges	505	493.433,91
Jurema	366	1.023.286,08
Lagoa de São Francisco	766	529.301,09
Lagoa do Barro do Piauí	728	548.869,24
Lagoa do Piauí	317	279.550,97
Lagoa do Sítio	231	222.636,00
Marcolândia	90	200.672,10
Massapê do Piauí	572	701.853,61
Milton Brandão	1.181	796.898,57
Monsenhor Hipólito	1.145	1.244.846,89
Morro Cabeça no Tempo	346	287.920,13
Nazaré do Piauí	626	855.538,52
Nossa Senhora de Nazaré	304	274.020,69
Nova Santa Rita	640	695.019,12
Novo Oriente do Piauí	113	105.490,21
Novo Santo Antônio	469	313.005,04

**Nº DE CONTRATOS E MONTANTE DE CRÉDITO RURAL DO PRONAF PARA OS
MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 1999/2005**

(Continuação)

Município	Nº de contratos	Montante (R\$)
Oeiras	2.328	4.020.302,12
Padre Marcos	492	469.121,25
Paes Landim	628	536.259,51
Pajeú do Piauí	194	878.395,45
Paquetá	213	349.491,36
Parnaguá	715	845.713,43
Patos do Piauí	485	880.552,70
Paulistana	2.444	2.852.348,72
Pavussu	336	733.617,22
Pedro II	2.353	1.498.499,90
Pedro Laurentino	450	951.167,16
Picos	897	1.224.261,29
Pimenteiras	305	308.099,48
Pio IX	2.072	2.215.983,99
Piracuruca	3.628	3.532.034,40
Piripiri	3.218	2.552.418,34
Prata do Piauí	17	16.993,20
Queimada Nova	899	1.213.533,10
Redenção do Gurguéia	719	1.136.897,30
Ribeira do Piauí	176	312.699,08
Rio Grande do Piauí	1.116	4.847.909,66
Santa Cruz do Piauí	547	618.406,38
Santa Cruz dos Milagres	218	198.685,50
Santa Luz	755	750.766,02
Santa Rosa do Piauí	332	475.981,88
Santana do Piauí	183	189.635,87
Santo Antônio de Lisboa	622	858.317,17
Santo Inácio do Piauí	353	514.579,07
São Braz do Piauí	386	354.900,59
São Félix do Piauí	612	1.124.147,00
São Francisco de Assis do Piauí	631	742.125,47
São Francisco do Piauí	466	525.001,81
São João da Canabrava	459	925.930,60
São João da Fronteira	580	691.173,61
São João da Serra	809	754.884,72
São João da Varjota	584	525.186,51
São João do Piauí	2.316	7.742.745,43
São José do Divino	2.079	1.691.461,19
São José do Peixe	273	1.290.900,08
São José do Piauí	300	354.325,35
São Julião	964	961.299,24
São Lourenço do Piauí	261	265.468,92
São Luis do Piauí	214	243.273,00
São Miguel da Baixa Grande	58	57.817,80
São Miguel do Fidalgo	328	444.615,01
São Miguel do Tapuio	2.084	4.123.844,59
São Raimundo Nonato	1.518	2.342.315,36
Sebastião Barros	614	636.432,53
Sigefredo Pacheco	488	1.043.604,67

**Nº DE CONTRATOS E MONTANTE DE CRÉDITO RURAL DO PRONAF PARA OS
MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE – 1999/2005**

(Conclusão)

Município	Nº de contratos	Montante (R\$)
Simões	857	2.180.247,00
Simplicio Mendes	1.681	1.353.041,54
Socorro do Piauí	374	342.134,06
Sussuapara	404	292.189,46
Tamboril do Piauí	64	76.999,38
Tanque do Piauí	231	206.865,36
Valença do Piauí	473	423.687,59
Várzea Branca	514	564.589,67
Várzea Grande	126	131.214,84
Vera Mendes	513	672.203,25
Vila Nova do Piauí	425	703.009,62
Wall Ferraz	729	784.729,45
TOTAL	120.084	168.251.891,05

Fonte: PRONAF (2004).